

Depósitos de Bronze do Território Português

Um debate em aberto

RAQUEL VILAÇA*

RESUMO

Depósitos de bronze (e de cobre) sem contexto conhecido encontram-se registados na bibliografia científica portuguesa desde os finais do séc. XIX. O assunto tem sido tratado, desde então, de forma irregular, quase sempre em função do aparecimento de novos e inesperados achados, ou em sínteses gerais sobre a metalurgia da Idade do Bronze. Determinados estudos de carácter regional sobre o povoamento e, mais raramente ainda, revisões de índole monográfica, têm igualmente contemplado o estudo desse tipo de depósitos. Alguns deles, porém, só sumariamente noticiados, acabaram por ser esquecidos na historiografia dos depósitos. O tema nunca mereceu uma abordagem de conjunto. Este texto constitui uma primeira tentativa de ultrapassar tal situação, propondo-se uma análise abrangente embora assumidamente incompleta, com leituras múltiplas sobre o fenómeno da deposição do bronze.

Na Idade do Bronze, mas em particular, nos seus finais, a deposição do bronze assume uma importância e dimensão ímpares. Não há, nem pode haver, sintonia nas explicações que têm sido propostas, pois a diversidade do fenómeno impede-o.

Num dos primeiros pontos, este texto recorda precisamente as principais perspectivas sobre a problemática dos depósitos e a forma como evoluíram, do séc. XIX até hoje. Aquela diversidade traduz-se, em termos classificativos, no copioso rol de designações propostas pelos investigadores: depósitos de artífice,

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Investigadora do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. E-mail: rvilaca@fl.uc.pt

de mercador, de fundidor, de sucata, utilitários, votivos, simples, complexos, extraordinários, etc. Tais designações atendem nomeadamente, à composição, ao conteúdo, ao estado físico e ao local de deposição dos artefactos.

Motivos de carácter catastrofista, económico e ritual têm irmanado entre si, como explicações para o fenómeno, sem que umas e outras se apresentem isentas de problemas. O seu tradicional posicionamento em campos distintos e mutuamente exclusivos, concretamente os de índole ritual e não ritual, tem sido um dos principais óbices a um entendimento mais verosímil da acumulação e ocultação do bronze.

Os percursos traçados pela historiografia dos depósitos justificam que num outro ponto sejam revistos conceitos e metodologias, questionando-se, designadamente, o que é um depósito, como se identifica e se caracteriza. Ao contrário de uma visão mais clássica e imobilista, valoriza-se o dinamismo do fenómeno deposicional. Por outro lado, a autora procura romper de alguma forma o círculo criado à volta do problema, alargando e discutindo o próprio conceito de contexto, que deve ir muito para além de parâmetros estritamente funcionalistas.

Por motivos que o leitor entenderá melhor à medida que avançar, este texto não trata *dos* depósitos, mas *de* depósitos do território hoje português. Não se criou um *corpus*, mas elaborou-se uma indispensável base de trabalho que privilegiou, de início, a leitura das fontes primárias, recuperando informação em parte negligenciada. Dão-se conta de algumas das principais dificuldades na sua construção, bem como as limitações inerentes.

Noutros capítulos exploram-se problemas específicos. Por exemplo, a questão das potenciais discontinuidades espaciais e cronológicas de alguns depósitos, ou o problema dos achados singulares enquanto perdas fortuitas, resíduos de depósitos, depósitos singulares e completos.

Na linha de pensamento de outros investigadores, também aqui o vector espacial está subjacente às reflexões produzidas. Atendeu-se à importância ao mesmo tempo simbólica e mais prosaica dos lugares naturais e dos lugares de passagem, às deposições em terra firme e em meio aquático, ou ainda àquelas que estão nas margens, junto aos rios e ao mar. Mas também as que pertencem a lugares inexpressivos, constituindo outras formas de sacralização do espaço e de apropriação de territórios.

Nesta medida, e ainda que o discurso esteja focalizado nos depósitos, é sempre o "agente" responsável e directo pelas deposições, pela escolha dos sítios onde são feitas, pela selecção de determinados artefactos, etc., isto é, são as comunidades locais, que perpassam na análise de fundo. Por isso, o entendimento dos depósitos só faz sentido se integrado e articulado com outras manifestações

culturais, nomeadamente as que os povoados corporizam, na medida que os entendemos como centros de referência e de reprodução social.

O micro-espço dos depósitos foi igualmente analisado, concretamente os sítios e contentores de deposição, as condições de deposição e de disposição dos artefactos, os conteúdos em termos numéricos, físicos, tipológicos e respectivas combinatórias. Entre outros aspectos verificou-se, tal como em outras regiões europeias, que também no Ocidente peninsular os machados são, por excelência, os artefactos dos depósitos. A sua onnipresença geográfica, temporal e contextual faz deles artefactos ubíquos e promíscuos. Pelo contrário, nos depósitos, a marca mediterrânea está ausente ou é meramente vestigial.

A parte final do texto envereda por caminhos outros, incorporando contributos que as leituras da Arqueologia Pós-Processual tem produzido, nomeadamente respeitantes ao lado simbólico e metafórico da cultura material.

Mais do que resolver as questões inerentes ao tema tratado – algumas delas irresolúveis –, pretendeu-se analisá-lo e discuti-lo. E, mesmo algumas das sugestões que se avançam, como as que autorizam outras designações para os depósitos – depósitos em formação e resíduos de depósitos, depósitos fundacionais e reiterativos, depósitos de margem, de beira-mar e periféricos, depósitos de morte e de vida, biográficos e de regeneração –, são isso mesmo: apenas outras propostas, mas não propostas alternativas, nem, tão-pouco, as propostas verdadeiras.

Palavras-chave: Idade do Bronze – metal/bronze – depósitos – ocultação – acumulação – sacralização

ABSTRACT

Bronze (and copper) boards without known context are recorded in the Portuguese scientific bibliography, since the late 19th century. The subject has been irregularly regarded ever since, usually in relation to the emergence of new and unexpected findings, or in general syntheses about the Bronze Age metallurgy. Certain regional studies about peopling and, still rarely, revisions of monographic nature, have studied such type of boards as well. However, some of them, only briefly reported, ended up forgotten in the boards historiography. The subject has never deserved a complete approach. This text intends to be a first attempt to overtake such situation, proposing a comprehensive analysis with multiple readings on the phenomenon of bronze deposition, although assumably incomplete.

During the Bronze Age, but particularly in the later period, the bronze deposition assumes a unique importance and dimension. There is no agreement in the already proposed explanations, since the phenomenon diversity prevents it.

Firstly, this text reminds, precisely, the main perspectives on the problem of hoards and the way they have developed, from the 19th century until today. Such diversity expresses itself, in classification terms, in the plentiful list of designations proposed by the researchers: craftsman, merchant, melter, scrap metal, utilities, votive, simple, complex, extraordinary hoards, etc. Such designations regard, namely, the composition, the contents, the physical condition and the artefacts' deposition place. Catastrophist, economic and ritual motives have paired up as justifications for the phenomenon, but neither of them turns up free of problems. Its traditional position in different and mutually exclusive areas, concretely those of ritual and nonritual nature, has been one of the main obstacles to a more likely understanding of the accumulation and concealing of bronze.

The course of the hoards' historiography justifies, at another aspect, the revision of concepts and methodologies, questioning namely, what is a hoard, how do you identify and characterize it. Unlike a more classical and immobile view, one values the dynamism of the depositional phenomenon. On the other hand, the author, somehow, tries to break the circle created around the problem, widening and discussing the concept of context, which must surpass by far, merely functionalist parameters. For reasons that the reader shall understand better while carrying on, this text is not about the hoards, but it deals with hoards of today's Portuguese territory. We did not create a corpus, but we worked out an indispensable groundwork, which, at the beginning, favoured the reading of the primary sources, recovering partially neglected information. We account for some of the main difficulties in its construction, as well as its inherent limitations.

At other chapters we examine specific problems. For instance, the issue of the spatial and chronological potential discontinuities of some hoards, or the problem of single findings while casual losses, hoards' remainders, complete and single hoards.

Following other researchers' thought, here, the spatial vector also underlies the exposed considerations. We attended to the symbolic and at the same time more prosaic importance of the natural places and of the passageways, to the depositions on firm ground and in water environment, or still to those, which lie in the banks, next to the rivers and the sea. We also regarded the ones, which belong to inexpressive places, representing other forms of space sacralization and appropriation of territories.

Insofar, even though the discourse is focalized in hoards, it is always the "agent", directly responsible for the depositions, for the choice of the sites, for the selection of certain artefacts, etc.; that is to say, they are the local communities who pass by thorough analysis.

Therefore, the understanding of the hoards only makes sense if it is integrated and articulated into another cultural expressions, namely, those represented by the settlements, insofar we understand them as reference and social reproduction centres.

The micro-context of the hoards has also been studied, concretely the deposition sites and containers, the deposition conditions and the arrangement of the artefacts, the contents

in numeric, physical, typological terms and respective combinations. Among other aspects it has been confirmed that, like in other European regions, in western Iberian Peninsula too, the axes are the hoards' artefacts, par excellence. Their geographic, temporal and contextual omnipresence makes ubiquitous and indiscriminate artefacts out of them. On the contrary, in the hoards, the Mediterranean mark is missing or, it is merely vestigial. The last part of the text follows another direction, including contributions produced by Postprocessual Archaeology readings, namely related to the symbolic and metaphoric side of the material culture. More than solving the concerned subject's inherent issues – some of them insolvable –, we intended to analyse and discuss it. And, even some of the suggestions we put forward, such as the ones, which allow other names for the hoards – hoards under development and hoards remains, foundation and reiterative hoards, bank, littoral and peripheral hoards, death and life, biographical and regeneration hoards – are merely another suggestions, but they are not alternative proposals, nor are they the real proposals either.

Key-words: Bronze Age – Metal/Bronze – Hoards – Concealing – Accumulation – Sacralization

Ao Professor Jorge de Alarcão, Mestre e Amigo

0. A COMEÇAR...

A escolha do tema¹ a que este texto dá corpo resulta da conjugação de uma série de motivos, a começar, naturalmente, pelos nossos próprios interesses e percurso de investigação.

Na última década demos particular atenção ao estudo das comunidades do Bronze Final do Centro do território português, com uma orientação muito específica para a problemática dos seus habitats, territórios e povoamento em geral. Simultaneamente, interessámo-nos pela questão da morte na Idade do Bronze e da forma como se expressou material e ritualmente. A temática específica dos chamados “depósitos” foi assunto sobre o qual nunca nos debruçámos de forma demorada, tendo sido sempre por nós encarado de forma secundária. Todavia, o tema é bem merecedor de uma análise mais sistemática e abrangente, constituindo este texto a tentativa de ultrapassarmos uma lacuna que nós próprios ajudámos a criar.

Por outro lado, e em boa verdade, a problemática dos depósitos do território português no seu conjunto também nunca foi alvo de especial interesse por parte dos investigadores, designadamente nacionais. É claro que muitos autores têm tratado de depósitos portugueses, quer em estudos acerca de artefactos de bronze, numa vertente essencialmente tipo-cronológica (Monteagudo, 1977; Kalb, 1980;

¹ Apresentámos este tema, sob a forma de lição, no âmbito das provas de Agregação em Pré-História e Arqueologia (5.º Grupo – História) realizadas na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2005, perante um júri constituído pelos Professores Jorge de Alarcão, Maria Luísa Ruiz-Gálvez Priego, João Luís Cardoso, Luís Reis Torgal, Maria Helena Coelho, José d'Encarnação, José Amado Mendes, Fernando Catroga, João Marinho dos Santos e Amadeu Carvalho Homem. Presidiram, por delegação de competências do Magnífico Reitor, a Senhora Vice-Reitora Prof.ª Doutora Cristina Robalo Cordeiro e o Senhor Vice-Reitor Prof. Doutor António Avelãs Nunes.

Coffyn, 1985, etc.), quer em ensaios de povoamento e sínteses regionais (Vilaça, 1995; Jorge, 1998, 1999; Bettencourt, 1999, etc.).

A temática dos depósitos peninsulares, com algumas incursões nos casos portugueses, tem todavia merecido pertinentes reflexões e particular atenção por parte de Ruiz-Gálvez Priego (1995a, 1998b), cujos trabalhos neste campo constituíram para nós preciosa ajuda. Numa outra perspectiva, é ainda de elementar justiça lembrar dois trabalhos académicos – uma tese de mestrado (Melo, 2000a) e uma “mémoire de maîtrise” (Martins, 2000) – em que o assunto é analisado e discutido, de resto com perspectivas muito díspares.

A atenção que os investigadores portugueses têm atribuído aos depósitos encontra-se de alguma forma espelhada nas parcas páginas e nas não menos contidas linhas que lhe dedicam os “manuais” que circulam nas nossas universidades (Jorge, 1990, p. 213 e 230; Silva e Gomes, 1992, p. 68; Fabião, 1992, p. 83 e 89; Calado, 1994, p. 332-333; Cardoso, 2002, p. 339, 397-398). E, no entanto, o interesse deste tema é manifesto e, seguramente, por todos reconhecido. Mas bastante incómodo.

Durante várias décadas a questão dos depósitos constituiu a “face” do Bronze Final, ou pelo menos a mais visível, a ponto de Luís Siret, nos inícios do séc. XX, falar numa “verdadeira idade dos depósitos de objectos de bronze” (Siret 1913, p. 415). Muitos anos depois, Roussot-Larroque (1988, p. 514) utiliza ainda a expressão “horizonte de depósitos”, o que revela bem como este fenómeno tem marcado a investigação da Idade do Bronze. Claro que essa visão unilateral ou dirigida deu origem a uma “realidade” deformada e muito parcial, como mais tarde se verificou, quando outras “realidades” foram focalizadas.

As potencialidades que o tema hoje oferece, depois de conhecidos, ou antes, construídos, vários outros “rostos” da Idade do Bronze, prende-se com a riqueza que o próprio conceito de depósito encerra e, principalmente, com a sua problematização. Neles podemos ver a tecnologia, a economia, as trocas a curta, média e longa distância, os cultos e os rituais, a forma de percepção e de apropriação do espaço por parte das comunidades do passado, enfim, o todo social.

Mas foi com a leitura do estimulante livro de Bradley, *The Passage of Arms*, 1990, de alguma forma já anunciado pelos diversos artigos que foi publicando ao longo dos anos oitenta, que o assunto ganhou verdadeiro interesse para nós. A deprimente, porque quase exclusiva, focagem morfo-tipológica e funcionalista dos artefactos deu lugar a uma plataforma renovada e luminosa, onde o rigor das análises, intrínsecas e extrínsecas, irmana com a ousadia interpretativa cultivada pela arqueologia pós-moderna.

O olhar de certa historiografia de finais do séc. XX e inícios do XXI sobre os depósitos é muito distinto dos olhares passados, a tal ponto que, quando hoje falamos de depósitos, não nos reportamos necessária e rigorosamente à mesma

realidade de ontem. Portanto, repensar a questão dos depósitos é começar por perguntar: o que é um depósito? Não há unanimidade entre os investigadores.

Mas a decisão de reflectirmos de forma mais consistente sobre este assunto resultou de um problema de ordem prática: perante a pergunta que um aluno nos fez sobre o número de depósitos de bronze existentes no nosso território, e à qual não soubemos responder no momento, mas com a promessa de o fazermos na aula seguinte, voltámos sem resposta satisfatória para dar. Pensámos que tal seria fácil depois de relidas as nossas notas ou revistas as obras basilares. Mas verificámos que nem todos os investigadores que ultimamente trataram do assunto se referiam aos mesmos casos, isto é, determinados depósitos eram-no, de facto, para alguns, mas já não para outros. Por isso, se alguém se lembrar de perguntar quantos depósitos existem no território português (ou em qualquer outro), o mais certo é ficar sem resposta.

Hoje, depois de termos reflectido muito, ao fazermo-nos a mesma pergunta, a resposta continuará a ser a de “não sabemos”; mas acrescentamos que não sabemos porque julgamos que tal não é possível saber. As perguntas simples não têm de ter, nem sempre nem necessariamente, respostas simples e, neste caso, também quantificáveis.

No entanto, só nos apercebemos realmente de tal limitação no decurso da preparação mais sistematizada deste tema quando, ao elaborarmos uma indispensável base documental, nos confrontámos com constantes e, por vezes, desesperantes alterações (ora incluindo, ora excluindo, para voltar a colocá-los, certos casos que, afinal, nos pareciam mesmo depósitos) nas diversas entradas que íamos elaborando. Quer isto dizer que o conceito de depósito não estava perfeitamente definido na nossa cabeça. Ou, estando – assim o pensamos –, nem sempre dispúnhamos dos elementos necessários para o seu reconhecimento. Este percurso ziguezagueante ajudou-nos a tomar plena consciência da complexidade do assunto e chegámos a pensar que o mais prudente seria desistir.

Se a Idade do Bronze pode e deve ser encarada, como tudo, de muitos e diversos ângulos – o dos depósitos, por exemplo –, também o assunto pode e deve ser tratado com distintas aproximações e orientações, sem que umas sejam necessariamente melhores ou mais correctas do que outras. Todas importam, porque algumas só ganham sentido, ou um novo sentido, quando e se combinadas com outras, tal e qual como as formas e cores num caleidoscópio em movimento. É tão importante a análise de pormenor de uma peça ou a informação que se não vê e que só uma lupa binocular pode oferecer, como o sítio de achado de um depósito já despojado de toda a sua materialidade, isto é, perdido ou destruído, de que somente restou notícia.

Os elementos de que nos servimos não correspondem ao *corpus* dos depósitos da Idade do Bronze do território português, porque, como referimos, nem sempre a evidência arqueográfica permite ver certos artefactos como depósitos; tal significa,

em última análise, que consideramos impossível, à luz do entendimento que nós próprios fazemos do que é um depósito, elaborar esse *corpus*.

O presente texto e as reflexões nele contidas não têm a veleidade de oferecer as respostas aos muitos problemas que permanecem. A questão dos depósitos é um debate em aberto. Esforçamo-nos por sistematizar a informação que, de resto, permitiria explorar outros aspectos aqui só mencionados ou aflorados². Mas uma exaustiva e sistemática análise do conteúdo dos depósitos exigiria da nossa parte pelo menos mais de dois anos de trabalho exclusivo neste campo, o que não é possível.

Para além das questões epistemológicas e metodológicas que envolvem o conceito de “depósito”, optámos por seguir um fio condutor muito pouco explorado entre nós: o da “espacialidade dos depósitos”, na sua dimensão micro, contextual, e na sua dimensão macro, como potenciais instrumentos de (de)marcação simbólica e de sacralização do espaço por parte das comunidades.

1. CONTINUANDO...

A deposição de artefactos (de excepção ou de uso comum), de ossos (humanos ou de animais) e de comida, em áreas de habitat, taludes, fossos, monumentos ou sepulturas, isto é, em contextos bem definidos, foi praticada por diversas comunidades pré e proto-históricas (Brück, 1995, 2000; Barber, 2003, Bradley, 2005, entre outros). Não é dessas deposições que trataremos neste texto, mas daquelas que, tradicionalmente, são tidas como descontextualizadas, isto é, que ocorrem isoladas no espaço.

Como vários investigadores têm sublinhado, o fenómeno da deposição de artefactos é uma prática bem anterior à Idade do Bronze. No entanto, é só nessa altura que alcança uma dimensão única e muito expressiva, designadamente com a importância social que o metal, concretamente o bronze, então conheceu. Às vezes, parece que se produziu mais para destruir do que para se utilizar. O bronze foi depositado nas mais variadas

² É o caso, não só, mas nomeadamente, de toda a problemática subjacente ao capítulo 4.4.4., respeitante ao que designámos por “depósitos periféricos”, cuja relação espacial tem de ser vista de forma mais atenta, articulada com os povoados, mas igualmente com os depósitos áureos.

Também o capítulo 4.6., sobre os conteúdos dos depósitos, merece uma outra atenção bem para além da que lhe dedicámos, podendo incorporar outras pistas de pesquisa como a análise sistemática por tipos de artefactos (por exemplo, a relação das armas com os instrumentos de trabalho ou a relação dos artefactos com os lingotes, ou o problema dos machados de talão com cone de fundição, ou a questão das peças decoradas, etc.), a metalurgia dos depósitos, o seu comportamento em termos diacrónicos (analisando o que se mantém e o que se altera), como essa transformação se expressa em termos geográficos, etc. As breves reflexões que se apresentarão nesse capítulo estão, à partida, bastante condicionadas, na medida em que se baseiam, com raras excepções, nos dados fornecidos pela bibliografia, por vezes com um carácter meramente noticioso ou com uma mediocre imagem dos objectos. Por isso mesmo, são apenas breves reflexões, com várias pistas de pesquisa, que, um dia, esperamos ver desenvolvidas, aprofundadas e corrigidas. Uma rigorosa análise implicaria a observação directa das peças, com toda a morosidade e dificuldade inerentes a tal processo. Pensamos, portanto, que o desenvolvimento e prossecução do estudo sobre depósitos do território português está cativa da revisão monográfica dos mesmos, o que é, evidentemente, um projecto de equipa, envolvendo meios humanos, logísticos, técnicos, laboratoriais e financeiros ambiciosos.



Fig. 1 – Taça de Baiões, S. Pedro do Sul, com reparação por rebitagem (fot. Alicia Perea).



Fig. 2 – Lâmina de punhal da Tapada das Argolas, Fundão, obtida possivelmente a partir de fragmento de lâmina de espada (fot. Óscar García Vuelta).

condições: lingotes, restos de fundição, peças usadas, outras novas nunca utilizadas, peças fragmentadas, deformadas, outras vezes reparadas (fig. 1) ou transformadas (fig. 2), etc. Obedecendo a configurações variadíssimas, mas todas elas indicadoras de uma intensa recuperação do bronze, seja pela numerosa quantidade de peças que chegam a reunir, seja pela presença de reduzidos fragmentos de bronze, tudo se aproveita. Em determinadas situações, porque seria impossível a sua recuperação, a deposição constituiu também uma definitiva amortização.

Todavia, depósitos de materiais, nomeadamente de machados e de outros objectos de pedra polida, estão documentados desde o Mesolítico/Neolítico, por exemplo em Inglaterra, Escandinávia e França, como deixaram bem claro os trabalhos de Bradley (1990, p. 44 e segs.), Thomas (1991, p. 73-75), Tilley (1996, p. 101, 289-291), Cordier e Bocquet (1998), entre outros.

Assim, se é certo que o interesse dos arqueólogos pelo fenómeno da deposição de artefactos desperta com o estudo dos depósitos metálicos, a verdade é que o fenómeno em si é bastante mais recuado no tempo. Alguns outros trabalhos, de carácter etnográfico e histórico, revelam que esse mesmo fenómeno também fez parte das práticas de sociedades mais tardias, da Idade do Ferro³, passando pelos Romanos⁴, Vikings e chegando à Idade Média (Bradley, 1987). Portanto, a deposição de artefactos é antes de mais um fenómeno transversal no tempo e no espaço. Depositar é humano.

No caso do território português não conhecemos quaisquer estudos sobre depósitos que não sejam da Idade do Bronze. No entanto, algumas referências antigas sugerem a existência de indícios de deposições similares de maior antiguidade, mas o assunto nunca foi investigado de forma sistemática. Por exemplo, em Rubiães (Paredes de Coura), quando se abria a estrada nas proximidades da igreja, foi encontrado um "repostiglio" de facas de pedra talhada em número de dezasseis (Pereira, 1924, p. 279), aparentemente sem nada mais por perto; em 1864, durante as obras de abertura da estrada n.º 55, em Alpedrinha (Fundão), apareceu um depósito de "pedras do raio" na Barroca do Castinhal (Vilaça, 2003a, p. 47); ainda na Beira Baixa, um outro depósito de sete machados de pedra polida foi encontrado na fenda de um penedo perto do sítio de Mourelo (Castelo Branco) (Proença, 1910, p. 11; Vilaça, 2003a, p. 47). Certamente que, num projecto especificamente orientado para a deposição isolada de artefactos de pedra, outros exemplos mais seriam identificados.

A prática de deposição e de ocultação do metal é também um fenómeno de escala pan-europeia, expressando-se do Atlântico ao Mar Negro, da Escandinávia ao Mediterrâneo, ainda que tenha sempre sido encarado, pela tradição historiográfica, numa perspectiva marcadamente atlântica. Por outro lado, trata-se de um fenómeno que tanto se manifesta em regiões ricas em matéria-prima (cobre e estanho), como em regiões completamente dependentes daquelas, como é o Norte da Europa. Naturalmente que num tão amplo espaço, vamos encontrar modelos de

³ Como exprime a obra recém-publicada *Les Dépôts Métalliques au Second Age du Fer en Europe Temperée* (dir. G. Bataille e J.-P. Guillaumet), 2006, Éd. Bibracte.

⁴ Como mostra a seguinte passagem de Suetónio: "Ao chegar a esta província [Tarraconense]... pouco depois caía um raio num lago do país dos Cântabros, encontrando-se logo ali 12 machados, sinal manifesto do poder soberano" (Suetónio, *Os 12 Césares*, livro sétimo, VIII).

deposição muito diversos e uma enorme variabilidade quanto ao número, composição interna, associação de tipos, localização, etc.

E mesmo a uma escala de muito menor dimensão, como é o Ocidente peninsular, existem regionalismos que revelam comportamentos específicos, todavia ainda mal avaliados no seu conjunto. Por exemplo, o Noroeste (Galiza, Minho e Entre-Douro-e-Minho) não se pode comparar ao que se verifica no Centro e Sul do território português e, entre estas duas regiões, são também notórias e distintas as estratégias de deposição adoptadas e a forma como se manifestam ao longo do tempo. Contudo, o Ocidente peninsular, porque marcadamente atlântico, forma um bloco mais homogéneo relativamente a outras regiões, como o Nordeste e Catalunha, ou o Sudoeste, onde os depósitos parecem ter um papel bastante menos expressivo. No entanto, é daí que procedem, por exemplo, dois dos mais espectaculares depósitos peninsulares: o de Llavorsí (Lérida), com 148 peças, e o de Huelva, com mais de 400.

Portanto, os depósitos de objectos expressam um fenómeno de longa duração e de grande escala, que atravessou comunidades culturalmente muito distintas e com níveis diversos de organização social.

Certamente que a deposição de géneros (alimentos, flores?), concretamente com fins rituais, foi também praticada, mas dessa não podemos falar.

Tal como as pessoas, os artefactos passam por diversas etapas ao longo da sua existência, todas importantes para compreendermos cada uma em si e o processo no seu conjunto. No caso do cobre e do bronze, os objectos são produzidos, são utilizados e socializados quando entram em circulação, e conhecem depois, um de quatro finais: ou se perdem, ou se abandonam (quando já não interessam), ou são reciclados (refundidos, reparados, transformados), ou são depositados (se intencionalmente). Todas estas etapas, que constituem a “biografia cultural” de um objecto (Kopytoff, 1986), são igualmente importantes, na medida em que fazem parte de um único processo de regeneração (Hingley, 1997). Sem ignorar esta perspectiva global da existência dos artefactos, neste texto concentramo-nos nas problemáticas inerentes à última etapa – a deposição –, independentemente daquilo que a motivou.

2. PERSPECTIVAS SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS DEPÓSITOS

A discussão sobre os depósitos da Idade do Bronze é um tema com um longo e, até certo ponto, estéril debate, que se mantém em aberto. A pesada herança que recebemos na forma de abordar este tipo de testemunhos, que só a eles se circunscrevia, tem sido responsável por certas posições que conduzem, por vezes, a becos sem saída.

Durante muito tempo, o paradigma analítico subjacente ao estudo dos depósitos consistiu na descrição dos materiais e na análise tipo-cronológica (quantitativa e qualitativa) de cada um, isto é, na sua composição e análise intrínsecas. Em termos metodológicos, nos anos setenta do século passado, chegou-se a aplicar aos depósitos o “método estatístico” então em voga nos estudos do Paleolítico (Verron, 1973). O objectivo principal visava o estabelecimento de cronologias e valorizava-se o papel que desempenharam em termos económicos, quer como reflexo de uma “actividade industrial”, quer como indicadores de contactos inter-regionais.

Paralelamente, e apesar de se terem generalizado só a partir da década de sessenta, fizeram-se, ainda no séc. XIX, análises metalográficas, que influenciaram também as classificações propostas para os vários tipos de depósitos.

Do muito que se tem escrito sobre a temática dos depósitos nunca resultou explicação plenamente satisfatória sobre a sua razão de serem⁵.

As categorizações de que os depósitos têm sido alvo e as também diversas explicações avançadas para a prática da deposição do bronze em lugares não identificados como povoados ou sepulturas, traduziram, desde o início, a consciencialização de que o fenómeno não é unitário, nem ao nível dos conteúdos, nem em termos de localização, nem nos significados.

A inevitabilidade de distintas leituras impostas pela própria arqueografia originou a criação de múltiplas categorizações em termos classificativos – “depósitos pessoais”, “depósitos de mercadores”, “depósitos de fundidores”, “depósitos simples”, “depósitos complexos”, “depósitos extraordinários”, “depósitos utilitários”, “depósitos votivos”, etc. –, as quais se basearam em três critérios principais: conteúdo (tipos e funcionalidade), estado físico dos materiais (completos, fragmentados, deformados) e local de deposição (terra firme ou meio aquático).

Em 1881, Evans foi um dos primeiros a sistematizar os depósitos, em “pessoais”, com poucos objectos, “de fundidor”, com lingotes, objectos fragmentados, pedaços disformes, etc., e “de mercador”, com objectos completos, prontos para uso e em considerável número (Rowlands, 1976, p. 100).

Gordon Childe virá a adoptar esta classificação, precisando-a: os “depósitos de sucata” ou “de fundidor” reuniam, além de peças fragmentadas, peças de cronologia distinta, bem como instrumentos de trabalho. Childe fala também em “depósitos domésticos”, com poucos instrumentos, armas ou ornamentos, normalmente com sinais de uso (Childe, 1930, p. 43).

⁵ Em geral, as obras que tratam desta temática contêm capítulos, mais ou menos desenvolvidos, sobre as principais perspectivas que têm sido apresentadas sobre o assunto. Entre outras, poderemos apontar, por exemplo, a de Taylor (1993, p. 3-22).

Muitas outras classificações foram depois estabelecidas, designadamente entre “depósitos de artífice”, com ferramentas de trabalho (Eogan, 1983, p. 3-4); “depósitos simples”, com um único tipo, e “complexos”, com dois ou mais tipos (Coffyn, 1985); “depósitos de valor mercantil”, com instrumentos novos destinados a venda, “depósitos de valor técnico” (ou de fundidor) e “depósitos votivos” Briard (1987, p. 136); “depósitos extraordinários” de carácter excepcional, com couraças, capacetes, armas (Warmembol, 1996, p. 238); “depósitos mistos” e “depósitos pessoais”, estes se constituídos por objectos inteiros, armas ou adornos, simbolizando a presença do indivíduo (Verger, 1996), etc. Obedecendo a outra ordem de critérios, de resto discutíveis, consideram-se “depósitos masculinos” os que possuem espada e lança e “depósitos femininos” quando compostos por brincos e braceletes (Levy, 1979, p. 52). Portanto, tem havido a necessidade de rotular os depósitos de forma absoluta e espartilhada.

Do ponto de vista estritamente explicativo, os motivos que se apontam balancam entre duas ordens de razões: uns teriam carácter votivo e sagrado, outros utilitário e comercial (Evans, 1881, p. 457-459; Cartailhac, 1886, p. 200; Siret, 1913; Déchelette, 1924, p. 164-165, entre outros).

Os depósitos foram explicados em função de teorias catastrofistas, sendo vistos como testemunho de uma época de insegurança, que as inúmeras armas existentes testemunhariam. A longa diacronia dos depósitos implicaria aceitar a existência de um prolongado período de guerras.

Os depósitos também se explicaram em termos económicos como um produto de mercado. A amortização de grandes quantidades de metal seria uma forma de retirar de circulação o excesso de produção do bronze, particularmente no final da Idade do Bronze, evitando-se a sua desvalorização e oscilações no volume de oferta (Rowlands, 1976, p. 166-167, entre outros). Por outro lado, garantia-se assim, num sistema produtivo pautado pela prática da reciclagem, a existência de reservas de bronze para os artesãos itinerantes e independentes ou sedentários e dependentes. Esta explicação assenta, em última instância, em noções e valores próprios do mundo moderno e ocidental para explicar um fenómeno não capitalista.

Os depósitos podem ainda entender-se numa perspectiva ritual/cultural, o que lhes confere o estatuto de oferendas aos deuses, ou de deposições votivas: uma vez oferecidos, eram-no definitivamente. Esta ideia encontra-se já nos trabalhos de Siret (1913, p. 352), quando se refere aos machados com cone de fundição e com elevada percentagem de chumbo, assim como em Cartailhac (1886, p. 200), que fala assumidamente em depósitos sagrados. Por outro lado, num quadro de competitividade social, a destruição deliberada de riqueza em cerimónias públicas, e a sua exibição⁶,

⁶ Neste caso, recorrendo-se a paralelismos históricos e outra informação inspirada na Etnografia.

por vezes com actos competitivos de violência ritual ("potlatch"), e a respectiva amortização, traziam prestígio e poder (Bradley, 1982, p. 119-120; 1985, p. 701-702; 1987, p. 380; 1990, p. 138, entre outros).

Portanto, desde sempre foi reconhecida a necessidade de aceitar a existência de vários motivos para distintas realidades.



Fig. 3 – Gordon Childe.

Ao longo do séc. XX, atravessando gerações de arqueólogos muito variadas e com distintas formações, pairou sempre a figura do grande pré-historiador que foi Gordon Childe (fig. 3). Na visão childeana do fenómeno deposicional (Childe, 1930, p. 43-46; 1962, p. 187-188; Wailes, 1996), o metalurgista/mercador é visto como um indivíduo livre, autónomo do tecido social indígena, que se aventura em território estranho; é itinerante e transporta consigo os "stocks" que anda a vender de povoado em povoado, um pouco como os nossos almocreves. Por motivos vários (perigo, peso excessivo, percursos repetitivos, etc.), resolve esconder os seus haveres, em parte, ou na totalidade, num determinado local. Por razões

também diversas, umas vezes terá recuperado a sua carga, outras vezes não, o que indicaria que os seus proprietários se perderam e lhes perderam o sítio, ou até comprovaria a existência de uma elevada mortalidade, como ainda recentemente foi subscrito (Harding, 1998, p. 315). São esses os casos que conhecemos ou que podemos vir a conhecer, ou seja, seriam uma espécie de "depósitos escondidos e não encontrados", o que implica uma enorme desvalorização da capacidade, e necessidade, de memorização das populações pré-históricas.

Nesta perspectiva, o conhecimento da existência dos depósitos circunscreve-se a duas entidades: o depositante, o proprietário do depósito, itinerante e

“estrangeiro”, divorciado das comunidades locais, com quem tem relações meramente comerciais, que o escondeu, e o achador do mesmo (“nós”, que o encontrámos); as comunidades indígenas são colocadas à margem das deposições de bronze, de que jamais terão tido conhecimento; são inactivas, embora possam ter condicionado, em função das suas necessidades de aquisição, os conteúdos daqueles.

Nesta história, o espaço é desvalorizado, não tem qualquer significado; o seu valor circunscreve-se simplesmente à “oportunidade”: escolhe-se um sítio que dê jeito e ofereça alguma segurança para se esconder uma carga. A associação de depósitos a rotas naturais ou a zonas de fronteira, que hoje tanto se valoriza foi, porém, já notada por Childe (1930, p. 45), mas é explicada em conformidade com a sua teoria: em rotas naturais por onde, naturalmente, circulavam os mercadores, itinerantes; em zonas de fronteira entre duas áreas culturais, como precaução antes de se entrar em “território estranho ou inimigo”. Childe legou-nos uma linha de pensamento construída com extrema coerência e, por isso, perigosamente sedutora.

A pior alternativa a esta história seria contar uma outra boa história, que não queremos nem sabemos contar. Não obstante, cremos que o cerne do problema deve ser transferido para a órbita das comunidades indígenas, que deverão ser entendidas como agentes responsáveis, activos e directos das deposições, da escolha dos locais em que são feitas, dos conteúdos e da sua manipulação. Os depósitos devem ser encarados de forma integrada e como expressões materiais de actividades de importância comunal, pois traduzem a inigualável capacidade das comunidades da Idade do Bronze em produzirem, destruírem, restringirem e controlarem o metal.

O acto de deposição, público ou privado, envolvido de secretismo ou em rituais sob o olhar e participação da comunidade no seu todo, não seria gratuito nem precipitado, mas enquadrado por normas, preceitos e rituais.

3. REFORMULAÇÃO DE CONCEITOS E DE METODOLOGIAS

Acompanhando as distintas classificações e explicações criadas pela historiografia, o próprio conceito de depósito sofreu mutações. Nos dias de hoje, a noção de depósito não é, nem pode ser, consensual. Não se trata de uma questão meramente nominal – depósitos, tesouros, esconderijos –, mas de substância – como se reconhecem, identificam e se caracterizam.

O que é, então, um depósito?

Numa perspectiva mais clássica, mas ainda hoje aceite, os depósitos são vistos de forma estática, estando subjacentes ideias como “acto único”, “conjunto

fechado" e "descontextualização": um depósito é um conjunto de dois ou mais artefactos metálicos que foram depositados ao mesmo tempo, num mesmo sítio e desprovidos de contexto (Déchelette, 1910, p. 163; Eogan, 1983, p. 1; Hernando Grande, 1992, p. 377; Harding, 2003, p. 346).

Estas premissas podem, e devem, ser questionadas, pois há deposições que não cabem nesse figurino, mas que não deixam de ser depósitos. Assim, torna-se fundamental a reformulação do conceito de "depósito" a diversos níveis, encarando-o, nomeadamente, de uma forma plural e dinâmica (Bradley, 1990, p. 6; Gabillot, 2003, p. 94).

Se um depósito é um conjunto de dois ou mais artefactos, por oposição às peças singulares (Eogan, 1983, p. 1; Brun *et alii*, 1997, p. 102), como é que estas devem ser definidas? Se um depósito é um conjunto de peças depositadas ao mesmo tempo, como deverão ser entendidas aquelas situações em que se verificaram deposições sucessivas no tempo? Se um depósito é um conjunto de peças depositadas no mesmo sítio, como encarar os casos de depósitos dispersos por algumas dezenas ou centenas de metros numa determinada área? Se um depósito é um conjunto de peças desprovidas de contexto, como denominar os depósitos em povoados, junto a povoados, ou em minas? E fará algum sentido falar em "depósitos puros", como faz Hernando Grande (1992, p. 377)? Serão os outros, e quais outros, impuros?

A ideia, feita pela negativa, de que um depósito corresponde a objectos desprovidos de contexto (Jorge, 1999, p. 107), entenda-se funerário ou doméstico, isto é, uma jazida funcionalmente discriminada, é uma visão limitada do entendimento que se deve fazer da noção de contexto, porque os contextos não são caracterizáveis apenas em termos funcionalistas. Num sentido lato, um contexto é tudo aquilo que possa fornecer informação significativa ou significante para a entidade arqueológica que se tem em análise, o que quer dizer que os contextos são de natureza e tipo muito diversos. É assim que o entendemos e, nesse sentido, são muitos os depósitos contextualizados.

Por outro lado, isto significa que também nos distanciamos de posições mais conformistas, como a de Stein, que define um depósito como algo para o qual se desconhecem os motivos da deposição (cit. por Pauli, 1985, p. 195). Em certos casos, muitos até, podemos nunca vir a conhecer os motivos, mas é obrigação do investigador sublinhar os mais verosímeis e secundarizar os menos plausíveis, isto é, em última instância, somos nós que determinamos os motivos.

Um depósito pode ser um artefacto ou vários; é simples e é plural, não importa o número (um, uma dúzia, várias dezenas, centenas ou milhares). Como bem assinalou Gabillot (2003, p. 8), a diferença entre um depósito com trezentas

peças e um outro com duas deverá ser maior do que entre este e um achado singular. Mas nem todos os achados singulares constituem necessariamente depósitos.

Um depósito pode ser concretizado num determinado momento ou em distintas fases, ao longo do tempo, traduzindo um processo cumulativo ou substractivo de um ou mais actos de deposição. Pode circunscrever-se a um sítio pontual ou manifestar-se de forma multipolar num espaço mais alargado. Possui, ou pode possuir, contexto – ele próprio, ou quaisquer outros elementos com ele conectados potenciais portadores de sentido(s).

Nesta acepção, o que está em causa é a própria noção de contexto, que se revê e se encara de forma abrangente e despojada de critérios exclusivamente funcionalistas e discriminatórios: um povoado, uma lixeira, um talude, uma sepultura, etc.

Assim, um contexto pode ser a própria deposição, os seus conteúdos e aquilo que os envolve: a terra, uma fossa, um vaso, um amontoado de pedras, uma caixa de madeira ou de pedra, um saco de tecido ou de couro, etc. Um contexto pode ser a particularidade física do local onde foram depositados: uma lapa, uma gruta, uma nascente, um rio, uns penedos, etc. Um contexto pode ainda ser definido pelo significado da projecção espacial dos depósitos, seja pela sua associação a lugares específicos, como encruzilhadas, portelas, pontos estratégicos de confluência de caminhos, etc., seja pela sua proximidade relativamente a lugares habitados, isto é, pela sua conexão com outros “marcadores espaciais”, de origem natural ou antrópica. Os depósitos podem estar integrados em estruturas arqueológicas, identificáveis, ou não, associados a lugares naturais, de assinalável impacto visual, ou não, como conectados, directa ou indirectamente, com contextos habitacionais, ou outros. Portanto, não só podem ter contexto, como vários tipos de contextos.

Aos depósitos assiste, igualmente, uma intenção de ocultação. Os depósitos não gozam de visibilidade, ainda que possam ser referenciados no espaço; e a sua invisibilidade não é impeditiva de terem sido manipulados num processo conceptual de transformação do espaço, de construção de territórios, pois há muitas formas de apropriação do espaço.

Portanto, é necessário investigar os contextos espaciais de deposição destas entidades arqueológicas, por tradição tidas como descontextualizadas, o que exige leituras espaciais cruzadas e de níveis distintos a partir das informações contidas nas fontes primárias.

A compreensão do fenómeno deposicional passa, assim, pela valorização do espaço enquanto vector dinâmico na construção de identidades. Nesta medida, o tradicional paradigma analítico que se circunscreve à análise tipológica e funcionalista (quantitativa

e qualitativa) de cada depósito, isto é, que atende à composição de cada um, não estando esgotado, é manifestamente insuficiente. O interesse dos depósitos transcende-os, pois como bem referiu recentemente Barber (2003, p. 38) "... such collections of associated material offer something more than the sum of their parts".

Como vimos, desde sempre se admitiu que uns depósitos teriam carácter votivo, outros utilitário. Esta visão dicotómica mantém-se na ordem do dia e implica, evidentemente, saber identificar os critérios (sistematizados no Quadro 1), intrínsecos e/ou extrínsecos, definidores do que é um depósito ritual e do que é um depósito profano. Janet Levy (1979, p. 51; 1982, p. 17-44) esforçou-se por o fazer e Bradley (1990, p. 10-14) discutiu longamente a questão.

Quadro 1 – Critérios de identificação de depósitos rituais e não rituais
(seg. Levy, 1979; 1982 e Bradley, 1990)

Rituais	Não rituais
meio aquático; áreas húmidas	terra seca
lugares especiais	lugares sem qualquer particularidade
objectos completos	objectos fragmentados; restos de metal
predomínio de armas e ornamentos	elevado número de utensílios
disposição especial dos artefactos	sem qualquer arranjo especial
associados a restos alimentares	ausência de restos alimentares
irrecuperabilidade	recuperabilidade

Mas determinados argumentos utilizados para caracterizar os depósitos utilitários – a recuperabilidade, por exemplo (Bradley, 1990, p. 5) –, podem também ser inerentes aos tidos como rituais. E o argumento de que um depósito ritual é o que se deposita num lugar especial (Osborne, 2004, p. 7), exclui da esfera ritual aqueles que se encontram em lugares sem qualquer particularidade e que, no entanto, poderão ter sido rituais.

Portanto, parece haver critérios ambivalentes. A questão não é tanto identificar depósitos rituais e não-rituais, mas saber se é possível, e se se justifica, fazer essa identificação. Torbrügge (1985, p. 17-18) já havia manifestado o seu forte criticismo relativamente à questão, pois ritual e utilitário são conceitos que não se excluem mutuamente. O problema não está portanto nos depósitos, antes na visão hodierna e ocidentalista de que o profano e o ritual têm esferas próprias de acção. Bradley, que durante muito tempo distinguiu depósitos rituais dos não-rituais, considera agora inaceitável tal distinção (Bradley, 2005, p. 148).

Subjacente à diversidade nos mais diversos campos, o que confere unidade aos depósitos, permitindo a sua distinção como uma "entidade arqueológica", é o facto de constituírem o lado material, perene, de um conjunto de acções mais ou menos complexas e multicausais, resultantes de um ou mais actos voluntários e intencionais, não só de deposição, mas também de ocultação, isto é, existe um agente por detrás

deles, seja ele o metalurgista, o chefe, a comunidade no seu todo, etc. Em comum, une-os o facto de, por um lado, resultarem de uma renúncia deliberada e, por outro, de nunca terem sido recuperados. Por múltiplos motivos nunca foram, porque não tinham, ou nem sempre tinham de ser recuperados, total ou parcialmente.

Concluindo, pensar os depósitos implica olhar as comunidades locais enquanto agentes responsáveis e directos. Importam o acto – ele próprio em si mesmo um acontecimento ritualizado –, o sítio de deposição e a intenção. Naturalmente também o seu conteúdo, mas este é, ou pode ser, apenas o resultado final de uma série de etapas onde, se conhecidas, teríamos a chave para muitas questões. Como sublinha Bradley (1990, p. 192), para os mesmos conteúdos podem existir razões distintas, assim como deposições de diferentes objectos podem significar o mesmo.

A assunção desta nova atitude pode ser sistematizada nos seguintes pontos: é fundamental a reformulação do conceito de “depósito” a diversos níveis, encarando-o, nomeadamente, de uma forma plural e dinâmica; é necessário perscrutar os contextos de deposição destas entidades arqueológicas, por tradição tidas como descontextualizadas, o que exige leituras espaciais cruzadas e de níveis distintos a partir das informações contidas nas fontes primárias; é essencial afastar a ideia de que os depósitos são, por si só, explicativos, o que implica abordagens articuladas e globalizantes com as demais manifestações humanas. No caso dos depósitos portugueses é ainda necessário, se quisermos fazer um estudo sério, partir de uma base empírica consistente que, a esta nova luz, tivemos de construir.

4. DEPÓSITOS DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

4.1. Construção de uma base empírica e suas limitações

Se o entendimento do que é um depósito já não pode ser o que foi, então os depósitos enquanto categorias de análise dos arqueólogos também se alteraram. Antes eram uns, hoje podem ser outros. Tal situação é flagrante se compararmos o trabalho de Coffyn (1985, p. 213), que regista 16 depósitos no território português, e o de Gibson (2000, p. 79-80), que assinala 98 (numa página) e 103 (na outra) só para o Centro de Portugal; no entanto, durante esse período de quinze anos que medeia entre os dois trabalhos apenas foram descobertos – e como tal publicados – à escala nacional, mais cinco depósitos⁷.

⁷ E, se prosseguíssemos esta análise, constataríamos que em muitos outros trabalhos a discrepância é a nota de fundo: Serpa Pinto refere-se a 12, Savory regista 21, Macwhite 17, Monteagudo 29, etc. Deve, contudo, notar-se que o número de depósitos no artigo de C. Gibson está inflacionado e foi determinado sem critérios precisos, para além de outros lapsos patentes, por exemplo, na figura 8.

A esta nova luz, foi necessário elaborar uma base empírica para o estudo dos depósitos do território português – mas não o seu *corpus* –, que se confrontou com dificuldades várias.

Com efeito, são múltiplos, e de natureza díspar, os condicionalismos inerentes ao estudo dos depósitos, em geral, e dos portugueses em particular. Por isso, logo no início da preparação deste tema, apercebemo-nos da absoluta e fundamental necessidade de ir às origens, ou seja, procurar as primeiras notícias respeitantes a cada um dos depósitos. E, se é certo que, normalmente, são vagas, ou inexistentes, as referências às suas circunstâncias de achado, também é verdade que a leitura das fontes primárias nos permitiu recuperar muitas informações que a própria historiografia se encarregou, por vezes, de omitir e negligenciar.

Como é sabido, uma das grandes limitações desta temática reside na autoria e casualidade da grande maioria dos achados. Ao contrário dos demais testemunhos arqueológicos, os depósitos correspondem às poucas situações de descobertas arqueológicas feitas por não arqueólogos, frequentemente trabalhadores rurais que, no inesperado da situação, recolhem as peças de forma precipitada e pouco cuidada, para depois repartiram entre si os achados ou os deixarem ser levados, total ou parcialmente, por outrem que, por sua vez, os conduzem directamente para o cadinho ou para as mãos de antiquários.

No quadro e gráfico seguintes sistematizámos a informação conhecida e expressamente referida respeitante às circunstâncias de achado, sendo notória a absoluta lateralidade da actividade arqueológica a esse propósito⁸.

Quadro 2 – Depósitos / Circunstâncias de achado

A – Exploração de pedra:	15
B – Trabalhos agrícolas:	27
C – Construção de estradas, muros, etc.:	6
D – Exploração de minério de aluvião:	4
E – Exploração de grutas:	2
F – Vária (dragagens, barreiros, cheias, etc.):	8
G – Prospekções/escavações arqueológicas:	0

⁸ Não integrámos aqui as peças metálicas provenientes de minas, concretamente machados, por ser tema que necessita de investigação mais aprofundada, mas diversas situações indiciam tratar-se também de deposições intencionais, na medida em que os verdadeiros instrumentos de trabalho nas minas corresponderiam a martelos e percutores de pedra, não de bronze.

Quando chegam a tempo, como sucedeu no caso dos depósitos de Porto do Concelho (Mação) (Pereira, 1970, p. 181)⁹ ou de Baleizão (Beja) (Vilaça e Lopes, 2005), os arqueólogos acabam por recolher alguma informação ou qualquer coisa que tinha ficado esquecida ou a que não tinha sido dada importância. A escavação de depósitos é, por conseguinte, extremamente rara mas, quando acontece, pode ser preciosa em termos informativos, como veremos.

Um outro factor fomentador de dificuldades decorre da antiguidade da maior parte dos achados. Segundo cremos, o primeiro registo respeitante à data de achado de um depósito deve-se à pena de Estácio da Veiga que se refere ao aparecimento, em 1864, do depósito de Fontes Grandes (Estombar) (Veiga, 1891, p. 188).

Se percorrermos o olhar pelos anos de achado de depósitos (quando tal informação é disponibilizada)¹⁰, verificamos uma interessante irregularidade passível de ser agrupada em quatro blocos com um mesmo número aproximado de anos (Gráfico 2). Num primeiro período compreendido entre 1864 e 1899 ocorreram 26 achados; nas três primeiras décadas do séc. XX esse número baixou para 10 registos; de 1931 a 1970 os achados sobem para 25; entre 1971 e 2006 apenas se verificaram 5.

Não é fácil explicar estas oscilações, uma vez que múltiplos factores não controláveis terão condicionado, com pesos distintos ao longo do tempo, aqueles resultados. No entanto, determinados aspectos decorrentes da própria História ajudam a compreendê-los. Assim, o elevado número de achados a partir do terceiro quartel

Gráfico 1

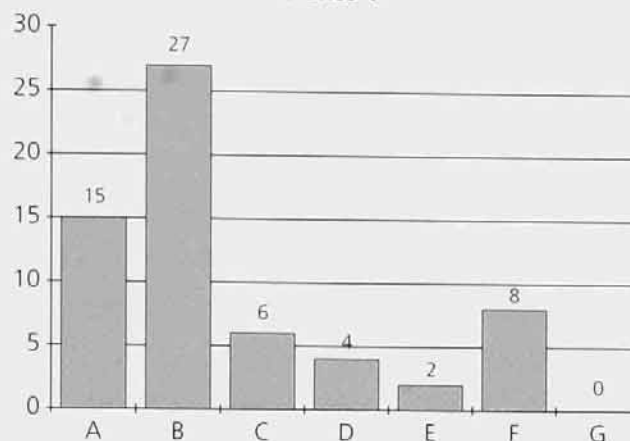
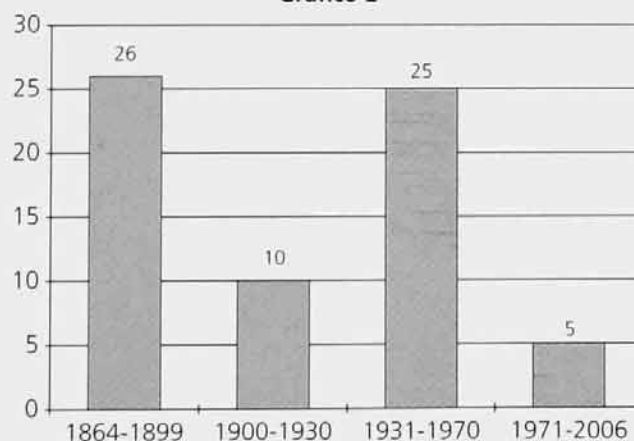


Gráfico 2



⁹ Os achados deste depósito ocorreram no dia 6 de Março de 1943 quando os trabalhadores encontraram as primeiras peças; três dias depois, a 9 de Março, Calado Rodrigues deslocou-se ao local de achado e recolheu mais quatro objectos; a 8 de Julho, Eugénio Jalhay encontrou mais três peças que ainda estavam *in situ*.

¹⁰ Sublinhe-se que nos referimos aos anos de achado, não aos anos de publicação.

do séc. XIX deve ser associado a um período de grande revolvimento de terras, com obras – no quadro do “fontismo” –, como a abertura de estradas e do caminho de ferro, e com o incremento da agricultura, nomeadamente o plantio de vinha¹¹. Por outro lado, a afirmação da Arqueologia como ciência e o interesse de diversos investigadores com fortes ligações aos meios rurais, directas ou através da acção de colaboradores (“colectores”) em múltiplos pontos do país, ajudam a compreender aquele número.

Esta tendência prolongar-se-á, em parte, pelas primeiras décadas do séc. XX, mas de forma muito mais esbatida, a que também não deverá ser alheio o progressivo desaparecimento dos arqueólogos que tinham marcado o dinamismo do período anterior.

A situação que se verifica no primeiro bloco (1864 a 1899) contrasta com a que nos revela o último (1971 a 2006), de igual período de tempo (35 anos), na medida em que o número de registos baixa drasticamente, não obstante corresponder também, como até então nunca verificado, a uma fase de inúmeras obras viárias e peri-urbanas implicando profundas alterações do solo. É certo que esta fase é também a de um progressivo e dramático abandono da agricultura, portanto com uma aparente redução do revolvimento das terras, embora tal tenha continuado, por exemplo, com as grandes celulosas e florestas industriais a partir da década de oitenta. Claro que aqui são também os meios de trabalho da terra utilizados – da enxada e arado progressivamente substituídos pelos tractores e retroescavadoras – que interferem nos resultados. Mas nestes, verificam-se outros elementos perturbadores. As últimas décadas são também as da proliferação de detectores de metais utilizados, com fins condenáveis, por negociantes e coleccionadores (ou por quem alimenta esse tráfego), normalmente sem qualquer capacidade de controlo por parte das entidades estatais responsáveis, o que ajuda, em parte, a compreender por que motivo deixaram de aparecer depósitos.

Já os resultados correspondentes ao período de 1931 a 1970 deverão ser entendidos em função de outras vicissitudes, designadamente pela importância da agricultura (pelo menos antes do início da imigração em grande escala), mas igualmente pela exploração de minérios, como o volfrâmio, por alturas da 2.^a Guerra Mundial. De facto, é a este período que correspondem alguns achados no decurso da exploração de minério de aluvião, como o punhal de S. Martinho de Orgens (Viseu) (Coelho, 1949, p. 91-93), a ponta de seta de Vala Grande/Cabreiros (Arouca) (Brandão, 1962, p. 87), ou o machado plano do Cabeço da Quinta das Flores/Vela (Guarda) (Cardoso, 1959).

À antiguidade de achado de boa parte dos depósitos não é alheio o desmantelamento, destruição e descaminho de muitos deles. Entre os depósitos que não foram integralmente recuperados, e de forma irremediável, contam-se,

¹¹ Motivos genericamente idênticos são apontados para o caso francês (Gabillot, 2003, p. 11).

por exemplo, o de Moura da Serra (Arganil) (Fig. 4), composto por vários elementos vendidos a distintas pessoas e dos quais foram depois recuperados apenas dois machados (um monoface, outro de talão de duplo anel) e um fragmento de foice (Nunes, 1957b); ou o de Fonte de Marcos (Porto de Mós), de que resta um punhal de um conjunto original que também reunia lingotes e placas disformes em número indeterminado (Cartailhac, 1886, p. 220-221).



Fig. 4 – Elementos que restaram do depósito de Moura da Serra, Arganil (várias escalas) (seg. Nunes, 1957b – adapt.).

Noutros casos, o sumiço foi total, não se sabendo o que lhes aconteceu ou onde se encontram, como sucede com o depósito da Covilhã, constituído por seis machados (*Catálogo*, 1892, p. 51) ou com o do Alto das Orquinhas (Vila Nova de Paiva), composto por três espetos (Cortez, 1945).

Outras vezes, a informação proporciona confusão conforme se passa com os presumíveis depósitos de Viseu, este com dezassete machados de tipo desconhecido (*Catálogo*, 1892, p. 51) e da Quinta do Paço (Lamas, Sátão), neste caso composto por mais de uma dúzia, vendidos e dispersos em Viseu (Vasconcelos, 1920); não é de descartar a hipótese de se tratar de um único achado¹².

O hábito, no séc. XIX, de os próprios arqueólogos trocarem entre si, ou entre as instituições museológicas a que estavam ligados, peças arqueológicas, é igualmente responsável pela sua dispersão, como sucede, por exemplo, com os materiais do depósito de Espite (Ourém) (Veiga, 1891), uns pertencentes ao Museu Santos Rocha, outros ao Museu Nacional de Arqueologia; ou o de Carpinteira (Melgaço) (Fortes, 1905-1908b), cujas peças se encontram distribuídas pelo Museu Municipal de Viana do Castelo, Museu Nacional de Soares dos Reis e Museu Nacional de Arqueologia. À dispersão pelos museus acresce a dispersão por colecções particulares e de antiquários, o que torna alguns deles inacessíveis, como o de Areosa (Viana do Castelo) ou o de Cabeceiras de Basto (Monteagudo, 1977, p. 170 e 176). Certamente muitos mais haverá de cuja existência nem se sabe.

Noutros casos, a antiguidade dos achados é responsável pela discordância das informações relativas à sua constituição. Ignoramos se o depósito de Paul (Covilhã) possuía sete machados, como diz Tavares Proença, ou dez, como afirma Leite de Vasconcelos, os quais também tiveram destinos vários: de alguns perdeu-se-lhes o rasto, três (não identificados) encontram-se no Museu de Francisco Tavares Proença e um (não identificado) no Museu Nacional de Arqueologia (Vilaça, 1995, p. 81, 89). A situação repete-se no caso do de Viatodos (Barcelos), pois Villas-Boas (1948a, p. 15) atribui-lhe dezanove machados enquanto Fortes (1905-1908a) refere quinze.

Por outro lado, a bibliografia esqueceu importantes depósitos como o de Ferreira de Aves (Sátão), dos mais antigos encontrados no nosso território (anterior a 1880), com dezanove machados de talão de dois anéis, alguns com cone de fundição, de que resta um (fig. 5) (Silva, 1883, p. 2; Vilaça, 2005a). O seu interesse específico reside precisamente no facto de ser dos poucos a sul do Douro – logo marginal à região (o Noroeste litoral) onde, por excelência, se concentram – de machados com cone de fundição.

¹² Também não é de afastar a hipótese da sua relação com o depósito de Ferreira de Aves (Sátão, Viseu), composto por dezanove machados (Silva, 1883). De todos eles, conhecemos um de Ferreira de Aves, conservado no Museu Arqueológico do Carmo (Vilaça, 2005a, p. 131 e 133), um de Viseu (n.º 11002), no Museu Nacional de Arqueologia e um outro, também neste museu (n.º 10997), adquirido na feira do Ladário (Sátão) (informação constante no livro de entradas e que nos foi transmitida por Ana Melo, a quem agradecemos).

De outros nunca se chegou a saber ao certo a respectiva composição, como o igualmente esquecido depósito de Vila de Punhe (Viana do Castelo), com um número indeterminado de machados, mas que foi calculado em mais de cem (Viana, 1938), o que fazia dele, juntamente com o de Vilar de Mouros (Caminha), que teria cerca de duzentos machados (Vieira, 1886; Sarmiento, 1888, p. 168), um dos mais importantes em número de artefactos, no caso português, e até mesmo peninsular.

Sem qualquer desmerecimento – bem pelo contrário, pois delas partimos e a elas recorremos frequentemente pelos seus méritos – das obras de Macwhite (1951), Savory (1951), Monteagudo (1977), Kalb (1980), Coffyn (1985), onde encontramos imensa informação sobre depósitos, a verdade é que não raras vezes contêm imprecisões, com estudos parciais e nem sempre referindo o mais interessante: como e em que circunstâncias apareceram os depósitos. Ora, precisamente por serem obras de consulta obrigatória a qualquer um que estude a Idade do Bronze, repetiram-se e reproduziram-se, por vezes, essas lacunas e imprecisões, com limitado espírito crítico.

O meritório estudo que efectuaram nos museus, com a análise directa das peças¹³, nem sempre foi acompanhado da devida pesquisa bibliográfica, o que acabou por levar a interpretações mais ou menos livres de associações e contextos, inventando-se depósitos que nunca existiram, só porque eram achados da mesma estação. Tais são os casos dos “esconderijos” de Pragança¹⁴ (Macwhite, 1951, lám. XIV), Mondim da Beira (Savory, 1951)¹⁵, Monforte da Beira¹⁶, Lajeosa da Raia¹⁷,



Fig. 5 – Machado do depósito de Ferreira de Aves, Sátão (in Silva, 1883).

¹³ E que nós não tivemos possibilidade de contemplar neste trabalho, pois exigiria da nossa parte disponibilidade temporal muito superior à que possuímos. Mas estamos plenamente conscientes da sua necessidade, por um lado, e imperioso acompanhamento de uma pesquisa paralela das respectivas fichas de entrada e de inventário, por outro; nestas encontra-se por vezes a resposta a muitas questões.

¹⁴ Materiais provenientes de um contexto de habitat (todos?), actualmente em estudo por Ana Melo, do Museu Nacional de Arqueologia.

¹⁵ Trata-se de dois machados de talão, um de duplo anel e o outro de um anel, achados em circunstâncias desconhecidas no Monte Crasto, também conhecido por Castro de Sanfins ou de Paredes Secas (povoado com ocupação do Bronze Final e Idade do Ferro) e adquiridos por compra para o Museu Nacional de Arqueologia em 1910 (Vasconcelos, 1933, p. 13). É difícil saber se será, de facto, um depósito. O certo é que, posteriormente, em 1914, durante os trabalhos de escavação aí realizados pelo Pe. Vasco Moreira a pedido de Leite de Vasconcelos, muitos outros materiais foram exumados, nomeadamente três fíbulas de cotovelo. Para outras informações, veja-se Vilaça, no prelo.

¹⁶ A Monforte da Beira são atribuídos três machados, mas a sua proveniência está bem identificada em três sítios distintos da região de Monforte da Beira: um, de talão uniface e apêndices laterais, provém do povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Monte do Castelo; outro, de talão com um anel, é do Monte Barata, a norte daquele; e o terceiro, de talão com dois anéis, é do Carregal, localizado a noroeste (Vilaça, 1995, p. 79, com respectiva bibliografia).

¹⁷ Dos dois machados atribuídos a Lajeosa da Raia (Sabugal), de talão e duplo anel (um deles com um dos anéis fracturado), um foi encontrado em casa de um lavrador e do outro nada se sabe (Vilaça, 1995, p. 85).

etc. (Monteagudo, 1977, p. 189, 207, 208, 213, 215, 233). Até mesmo o insuspeito depósito de Figueiredo das Donas (Vouzela) nos deixou dúvidas depois de termos lido a notícia do seu achado publicada por Moreira de Figueiredo nas "Notícias de Vouzela", n.º 21, de 17/11/1959: "encontrou [o achador] pedras trabalhadas, tais como mós manuais, alguns restos de vasos de cerâmica, régulas, imbrices, carvão e um pequeno machado de pedra, além dum punhal, uma faca e pregos, tudo isto de bronze..."; trata-se, manifestamente, de um conjunto e descrição que pouco têm a ver com o ambiente clássico de um depósito do Bronze Final, tanto mais que ainda apareceram posteriormente "restos de construções...". Embora existentes, os materiais de Figueiredo das Donas podem ser, enquanto depósito, uma mera ficção (fig. 6).

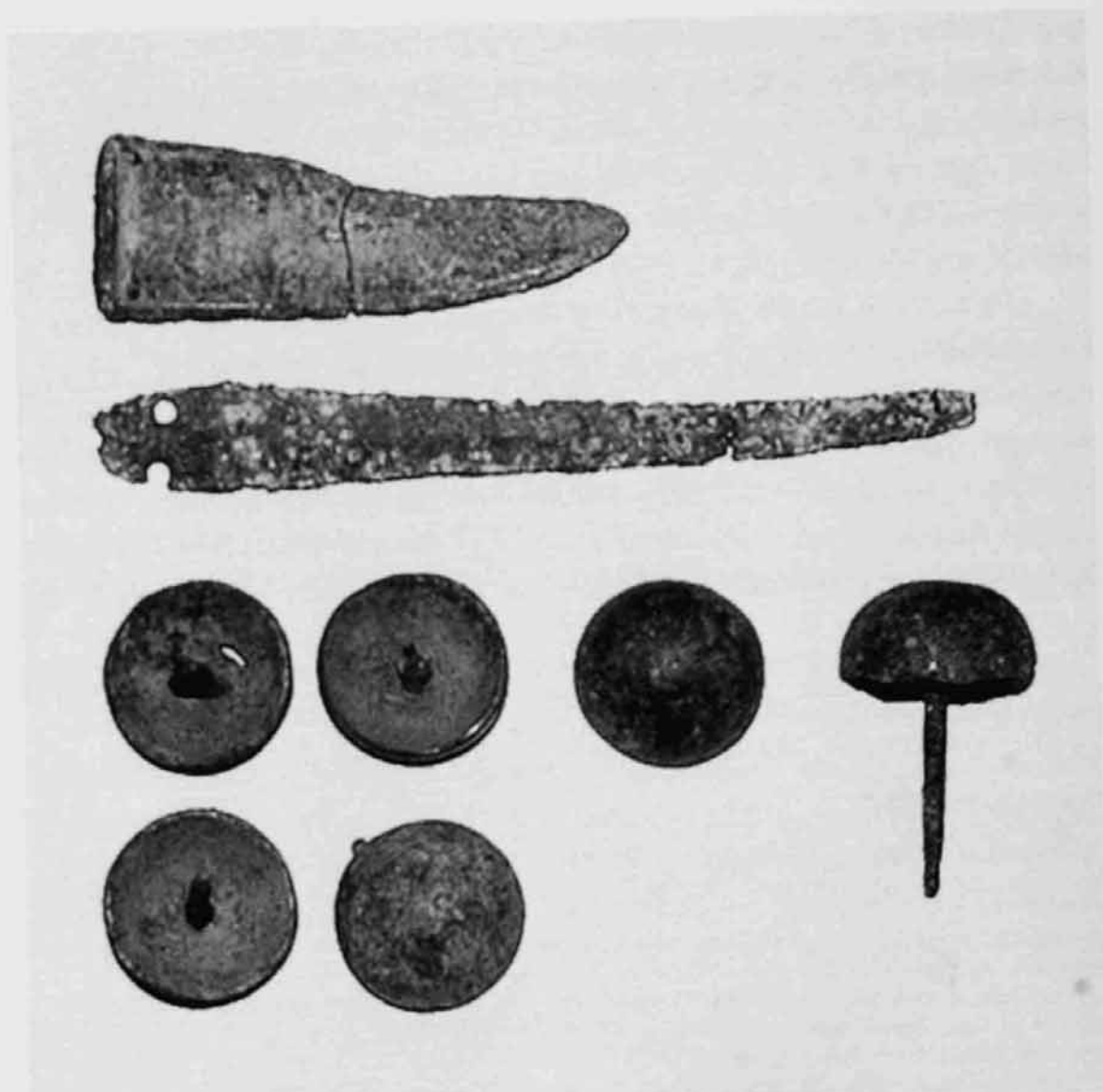


Fig. 6 – Materiais de Figueiredo das Donas, Vouzela (in Marques e Pedro, 1999).

Também a publicação selectiva dos materiais constituintes de determinados depósitos conduziu a distorções ao nível da divulgação do registo empírico. Foi o que sucedeu, por exemplo, com o importantíssimo depósito de Freixianda (Ourém), composto por dez peças (Brandão, 1970, p. 324), mas que Monteagudo (1977) reduz para oito e Coffyn (1985) para seis, e assim assumido ainda recentemente (Armbruster, 2000, Est. 54).

Significa tudo isto que os depósitos que os arqueólogos estudam e sobre os quais não exerceram qualquer controlo na altura da sua descoberta, são, ou podem ser, simplesmente, o que restou de conjuntos mais numerosos. Em última análise, o desmantelamento, na altura de achado, ou posteriormente, induz-nos a trabalhar sobre uma base empírica parcial e irremediavelmente truncada. Contrariamente a uma cabana, a um recipiente cerâmico, ou até a uma laje insculturada, onde, com mais ou menos dificuldades, podemos calcular as partes em falta, no caso dos depósitos isso não é possível.

Enfim, só raras vezes podemos afirmar que temos as peças de um depósito na sua totalidade, isto, se se tratar de um depósito de várias peças. Acresce que, pela sua natureza, este tipo de testemunho é de identificação muito difícil. Se prospectarmos, podemos encontrar povoados, sepulturas, estelas, arte rupestre, etc., mas nenhum arqueólogo parte para prospecções na senda de depósitos. Naqueles, é o arqueólogo, se quiser e puder, que se lhes dirige; nestes, pouco mais pode fazer do que aguardar que eles se revelem e que a sorte esteja com eles, isto é, que sejam canalizados para instituições museológicas em vez de irem parar a mãos particulares ou aos mercados de antiguidades, nacionais e estrangeiros. Mas em determinadas situações, não valeria mesmo a pena fazer prospecções para a identificação de depósitos? Cremos que sim, olhando às experiências positivas neste domínio que têm sido realizadas em outros países.

Concluindo, estudar os depósitos do território português é trabalhar sobre uma base empírica profundamente alterada e para a qual não há qualquer capacidade de controlo sobre o que se perdeu, ou pode ter perdido. A estas limitações e condicionalismos devemos a indicação do único caminho possível e minimamente seguro: voltar ao princípio, procurar as primeiras notícias e recuperar o que a historiografia por vezes omitiu, negligenciou ou adulterou. Estudar os depósitos passa também por um exercício de reabilitação e valorização das informações.

4.2. O fenómeno deposicional como um fenómeno dinâmico e complexo

Até há pouco tempo, os depósitos eram vistos de forma estática, como resultado da deposição simultânea de objectos, como uma espécie de “acto único”. Ainda nos nossos dias são diversos os investigadores que identificam este estatuto de “achado

fechado” como condição identificadora de um depósito (Eogan, 1983, p. 1¹⁸; Hernando Grande, 1992, p. 377; Brun *et alii*, 1997, p. 102; Verlaeckaert, 2000, p. 194). Evidentemente, em muitos casos, assim parece e terá sido. Mas noutros, talvez não.

Nesta outra linha tem-se admitido que, pelo menos alguns deles, poderão ser o resultado de um processo cumulativo de um ou mais actos sucessivos de deposição ao longo de um certo período de tempo (Harding, 2003, p. 323, entre outros). Esta questão prende-se com o complexo processo de formação de certos depósitos, por vezes mesmo muito lento e arrastado no tempo, como bem ilustra o paciente agrupamento de peças que está por detrás do depósito de Salisbury (Inglaterra), sem paralelo, com cronologias muito amplas compreendidas entre cerca de 2400 e 200 a. C. (Stead, 1998, p. 26, 68 e 118).

Se é certo que o carácter aberto hoje admitido para alguns depósitos lhes retira determinadas valências, por exemplo o valor cronológico seguro inerente aos “conjuntos fechados”, a verdade é que abriu novas perspectivas de entendimento.

Em rigor, numa perspectiva mais tradicional, já se admitia o carácter aberto de certos depósitos, mas a sua explicação era de teor estritamente utilitário. O depósito/stock do artífice/mercador poderia sofrer alterações, com adições e subtracções, em função do cansaço e das necessidades de mercado: descarregava-se a carga mais pesada ou desnecessária num determinado momento, para mais tarde, e à medida das necessidades, retirar parte ou a totalidade para “venda” ou refundição. Mas como bem notou Needham (1998, p. 286), uma eficiente reciclagem deixa poucos vestígios, eventualmente alguns desperdícios, nunca depósitos deliberados. Seja como for, muitos seriam, nessa perspectiva, “depósitos transitórios” e “em trânsito”.

Hoje valoriza-se a vertente ritual e as potenciais acumulações de materiais de cronologias e origens várias podem ser vistas como testemunho de sucessivas deposições votivas num lugar especial, que é sacralizado e se constitui como “lugar de memória”. A primazia cabe ao lugar de deposição como motivador da formação do depósito, isto é, o sentido de lugar pode sobrepor-se ao próprio conceito de depósito. Este decorre do significado específico que aquele assumiria, sendo o primeiro a condicionar a formação do segundo. Mas o contrário também é válido. Objectos retirados de circulação, isto é, depositados, tornam-se uma memória na sua ausência e, assim, a essência do que deve ser lembrado (Rowlands, 1993, p. 146).

A constituição de alguns depósitos passaria pela acumulação, ao longo do tempo, de diversos artefactos através de uma série de acções independentes, por ventura cíclicas, repetitivas, por exemplo, num lugar com elevado valor simbólico.

¹⁸ Perfilhando embora esta ideia, o autor chama já a atenção para a possibilidade de determinados casos serem o resultado de deposições repetidas de objectos.

Os objectos, em si mesmos, poderiam não ser especiais, antes banais. Nesta linha interpretativa, os depósitos seriam enquadrados por cerimónias e rituais (públicos?), admitindo-se mesmo que alguns estariam expostos e visíveis durante algum tempo (Verlaeckt, 1998, p. 267).

Por outro lado, subentendia-se que a um depósito correspondia um sítio. É verdade e, como se viu, muitas vezes o mais importante é o sítio, ou seja, é ele que nos determina ou nos alerta se se tratará ou não de um depósito.

No entanto, o carácter aberto de determinados depósitos pode ainda traduzir-se em descontinuidades espaciais, eventualmente também cronológicas, ao nível da deposição.

A ideia de que um depósito é igual a um sítio nem sempre é verdadeira. Quando se realizam prospecções electromagnéticas ou se utilizam detectores de metais com fins científicos, podem encontrar-se outras realidades: pequenos depósitos dispersos, a formar verdadeiros “*campos de depósitos*”, em área. Em determinados casos, poderemos estar perante um depósito que foi disperso por trabalhos agrícolas, mas noutras situações vários pequenos depósitos foram encontrados *in situ*.

A consciencialização desta outra realidade começou a ganhar consistência a partir dos anos setenta do séc. XX, com a iniciativa de Verron (1983), lançada em França, de escavação sistemática dos lugares onde tinham sido antes encontrados depósitos. Assim se deram a conhecer os seis núcleos de depósitos de Marchésieux (Manche), espaçados entre si por algumas dezenas de metros (fig. 7).

O seu desenvolvimento em Inglaterra proporcionou igualmente resultados positivos como bem ilustra o caso de Dail na Caraith (Fort William, West Highland coast), onde, entre 1980 e 1984, foram encontrados casualmente, com detectores de metais e escavações, vários machados, punhais e fragmentos do Bronze Inicial, sugerindo que houve mais do que um acto de deposição (Barrett e Gourlay, 1999).

Situação similar é a dos cerca de 50 artefactos que constituem o depósito de Les Teixons (Pirenéus Orientais), uns casualmente encontrados nos anos cinquenta do século passado, outros em 1998 e 2000, após a realização de sondagens e de prospecções intencionais com

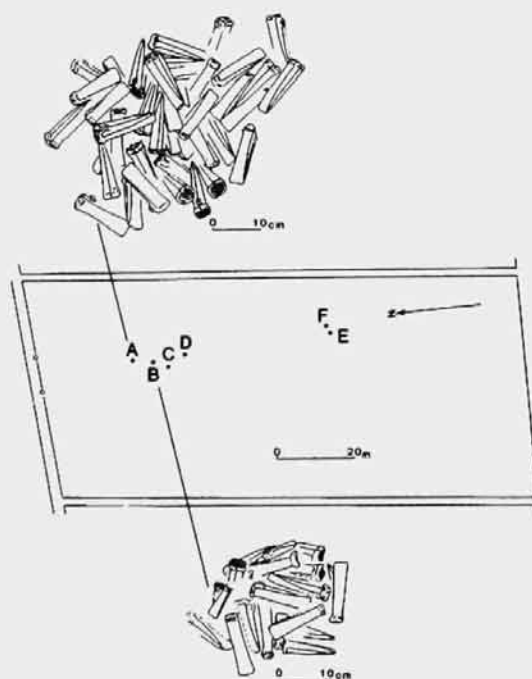


Fig. 7 – “Campo de depósitos” de Marchésieux, França (in Verron, 1983).

detectores de metais, durante as quais se identificaram dois núcleos independentes mas próximos (Mazière e Puig, 2002).

Entre nós, não temos paralelos para situações assim, ou porque as não há, ou antes porque, simplesmente, nunca se realizaram prospecções nas zonas de achado de depósitos, nem nunca foram utilizados detectores de metais com finalidades científicas.

Mas alguns dos casos descritos na bibliografia portuguesa, até hoje mal entendidos, poderão ser explicadas sob este novo prisma de análise, nomeadamente os que reúnem artefactos de cronologia distinta. É certo que esta situação pode ter três possíveis explicações: juntam-se os objectos pelo valor do metal, assim aproveitado como sucata para refundição; constituem arcaísmos, que perduram e sobrevivem para além do seu período de fabrico e maior uso; correspondem a relíquias, pelo elevado valor simbólico que podem adquirir determinados artefactos, seja por eles em si mesmo, seja pelo valor que adquirem como "representações do passado", que vão para além dos limites do tempo de vida humano.

Determinados depósitos do território português parecem expressar descontinuidades cronológicas e/ou espaciais, que se enquadram nesta problemática¹⁹.

O importante e recém-reestudado depósito do Casal dos Fiéis de Deus (Bom-barral) (fig. 8) é bem elucidativo a este propósito. Integra 12 artefactos de tipos distintos, uns completos e outros fragmentados, destacando-se um punhal de lingueta, de tipologia e composição química (Cu-98,5 %) anacrónicas relativamente aos restantes materiais (Vasconcelos, 1919-1920; Melo, 2000a). Esta discordância já havia sido notada por MacWhite (1951, p. 87, nota 3) ao afirmar que "el puñal de esta localidad [Carvalhal de Óbidos] es muy difícil que pueda pertenecer a este hallazgo". Numa perspectiva tradicional, compreende-se bem tal observação. Mas hoje, não havendo motivos que contrariem o conjunto no seu todo, teremos de encontrar outras explicações. O punhal poderia destinar-se à refundição com os demais objectos fragmentados, mas é estranho que destruíssem uma peça completa e certamente ainda eficaz. O punhal poderia corresponder a uma relíquia, em virtude de, na sua "biografia" ter passado por determinadas mãos que lhe acrescentaram prestígio. Mas então, porquê associá-la a outras peças fragmentadas?

Já o depósito de Moreira (Viana do Castelo) coloca outras questões, na medida em que reúne aos dezoito machados de talão e duplo anel, alguns com cone de fundição, outros materiais de cronologia muito mais tardia, concretamente fíbulas de "tipo Santa Luzia" e de longo travessão sem espira, além de várias outras peças

¹⁹ Conhecem-se situações similares em território espanhol, como é, por exemplo, o depósito de Padilla de Abajo (Burgos) constituído por uma ponta de lança, um machado de talão de duplo anel, cinco braceletes (alguns decorados) e uma ponta "tipo Palmela".

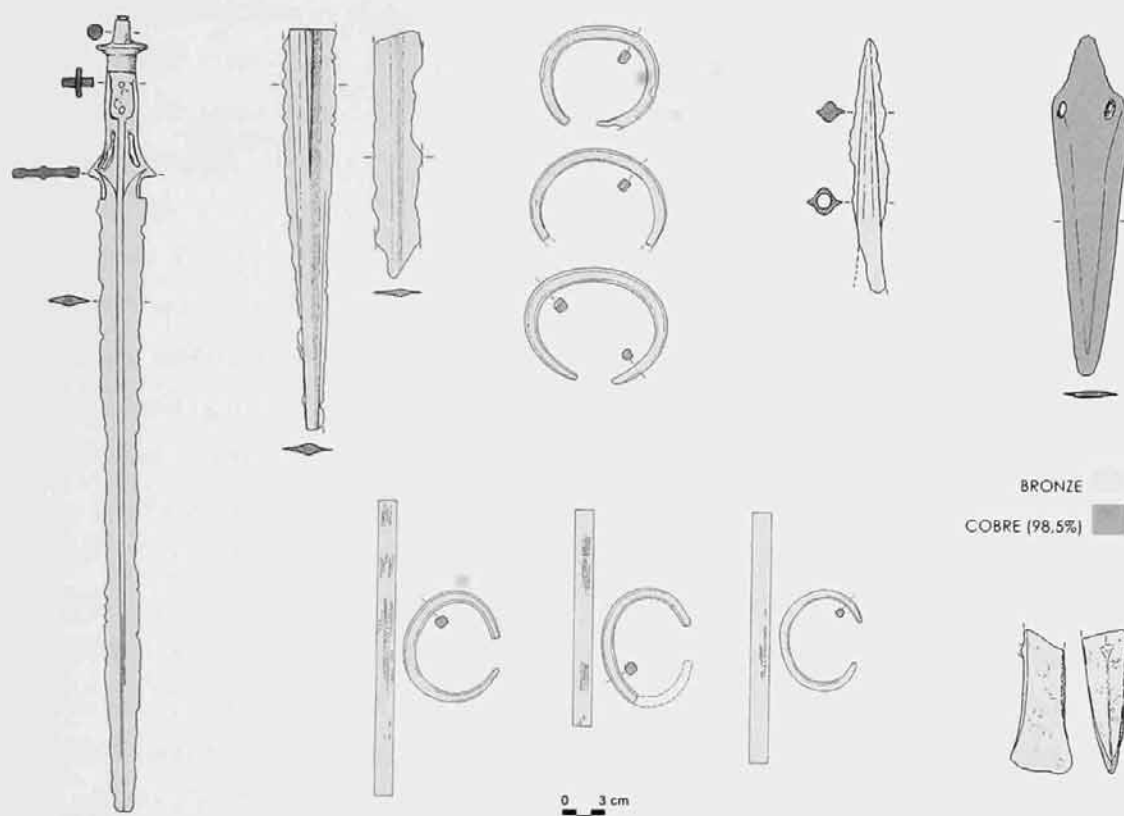


Fig. 8 – Depósito do Casal dos Fiéis de Deus, Bombarral (in Melo, 2000a – adapt.).

fragmentadas e inclassificáveis; deve ainda dizer-se que também apareceram “restos cerâmicos de paredes grossas, laborados ao torno...” (Cortez, 1951). Neste caso, é possível que estejam, de facto, misturados contextos arqueológicos distintos, por um lado um “clássico” depósito de machados de talão característico dos inícios da Idade do Ferro do NW peninsular e, por outro, materiais correspondentes a uma ocupação já de finais do terceiro quartel do I milénio a. C., sem qualquer relação entre si. A explicação avançada por Russell Cortez (1951, p. 160-161), ao considerar que aqueles machados eram ainda produtos correntes nos tempos que se seguiram imediatamente à conquista romana, não nos parece ser a mais credível, mas o assunto bem merecia ser esclarecido com a revisão de todos os elementos conservados.

Numa linha problemática bastante distinta são de valorizar outras situações conhecidas.

No campo da Falcoeira, nos limites de Lourosa de Matos (S. Miguel de Urrô, Arouca) foram encontrados, perto um do outro, um machado plano e um machado de alvado (Brandão, 1962, p. 89) (fig. 9). As suas distintas cronologias poderiam ser explicadas por se tratar de um “lugar de memória”, onde, repetidamente, se fariam deposições; nesta perspectiva, outros poderão existir. O local de achado, junto ao rio Urtigosa e num lugar muito húmido reforçaria esta interpretação.

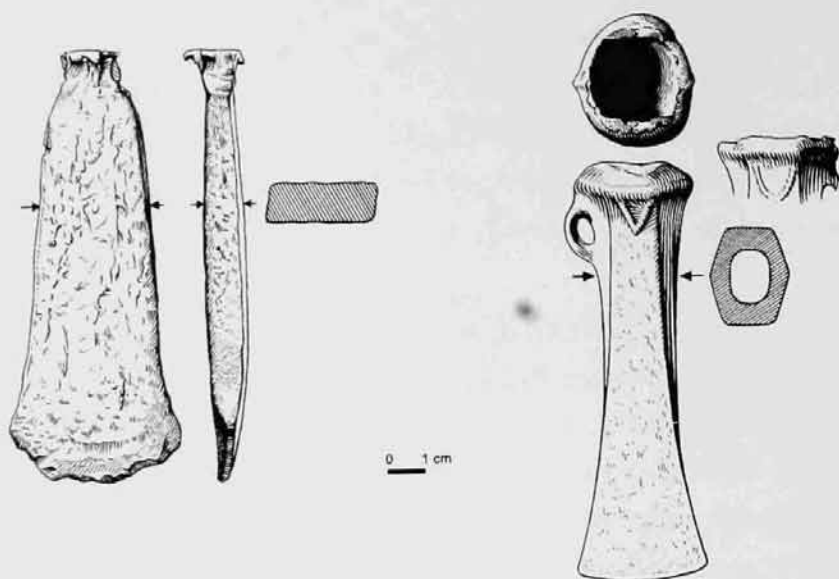


Fig. 9 – Machados de Lourosa de Matos, Arouca (in Brandão, 1962 – adapt.).

Situação similar parece ser a do Liboreiro (Góis) (fig. 10), onde apareceram, conjuntamente, numas terras de cultivo ao fundo da vertente da Devouga, na margem direita da ribeira de Piães que ali corre, um machado plano de cobre e um outro de talão reduzido à parte do gume (Nunes, 1952, p. 6). Trata-se, naturalmente, de um outro lugar de especial significado, em que à proximidade da água se deve valorizar a existência da mina de cobre da Eira dos Mouros, situada a cerca de 200 m.

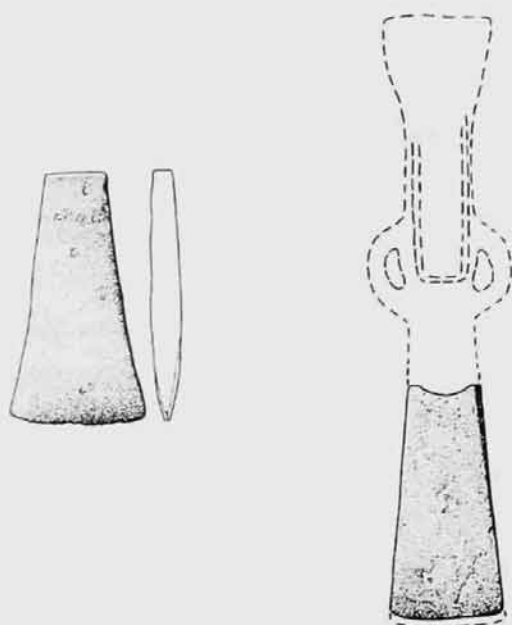


Fig. 10 – Machados de Liboreiro, Góis (in Monteagudo, 1977 – adapt.).

Concluindo, o carácter aberto de determinados depósitos deixa igualmente várias portas abertas. Tal como os depósitos com peças de idêntica cronologia não significam necessariamente uma única deposição, também a associação de peças de cronologia distinta num mesmo local tanto pode corresponder a conjuntos sincrónicos, como constituir deposições de formação diacrónica, expressando a “visitação” repetida de um mesmo lugar, isto é, de “re-sacralização” com novas cerimónias de deposição. As peças de cronologia mais antiga poderão corresponder a “*deposições fundacionais*” e as mais recentes serão “*deposições reiterativas*”.

4.3. A questão dos achados singulares

Como vimos, os depósitos poderão representar, em determinados casos, estádios de processos em formação. É nesta problemática que cabe a valorização dos chamados “achados isolados”, embora estes não se reduzam àquela.

De acordo com uma visão mais clássica, os achados isolados explicavam-se como resultado de perdas fortuitas, o que nos obrigaria a reconhecer, pelo seu elevado número, que as populações da Idade do Bronze não só eram muito distraídas, como perdiam essencialmente determinados artefactos – armas (espadas, punhais, lanças) e machados. Os demais artefactos não eram perdíveis. Além disso, perdiam-nos, não raras vezes, como acabámos de ver, nos sítios onde já antes outros tinham sido perdidos.

O carácter aberto que preconizamos para alguns depósitos permite encarar os achados singulares, ou alguns deles, como potenciais peças de “*depósitos em formação*”, ou seja, seriam uma espécie de “*resíduos de depósitos*”. Por qualquer motivo, esse processo de remoção e adição foi interrompido (Bradley, 1990, p. 6), o que implica aceitar também que alguns depósitos foram destruídos ou desmantelados pelas comunidades da Idade do Bronze.

Mas os achados singulares podem ainda constituir em si mesmos depósitos completos. Não nos parece, por conseguinte, que a perspectiva de Patrice Brun, ainda que respeitável, seja a mais adequada ao fazer a distinção entre “objectos isolados” e “objectos em depósito” (Brun *et alii*, 1997, p. 102).

A Arqueologia não deve servir-se da Etnografia para explicar acriticamente o que não está ao seu alcance; mas pode, e deve, a ela recorrer como forma de se consciencializar da riqueza e variedade de razões plausíveis que a experiência do *Outro* pode revelar.

A este propósito, o interessante fenómeno “tjurunga” de certas comunidades do Centro da Austrália é sugestivo (Dickins, 1996, p. 166). “Tjurunga” tem diversos significados, identificando, nomeadamente, os objectos sagrados que se transmitem de geração em geração – os “heirlooms” de Lillios (1999) – e que, por conseguinte, têm de ser depositados em condições de reconvertibilidade. Por outro lado, e em concordância com o secretismo que os envolve, têm de ser colocados isoladamente de outros centros de actividades, sendo muito perigoso que um estranho, ou um membro da comunidade “não iniciado”, tome contacto com um “tjurunga”. Portanto, além de corresponderem a deposições singulares, encontram-se longe de todos, isolados no espaço, ainda que em locais não raras vezes correspondendo a uma gruta, um penhasco, uma árvore.

Na Idade do Bronze não há “tjurunga”, mas múltiplos achados isolados e singulares encontram-se em situações idênticas, frequentemente em locais de especificidade particular. Os chamados achados singulares podem, assim, ainda constituir em si mesmos, depósitos completos.

4.4. Os depósitos no espaço

4.4.1. Lugares naturais e lugares de passagem

A problemática em discussão não pode prescindir de uma valorização do espaço, seja em termos físicos, seja simbólicos, ou ambos.

Diversos investigadores têm chamado a atenção para a importância dos lugares naturais e dos lugares naturais de passagem – penhascos, encruzilhadas, colos de montanha, vaus, ilhas, penínsulas, desfiladeiros, grutas, etc. –, com funções estratégicas, como lugares de eleição a práticas deposicionais. De um ponto de vista simbólico, chegar a metade do caminho que há a percorrer, ou alcançar o ponto mais alto de um cordão montanhoso a partir do qual se inicia a descida, são etapas que podem ser assinaladas de alguma forma. No passado depositaram-se metais (talvez também comida, flores e outros bens perecíveis), hoje fincam-se bandeiras. Inscrevem-se nesta linha de pesquisa os trabalhos que Bradley tem produzido, bem como as inúmeras reflexões de Ruiz-Gálvez Priego sobre depósitos peninsulares.

Porque neutrais, logo de ambiguidade, e porque o sagrado e o profano em sociedades tradicionais seriam categorias inseparáveis e indistintas, esses são também os lugares apropriados a actividades de trocas entre humanos e entre os homens e os deuses o que é uma outra forma de reprodução social entre os primeiros (Gregory, 1980, p. 644; Ruiz-Gálvez Priego, 1998b; Bradley, 2000).

Diversas situações analisadas no ponto anterior enquadram-se igualmente nesta problemática. Mas outros há que importa recordar e valorizar.

Poderemos apontar o depósito de Vilar de Mouros (Caminha), encontrado por baixo da aba de um penedo que se partiu a tiro (Sarmiento, 1888, p. 168), o de Viçosa (Melgaço), que estava encostado a uma pedra (Neves, 1962, p. 95), o de Formariz (Paredes de Coura), encontrado “num falso” debaixo de uma pedra (Pereira, 1903b, p. 133), o de Távora (Arcos de Valdevez), que se achou na fenda natural da rocha (Pereira, 1898, p. 88), o de Viatodos (Barcelos), localizado debaixo de um grande penedo (Villas-Bôas, 1948a, p. 14), o do Lugar do Monte/Castro de S. Simão (Felgueiras), também na base de um penedo (Pinto, 1995, p. 270, nota 7), o de Lama Chã (Montalegre) encontrado debaixo de um penedo onde havia vários encastelados uns por cima dos outros (Santos Júnior, 1968, p. 340), o de Porto do Concelho (Mação), achado aquando se retiravam blocos de pedra (Jalhay, 1944, p. 264), o de Penedo do Lexim (Mafra), aparecido numa fenda rochosa (Arnaud *et alii*, 1971, p. 131), o de Fontes Grandes (Estombar, Lagoa), encontrado entre duas grandes pedras (Veiga, 1891, p. 188), o de Carrasqueiras (Pussos, Alvaiázere) que estava debaixo de umas lajes naturais (Vasconcelos, 1917, p. 145), etc.

Merece aqui destaque este último, de que resta um escopro de um conjunto inicial também composto por machados. Ora, as Carrasqueiras localizam-se no sítio dos Penedos Altos (Alvaiázere), onde Santos Rocha (1904, p. 13) refere o aparecimento de um machado de talão unifacial de um anel, hoje no Museu Dr. Santos Rocha, que poderá fazer parte daquele lote inicial. Mas, mais importante, é o local onde tais achados terão sido escondidos, já que se trata de um espectacular acidente topográfico natural de inequívoco impacto visual, conhecido por “Portas de Alvaiázere”



Fig. 11a e 11b – Afloramentos de Penedos Altos ou “Portas de Alvaiázere” e machado aí encontrado (fot. Raquel Vilaça).

(fig. 11a e 11b), mostrando que a invisibilidade dos depósitos é uma coisa muito relativa, pois, embora ocultos, podem ser bem sinalizados e referenciados no espaço.

A uma situação similar correspondem ainda achados de espadas, como as de Pinhal de Melos (Fornos de Algodres), que se encontrava entre duas penedias soterradas (Paço e Ferreira, 1957, p. 5-6) e a de Castelo Bom (Almeida) (fig. 12a e 12b), que apareceu quando se explorava uma pedreira (Nunes e Rodrigues, 1957, p. 284-285)²⁰. Neste caso, ambas as situações correspondem a rotas naturais de passagem, conforme já sublinhou Ruiz-Gálvez Priego (1998a, p. 156), defendendo, aliás, que as espadas se encontram sempre nessa situação.



Fig. 12a – Sítio do Picoto, Castelo Bom (fot. Raquel Vilaça).

Deposições associadas a acidentes topográficos de grande impacto não podem, pois, ser inocentes, como revelam inúmeros casos de outras regiões, nomeadamente o depósito de Pico Cuerno (Burgos) (Delibes de Castro *et alii*, 1994).

É certo que esta ocultação e invisibilidade constitui sério argumento contra a interpretação dos depósitos como marcadores de caminhos, ou de fronteiras culturais, mas é aquela mesmo investigadora que nos lembra a possibilidade de ter podido existir qualquer outro tipo de referência, em materiais perecíveis, e hoje arqueologicamente invisíveis, como os “obos” ou lugares de oferendas erguidos (estacas de madeira e

²⁰ Tivemos oportunidade de confirmar esta informação, em momentos distintos (Setembro de 2001), junto de dois habitantes da aldeia de Castelo Bom, os quais também indicaram o sítio do Picoto, na terra de Martianes, a cerca de 2 km a SE da aldeia, como o local da pedreira, hoje abandonada.

estandardes com plumas) no principal ponto de passagem montanhoso da rota entre a Mongólia e a Sibéria (Ruiz-Gálvez Priego, 1998a, p. 270).

Numa visão funcionalista, as deposições feitas nestas condições permitiriam, simultaneamente, a sua protecção e a sua fácil localização. Mas a deposição de artefactos sob e nas fendas de afloramentos (em certos casos, muito estreitos e profundos, de forma irreversível, ou seja, não funcional) pode ser ainda encarada como uma forma de sacralização do espaço, tal e qual como as gravuras de armas e artefactos em rochas, muitas delas junto à água – de que Molelinhos (Tondela) é excelso exemplo –, que constituíam uma espécie de depósitos votivos (Bradley, 1997, p. 203, entre outros)²¹.

Porém, e ainda que assim tivesse sido, estaríamos perante concepções cognitivas e de apreensão do mundo regidas por princípios, não só distintos, como opostos: as gravuras são e permanecem visíveis (em alguns casos poderão ter sido reavivadas, ou seja, regravadas ao longo do tempo), enquanto que os depósitos se tornam ocultos, isto é, perdem existência em termos visuais (ainda que também tivessem sido “reavivados” com deposições subsequentes).

A estreita relação entre os afloramentos rochosos e a terra, de onde aqueles emergem e à qual estão ligados através das suas fendas, repete-se, subliminarmente, nas grutas onde o espaço conduz às profundezas da terra. Por isso, aquela última linha interpretativa encara as deposições feitas em gruta²² de forma idêntica às deposições ocorridas em



Fig. 12b – Espada encontrada no Sítio do Picoto, Castelo Bom (fot. Museu da Guarda).

²¹ Esta é uma outra área a explorar (que não podemos aqui desenvolver), incidindo no complexo problema das relações entre o valor real e o valor figurativo, ou seja, na questão de “objectos presentes, embora inexistentes”.

²² Não se trata aqui, claro, de contextos de carácter assumidamente habitacional ou funerário, ainda que, como Bradley (2000, p. 98) justamente sublinhou, a distinção, em gruta, entre conjuntos domésticos e simples oferendas, particularmente se se trata de cerâmicas, é de ambígua evidência. Por outro lado, recordamos mais uma vez que este trabalho não se debruça sobre deposições de artefactos metálicos, cerâmicos, ósseos, etc., mas apenas de artefactos metálicos (com excepção dos de ouro, a menos que estes se associem ao bronze), neste caso, a cerâmica só é contemplada enquanto receptáculo daqueles. Por isso, não nos referimos a casos como o da Lapa do Fumo (Sesimbra), de resto já em 1959 considerada como uma gruta sagrada por Cunha Serrão, ou o da Gruta de Ibn Amar (Lagoa) (Silva e Gomes, 1992, p. 120-121).

penedos, pois em ambas situações a rocha nasce da terra, conduzindo à sua profundidade²³.

Está ainda por fazer o rastreio exaustivo de depósitos em gruta²⁴, sendo certo que se confrontará com múltiplas dificuldades. Mas nele terão de ser tidos em conta casos como o da pequena gruta de Monte Sereno (Sintra), onde surgiu um machado de talão de um anel e uma lâmina (Cardoso, 2004, p. 188), ou o do depósito de Alqueva (Moura), proveniente de uma lapa na margem direita do Guadiana (Cardoso *et alii*, 1992, p. 232).

Por vezes, reforçando o carácter ritual do contexto, essas grutas e lapas incorporam nascentes como sucede na Lapa da Canada/Fontes do Alviela, a que voltaremos, ou na Gruta da Nascente do Algarinho (Penela), onde foi recolhida, a cerca de 50 m da entrada, uma ponta de lança que se encontrava numa canaleta lateral existente ligeiramente acima do leito da cavidade (Pessoa, 2002, p. 124) (fig. 13).

Em conclusão, os lugares escolhidos para as deposições desempenharam um papel tão importante quanto elas, ou seja, a deposição do metal envolveu um sentido de "lugar" (O'Connor e Cowie, 2001, p. 227).

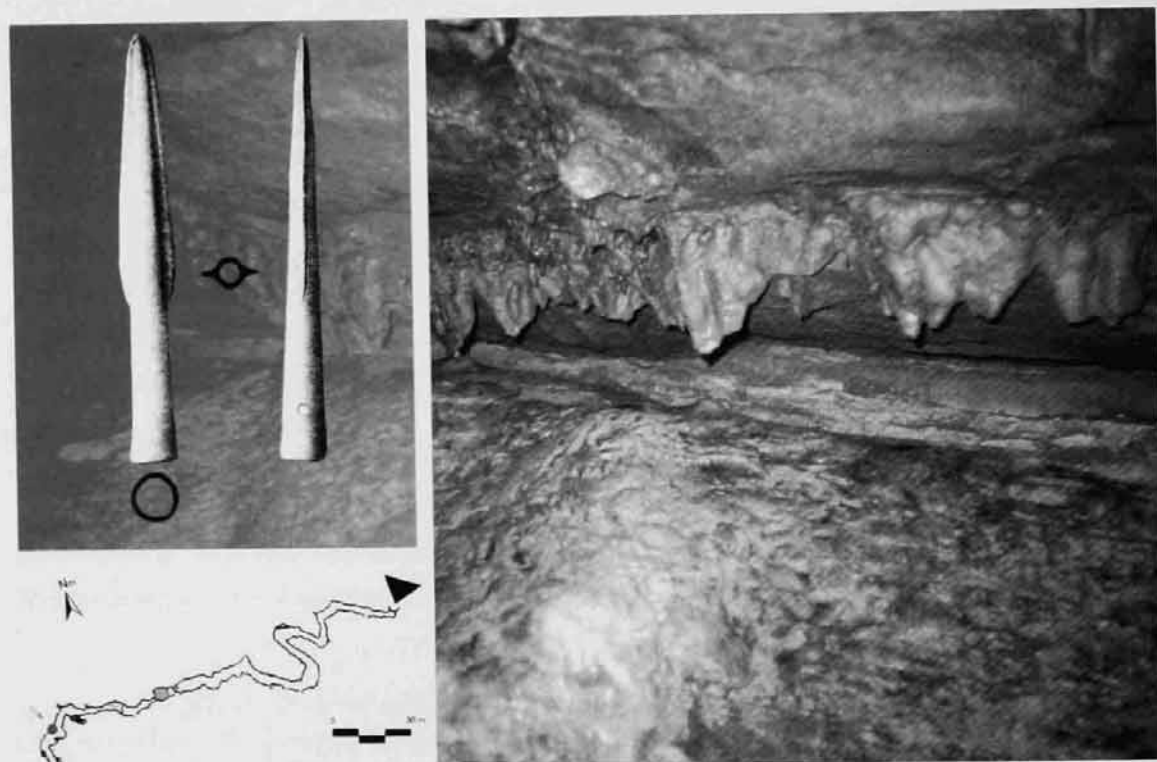


Fig. 13 – Contexto de achado da lança de Algarinho, Penela (in Pessoa, 2002 – adapt.).

²³ Aspecto que poderia igualmente ser valorizado nos casos manifestos de deposições de artefactos de bronze em monumentos megalíticos.

²⁴ Este assunto, por si só, mereceria maior desenvolvimento e atenção, que não nos é possível dispensar neste momento.

4.4.2. “Secos e molhados”

Na esfera ideológica das sociedades antigas, a água simboliza um princípio de regeneração e fertilidade. Vários autores chamaram a atenção para a importância do ambiente de deposição – terra ou água – como um pertinente indicador na interpretação dos depósitos.

Worsaae (cit. por Levy, 1979, p. 50), um dos primeiros autores a escrever sobre depósitos, notou que o facto de muitos casos corresponderem a depósitos em lagos e pântanos, indicaria que se tratariam de vestígios de actividades rituais, particularmente oferendas a divindades. Também Levy e Bradley, como vimos, colocaram uma tónica distintiva muito forte entre depósitos em terra firme e depósitos em meio aquático, como equivalentes de depósitos profanos, os primeiros, e de depósitos sagrados, os segundos. O carácter irre recuperável destes últimos assim o determinaria.

É também consensual que as deposições aquáticas são pouco frequentes na Península Ibérica quando comparadas com outras áreas da Europa. E, na Península, a sua distribuição é irregular, evidenciando-se duas áreas – a Galiza e a Andaluzia – e ainda alguns pontos dispersos, nomeadamente ao longo do Tejo.

Para o território português a ideia difundida é mesmo a de que as deposições aquáticas se circunscrevem a um único caso: a espada recuperada no Tejo²⁵ (fig. 14 a) frente a Cacilhas (Almada) (Silva e Gomes, 1992, p. 120; Cardoso, 2004, p. 196). Este é também o local (fig. 14 b e 14 c) onde o rio chega perto do seu *terminus*, ou seja, no momento em que morre, deixando de ser rio e transformando-se em mar; e, na margem, é ainda o sítio onde a terra desenha uma cunha sobre o rio.

Tal significa que nunca foi valorizado o depósito de Fontes do Alviela (Alcanena), com um número incerto de peças, na maioria fragmentadas (fig. 15)²⁶, apesar de ter sido encontrado “... dans le lit même de la rivière”, conforme registo de Cartailhac (1886, p. 220); e, neste caso, ao contrário daquela, a deposição ocorreu não no sítio da morte do rio mas no local do seu nascimento (fig. 16).



Fig. 14a – Espada de Cacilhas, Almada (DDF/IPM).

²⁵ Não tivemos possibilidade de indagar uma outra pista, mas não queremos deixar de a registar. Trata-se da referência a uma placa de cobre ou bronze folheada a ouro, de um possível diadema do Calcolítico Final ou Bronze Antigo recuperada (com outros materiais) das águas do estuário do Tejo entre Santa Apolónia e a doca de Alcântara e entregue no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal (Ferreira, 1969).

²⁶ Cartailhac (1886, p. 220) refere-se a doze objectos e Leite de Vasconcelos (1918, p. 113) menciona sete. Coffyn (1985, p. 390) apenas comenta o fundo de bainha, mas não o identifica como pertencendo a um depósito. Os materiais pertencem ao Museu Municipal de Faro, onde os estudámos e contabilizámos nove peças (mais dois fragmentos disformes para além dos publicados); ignoramos o que terá sucedido com os restantes tendo em conta a informação de Cartailhac.



Fig. 14b e 14c – Vista da ponta de Cacilhas, defronte da qual foi encontrada a espada e antigos estaleiros da Parry & Son Ltd., na ponta de Cacilhas, que realizaram a dragagem (fotos João Luís Cardoso).

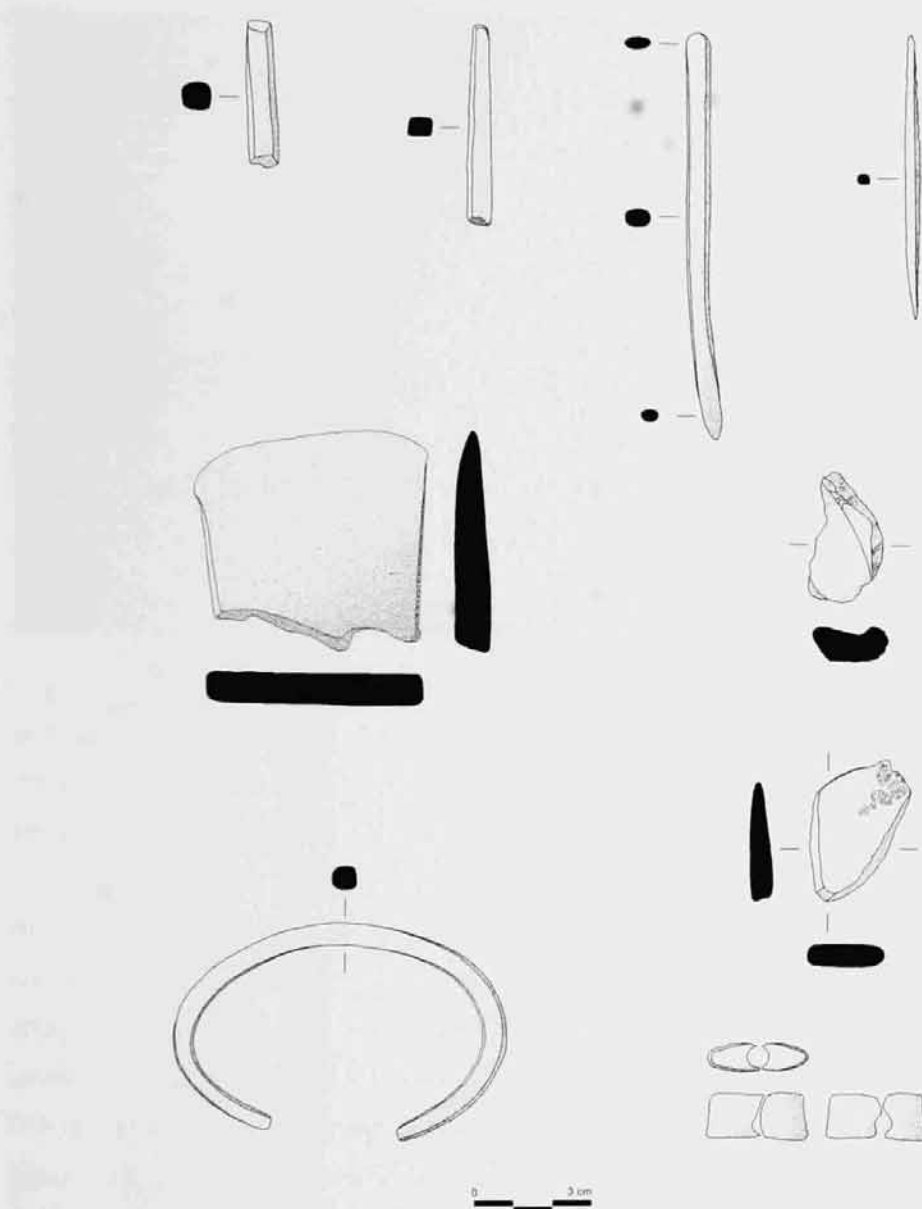


Fig. 15 – Materiais do depósito de Fontes do Alviela, Alcanena (des. de Nuno Teixeira)



Fig. 16 – Local de achado e depósito de Fontes do Alviela (fot. Raquel Vilaça).

Porém, a realidade empírica com que lidámos mostrou-nos que reduzir o problema a “secos e molhados” é caminho demasiado rígido e empobrecedor, pois existem diversos casos que não são da terra nem são da água, mas de faixas entre a terra e a água, ora secas, ora alagadas — são “*depósitos de margem*”.

Percorrendo a bibliografia disponível, apercebemo-nos de uma série de casos que parecem ser enquadráveis nesta situação. Por exemplo, o depósito de Solveira (Montalegre) foi recolhido a seis metros de distância da margem direita de um regato (Costa, 1963), conforme João Luís Cardoso já sublinhou (Cardoso *et alii*, 1992, p. 246). Que caudal teria o regato há cerca de 3000 anos? O de Abreiro (Mirandela), constituído por duas alabardas de “tipo Carrapatas”, achava-se junto a uma linha de água (ribeiro de S. Martinho) na fenda de uma rocha (Bártholo, 1959, p. 431). O de Paul (Covilhã) foi encontrado na margem esquerda dessa mesma ribeira, afluente do Zêzere (Vasconcelos, 1917, p. 328; Vilaça, 1995, p. 400). Lastimavelmente, nada se sabe sobre as circunstâncias de achado das duas espadas de Safara (Moura), de “tipo língua de carpa”, tal como das de Évora, neste caso pistiliformes, mas Ruiz-Gálvez Priego (1998a, p. 238) admite que as primeiras sejam provenientes de meio aquático tendo em conta que possuem a característica patine dourada dos bronzes (fig. 17) que estão em água durante muito tempo. Pelo contrário, a espada dita do Castro da Cola (Ourique) foi recentemente reavaliada no que respeita o seu local de origem e tudo indica que terá sido recolhida a 10-12 m da margem do rio Mira, em areias de aluvião, mas ainda em leito de cheia, tratando-se portanto de uma deposição aquática ou “de margem” (Vilhena, 2006, p. 78).

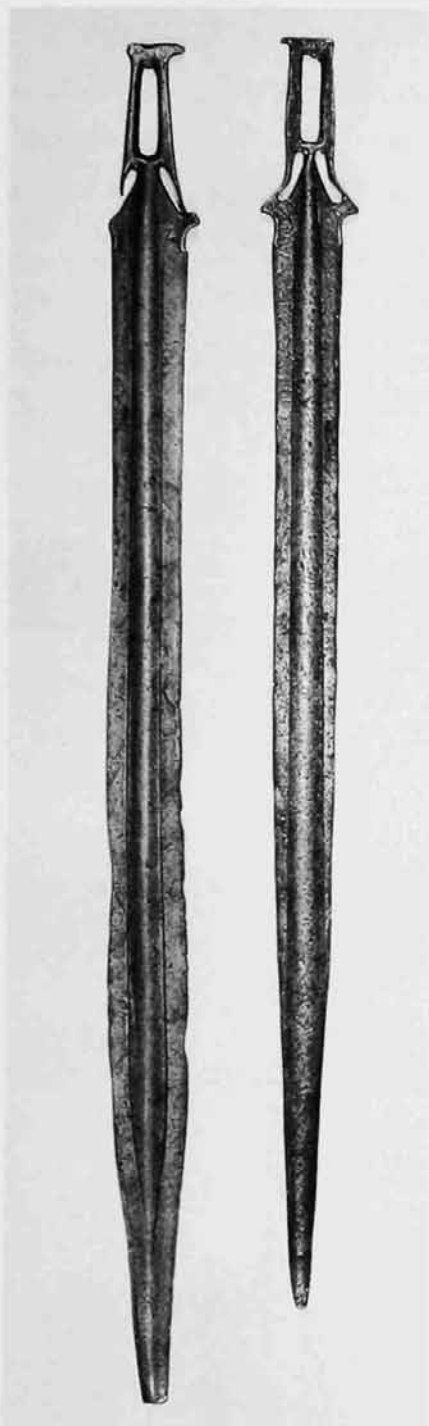


Fig. 17 – Espadas de Safara, Moura (DDF/IPM).

Bem mais frequente é a associação de machados (um, dois) a rios e ribeiros, conforme se comprova pela relação que segue. Além dos já referidos machados de Lourosa de Matos, provenientes de um campo junto e na margem esquerda do rio Urtigosa, contam-se, entre outros: o machado de apêndices de Vale Branquinho (Sobral do Campo, Castelo Branco) (fig. 18), achado quando se procedia à abertura de um caminho que ladeia o leito da ribeira do Seixo (Vilaça e Gabriel, 1999), o machado de talão e dupla argola recolhido por um agricultor no leito da ribeira da Gardunha ou Sarmaça (Castelejo, Fundão)²⁷, o machado de talão e duplo anel da Barca (Foz de Arouce, Lousã) (Vilaça e Lima, 2006), o machado de bronze encontrado na ribeira de Almodovar (Anónimo, 1910, p. 247), o machado de talão de duplo anel de Vidual (Justes/Linhares, Vila Real), recolhido na margem de um ribeiro (Botelho, 1899-1903, p. 826), os machados de Ribeira (Adaúfe, Braga) e Veiga de Cabanelas (Prado, Vila Verde) (Bettencourt, 1999, p. 250, 1038), o machado de alvado de duplo anel das margens do rio Lima (Almeida, 1990, p. 266), estes três últimos casos provenientes de explorações de areia e de barro nas margens do Cávado e Lima.

Com estes exemplos, parece verificar-se uma especificidade importante: ao contrário de outras regiões, as deposições aquáticas são, entre nós, mais expressivas ao nível de machados, não tanto de armas, apesar da espada de Cacilhas ou do peculiar conjunto de Solveira (Montalegre), constituído por duas lanças, um machado e um «garfo» (Costa, 1963) (fig. 19).

²⁷ Inédito. Informação de João Mendes Rosa (Câmara Municipal do Fundão), que agradecemos, bem como outras informações complementares.

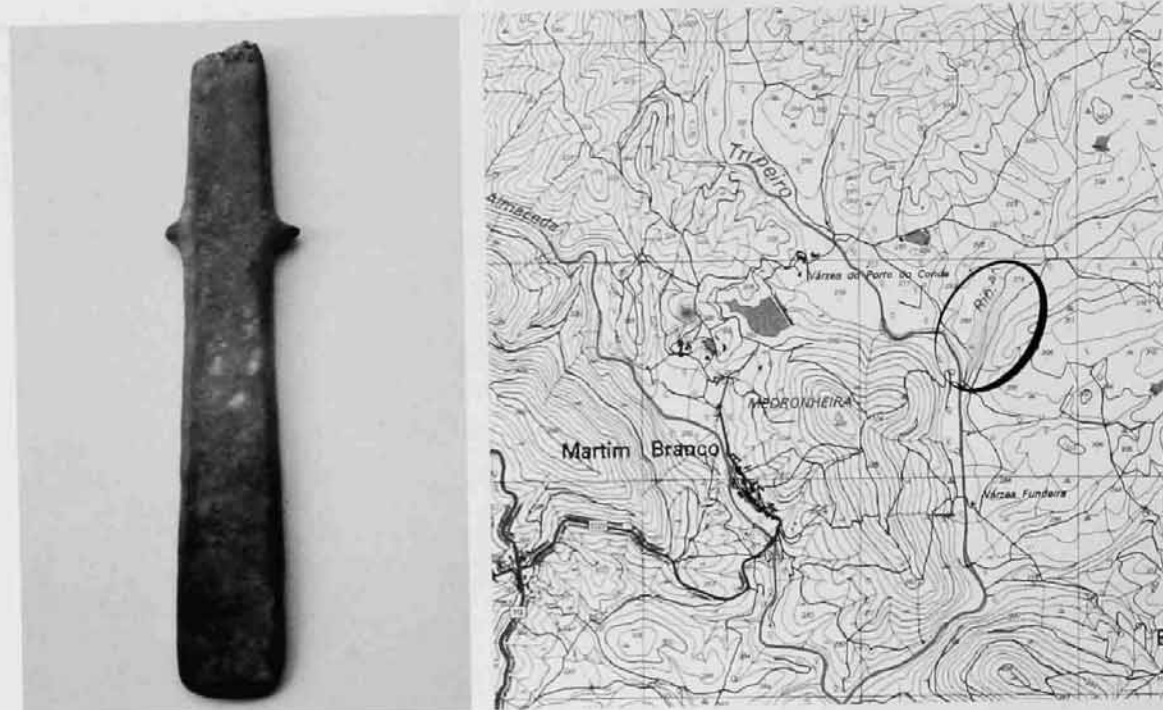


Fig. 18 – Machado de Vale Branquinho, Castelo Branco (fot. Raquel Vilaça) e área de achado.

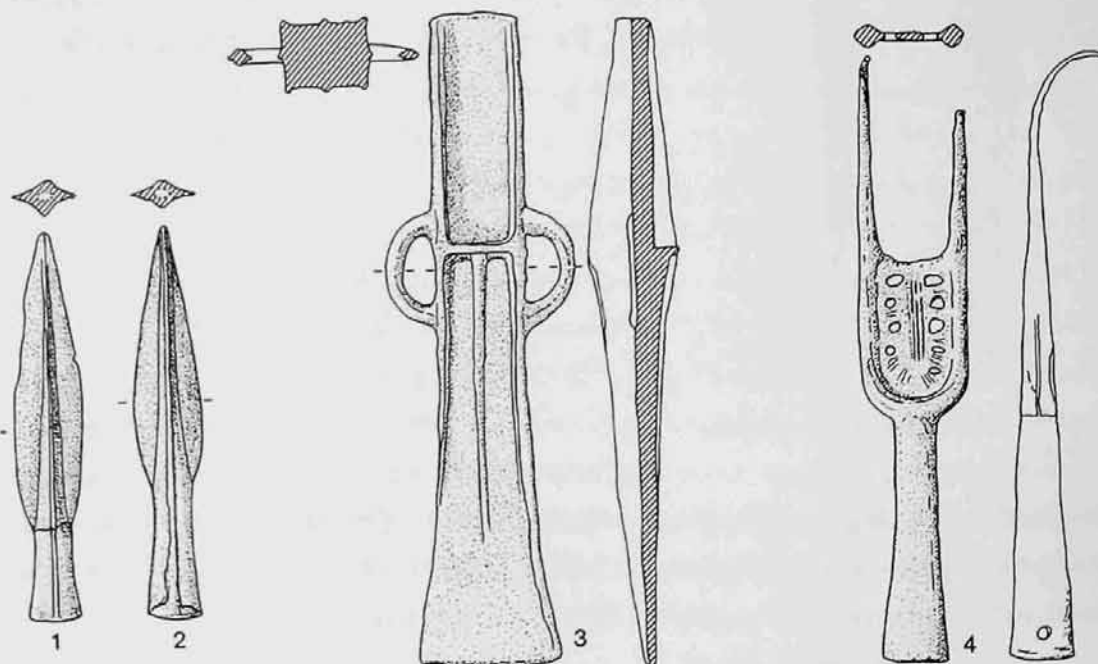


Fig. 19 – Depósito de Solveira, Montalegre (in Costa, 1963 – adapt.).

Sendo “*depósitos de margem*”, estão sujeitos a todas as vicissitudes que tal implica: as circunstâncias no momento da descoberta não correspondem, necessariamente, à sua situação na altura da deposição, visto que os leitos e as margens dos rios alteram-se e, com eles, também o ambiente de deposição. Os contextos das estações arqueológicas podem mudar de sítio, passar de terra



Fig. 20a – Ribeira de Caldelas (ou da Caranguejeira), Leiria (fot. Raquel Vilaça).

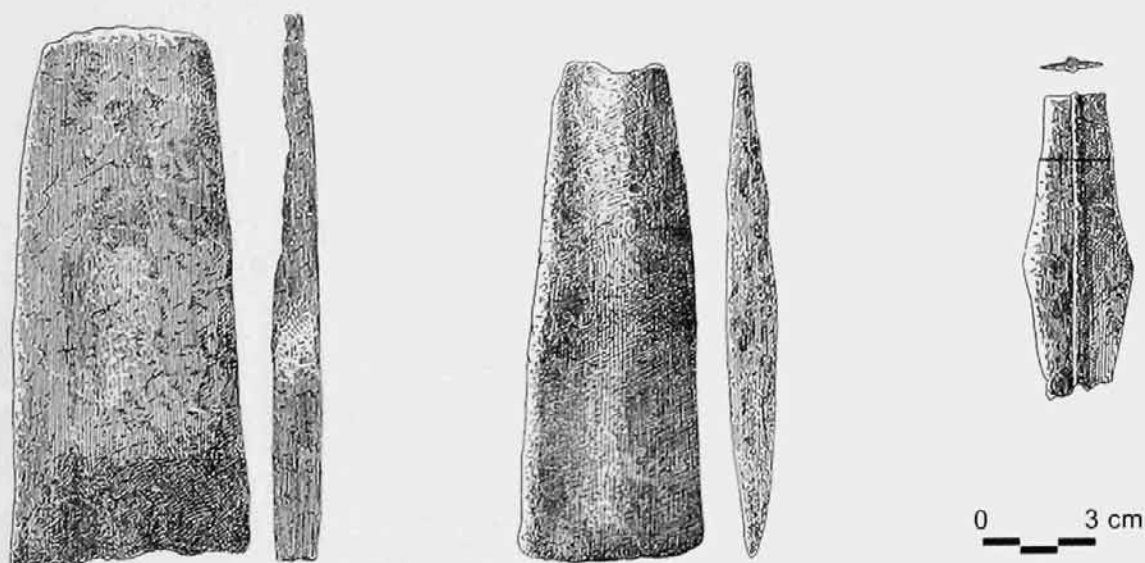


Fig. 20b – Alguns dos materiais do depósito de Caldelas, Leiria, (in Veiga, 1891).



Fig. 21a – Porto David, local de passagem do rio Côa e ribeira das Cabras, Pinhel (fot. Raquel Vilaça).

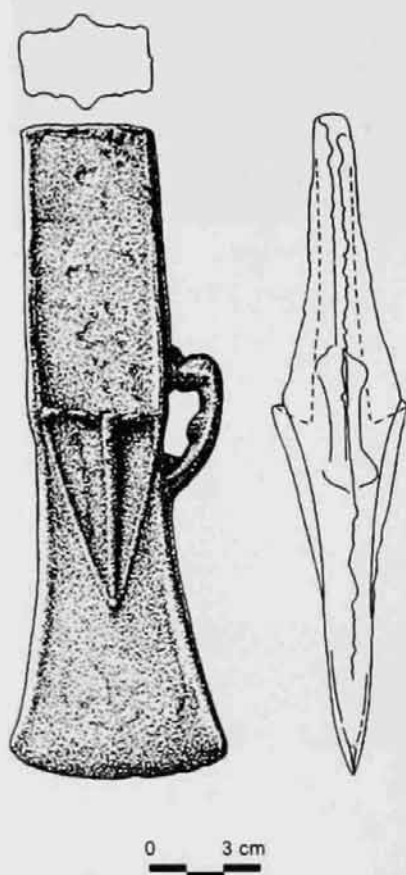


Fig. 21b – Machado de Porto David, (in Monteagudo, 1977).

firme para meio aquático e vice-versa; em última análise, há “estações arqueológicas” que mudam de local.

O caso do achado do depósito de Caldelas (Leiria) é elucidativo (Veiga, 1891, p. 154-155). Muitos objectos de cobre (entre eles, dois machados e um fragmento de lâmina de punhal), encontrados junto à ribeira com o mesmo nome (ou dos Pouzos), ficaram a descoberto sobre as areias após a grande cheia do inverno de 1887 (fig. 20 a e 20 b).

Num outro registo, importa ainda recordar que determinadas deposições privilegiam pontos estratégicos de passagem entre colos de montanha e entre as margens dos rios, nomeadamente onde estes se atravessam a vau ou ainda onde se misturam diferentes águas. Admite-se para algumas regiões que certas deposições, como as de machados, possam testemunhar nestes casos

uma forma de pagamento tributos de passagem (Galán Domingo, 1993, p. 72).

Os machados de Porto David (Pinhel), provenientes da margem do rio Côa (Monteagudo, 1977, p. 184), de um lugar de confluência da ribeira das Cabras com aquele rio, onde se atravessava a vau²⁸ (fig. 21 a e 21 b), e oriundos precisamente de uma região que sobressai pela escassez de artefactos metálicos da Idade do Bronze, bem poderiam ser entendidos sob aquele prisma.

Também a ponta de lança de alvado da Quinta do Passal (Várzea do Douro, Marco de Canavezes) (Lanhas e Brandão, 1967, p. 64-65), cujo topónimo poderá evocar prática similar, é proveniente de uma região perfeitamente marginal à área de maior concentração dessa categoria de artefactos. E, de alguma forma também, o machado da Barca (Foz de Arouce, Lousã), atrás referido. O topónimo por si só já sugestivo, identifica o local ribeirinho na margem direita do rio Ceira, compreendido entre a ponte principal da freguesia e a foz do rio Arouce, portanto, a zona onde de reúnem as águas dos dois rios (fig. 22a e 22b).



Fig. 22a – Foz de Arouce e Rio Ceira, na zona denominada Barca, vendo-se ao fundo e à direita a foz do rio Arouce (fot. Raquel Vilaça).

²⁸ Segundo informação de populares transmitida a Sabino Perestrelo, que também nos acompanhou na visita que ali fizemos em Setembro de 2001.



Fig. 22b – Machado da Barca, Foz de Arouce (fot. João Nuno Marques).

Esta questão da dualidade de depósitos em meio aquático e de depósitos em terra firme não é assim tão simples e a sua operacionalidade é bastante relativa. A premissa “depósito aquático” = “depósito votivo” perde consistência, pois um presumível “depósito de sucata”, utilitário, de terra firme, pode hoje encontrar-se em zonas alagadas; e um depósito votivo atirado para as águas do rio a partir de uma das margens, pode hoje ser recolhido em terra firme.

Nesta problemática haveria ainda lugar para pensar nos “depósitos de beira-mar”, tal como os anteriores, em situação de fronteira. É o caso do depósito de Areosa (Viana do Castelo) (fig. 23) encontrado numa fenda da rocha à borda do mar (Monteagudo, 1977, p. 170). Assim parece ter também acontecido com os cerca de 170 machados do depósito de Samieira (Pontevedra), encontrados debaixo de uma pedra de granito num sítio a 40/50 m do mar (García y Bellido, 1946).

Em ambos os casos, estes exemplos dizem respeito a machados de talão com cone de fundição, cuja produção foi recentemente explicada como tendo por objectivo um comércio costeiro destinado ao mercado mediterrâneo (Galán Domingo, 2005). Mas se é fácil encará-los como carregamentos prontos a embarcar – típicos “depósito de mercador” –, mais difícil é compreender por que motivo, tal como tantos outros, não terão seguido.



Fig. 23 – Depósito de Areosa, Viana do Castelo (in Monteagudo, 1977 – adapt.).

Portanto, importa sublinhar que, no território actualmente português, do norte ao sul, é admissível que a prática de deposições em meio aquático e em situações de margem tenha sido bem mais frequente do que se pensa, como sugerem as situações registadas no mapa (fig. 24). As deposições aquáticas/de margem são, entre nós, particularmente expressivas ao nível de machados, não tanto de armas²⁹. Atendendo à tipologia dos artefactos, este tipo de deposição parece ser transversal a boa parte da Idade do Bronze. Mais informação sobre a profundidade de achado dos depósitos desempenharia um papel crucial nesta questão, pois depositar na água junto à margem, perto da superfície, é muito diferente de depositar nas águas centrais e profundas dos rios, a que só alguns teriam acesso e, de qualquer forma, a partir de uma embarcação.

²⁹ Aparentemente, as deposições metálicas associadas à água circunscrevem-se ao cobre e ao bronze, não contemplando os artefactos de ouro, embora possam existir excepções, como por exemplo as argolas de ouro de Gibraltar (Covilhã), aliás perdidas, encontradas junto a um rego de água (Vilaça, 1995, p. 399). Este é um outro campo que necessita ser investigado.

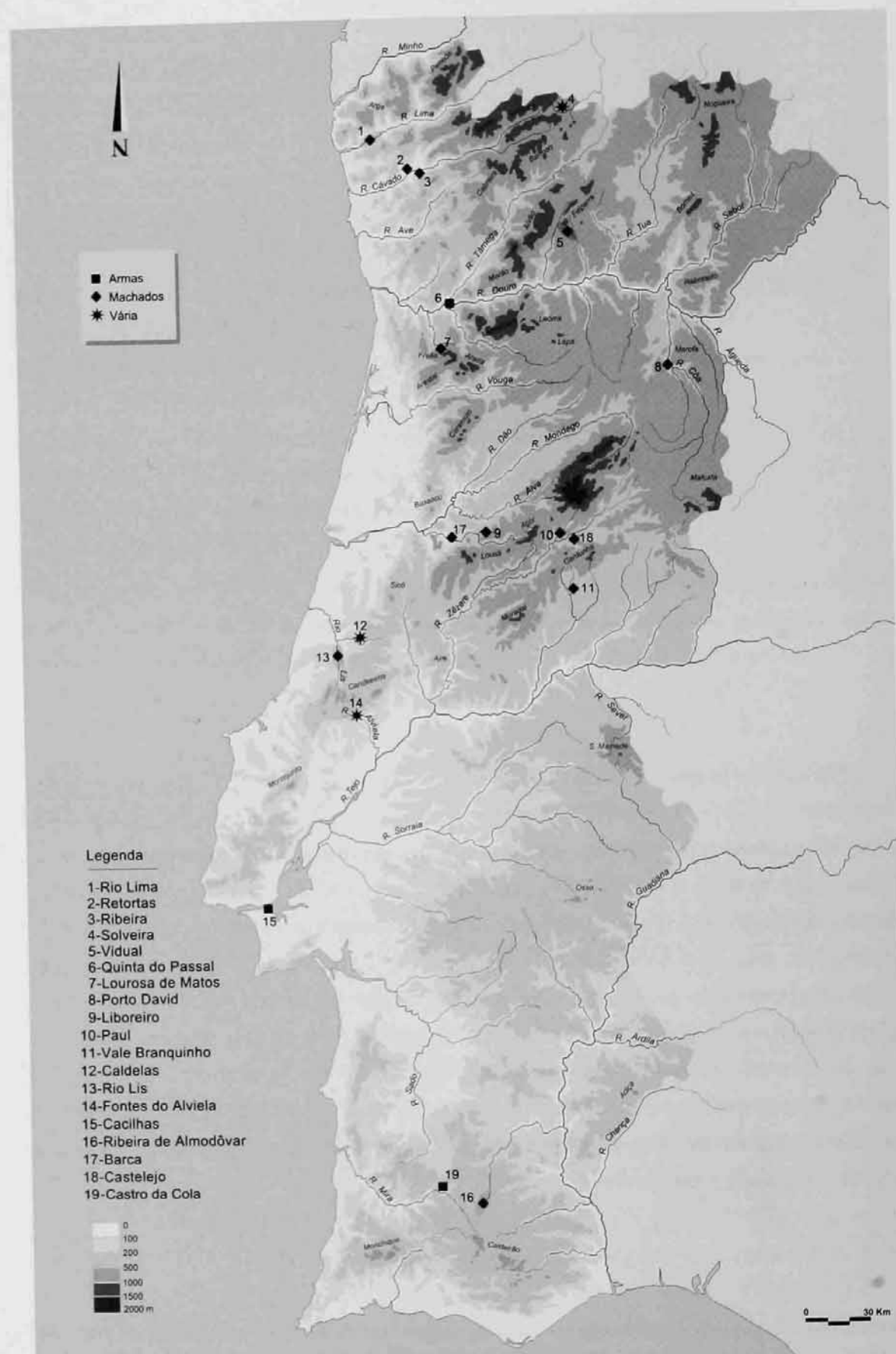


Fig. 24 – Deposições aquáticas / de margem.

4.4.3. Depósitos em lugares inexpressivos mas, ainda assim, escolhidos

Ao contrário de todas as situações que temos vindo a comentar, alguns outros depósitos surgem em sítios em relação aos quais não conseguimos apontar qualquer particularidade a não ser que estão genericamente no vale, na encosta ou no topo do monte. Sem acidente topográfico ou ribeiro por perto, são “*depósitos de sítios inexpressivos*”, mas tal não significa que, no passado, outras referências, hoje sem rasto, não tivessem existido.

Materiais ou não, certas “entidades” desaparecidas poderão ter dado significado a um lugar só hoje inócuo: onde existiu uma árvore alvo de culto, onde se verificou um “acontecimento especial”, como o local de morte de alguém, o campo onde caiu um raio, onde a colheita foi generosa, ou simplesmente o espaço sobrevoado por um pássaro portador de bons presságios.

Portanto, parece também ser necessário concluir que há lugares sagrados de natureza muito distinta: uns, os de carácter natural, são inalteravelmente sagrados e podem possuir uma significância de longo termo; outros, resultantes de um acontecimento súbito e fugaz, tornam-se sagrados só a partir dessa altura, mas em qualquer momento poderão deixar de o ser se não forem marcados ou se deles se perder a memória.

Lugares aparentemente inexpressivos são o de achado dos depósitos de Freixianda (Ourém) (Brandão, 1970) e de Travasso (Mealhada) (Lopes e Lopes, 1984).

Aquele foi descoberto quando se procedia ao plantio de vinha numa suave encosta (fot. 25) sobranceira a um vale estruturado pelo rio Nabão, que corre a



Fig. 25 – Local de achado e depósito de Freixianda, Ourém (fot. Raquel Vilaça).

cerca de 500 m para Nascente, e este provém de um pequeno vale igualmente fértil atravessado por uma ténue linha de água.

Se o primeiro, pelo seu conteúdo (cinco machados, um punhal, um escopro, uma tenaz e um pedaço disforme) (fig. 26 a e 26 b) poderia ser classificável como um típico "depósito de fundidor", e o segundo, com três machados de talão e uma foice de "tipo Rocanes", intactos (fig. 27), atribuível a um mercador, pergunta-se o que fariam um e outro naqueles descampados, aparentemente longe de todos, mas, ainda assim, à vista de qualquer um?

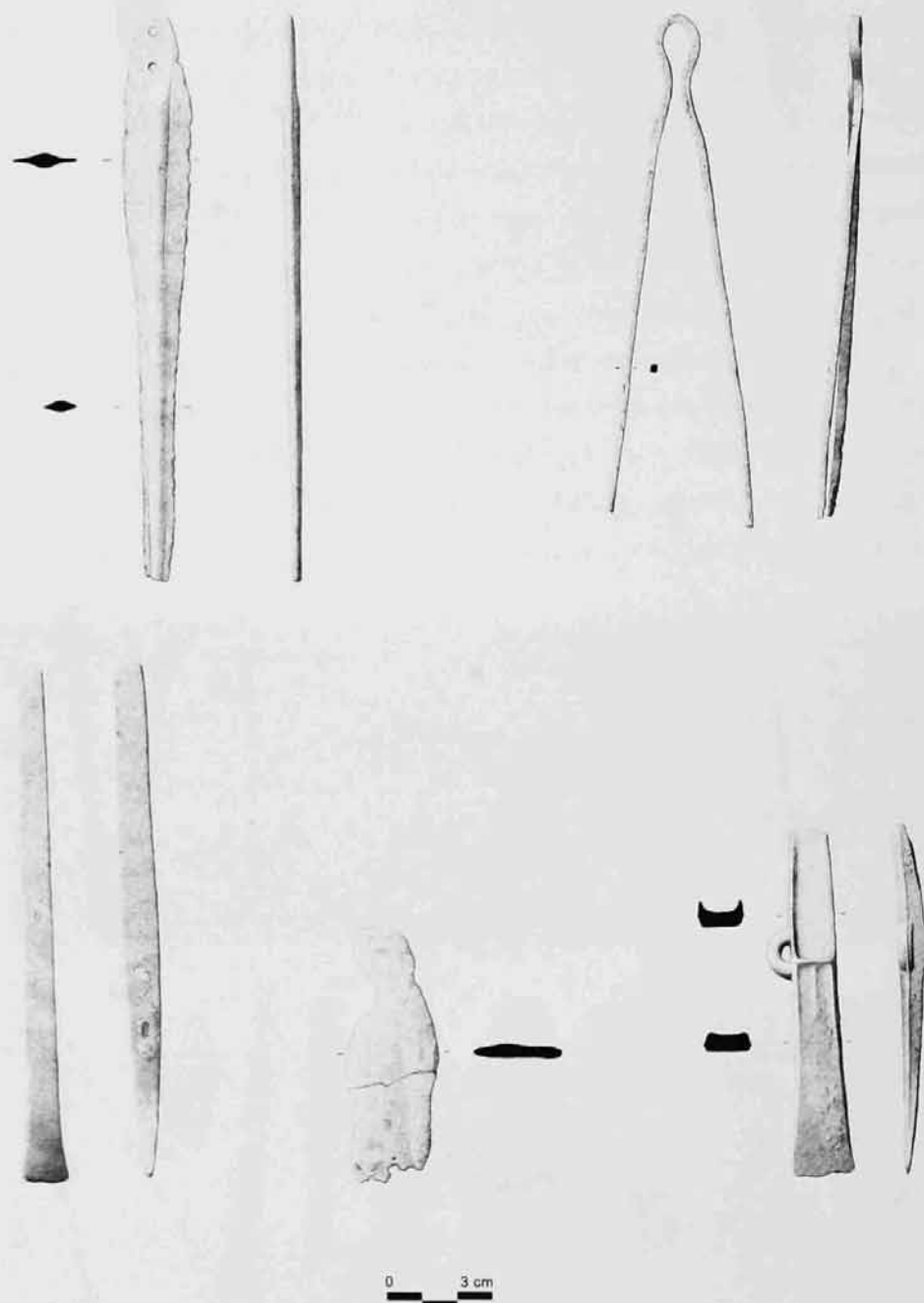


Fig. 26a – Materiais do depósito de Freixianda (des. de Sara Oliveira Almeida).

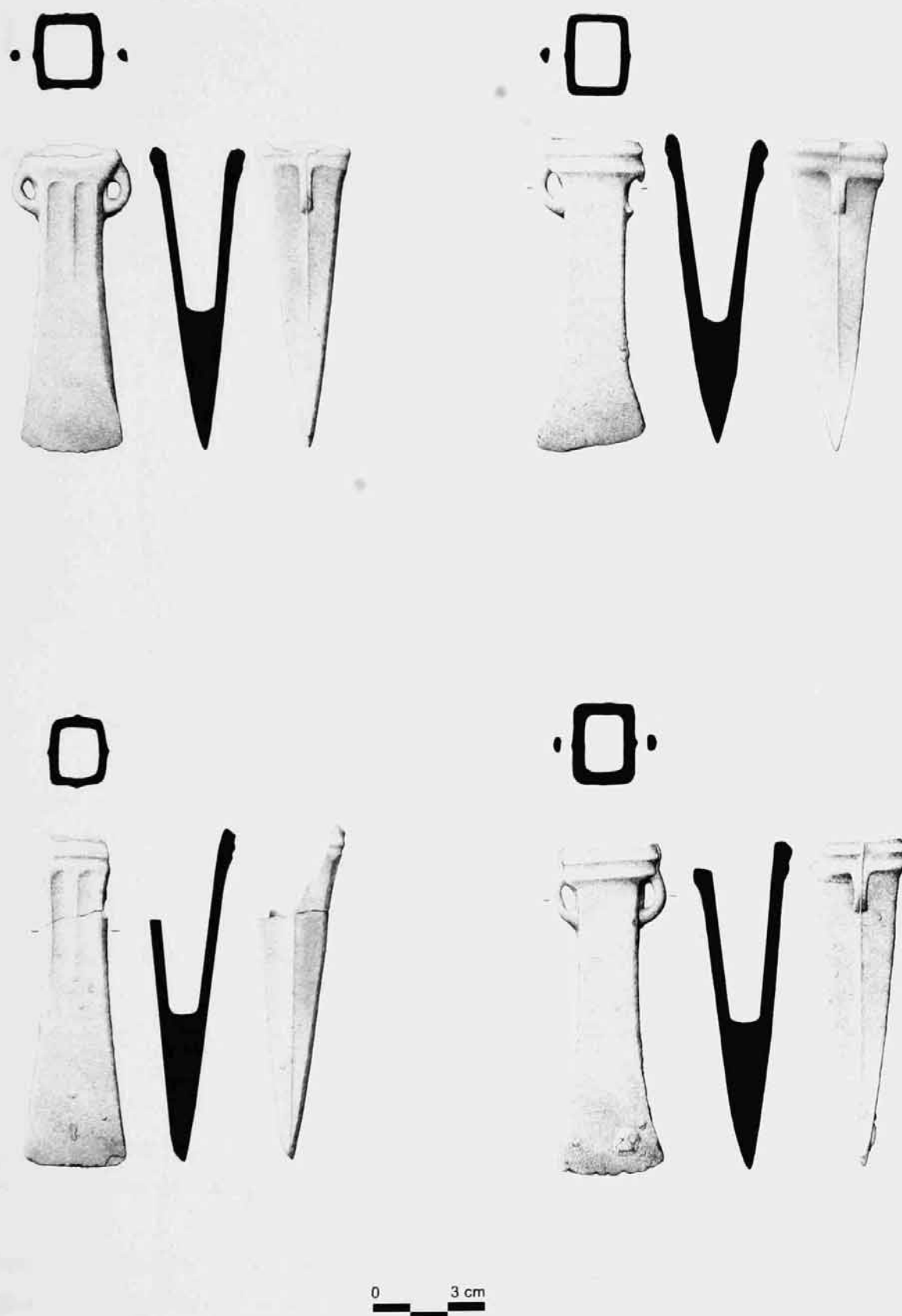


Fig. 26b – Materiais do depósito de Freixianda (des. de Sara Oliveira Almeida).



Fig. 27 – Materiais do depósito de Travasso, Mealhada (fot. Raquel Vilaça).

4.4.4. Os depósitos como 'agentes' de apropriação de territórios

Outros casos, aparentemente tão isolados no espaço como aqueles, são, ao invés, peças fundamentais de uma estratégia de transformação do espaço em articulação com outros "marcadores espaciais": o sítio onde as pessoas viviam, os povoados.

Se esta linha de pesquisa for desenvolvida e aprofundada³⁰, aliás na senda do que, quer Russell Cortez (1948, p. 274), quer Kalb (1980, p. 26 e 35; 1998, p. 158) já haviam detectado – a proximidade de achados singulares ou reunindo várias peças relativamente a castros –, certamente que outros sentidos se revelarão para o que parece desconexo no espaço (Vilaça, 1995, p. 395, 398). Nos seus trabalhos sobre o assunto, Bradley nota igualmente que em determinadas áreas os depósitos utilitários ocorrem perto de povoados contemporâneos (Bradley, 1982, p. 111; 1990, p. 13).

Mas essa relação ganhará mais sentido se for abrangente e incluir também os depósitos de ouro, pois todos devem ser equacionados como acumulações de riqueza e projecções no espaço do poder exercido e reproduzido socialmente n(d)os povoados (Vilaça, 2005b).

³⁰ Veja-se a nota 2.

Enquanto “elementos de marcação cultural do território” (Ruiz-Gálvez Priego, 1995a), a sua abordagem exige necessariamente uma outra aproximação ao nível de uma escala micro-regional, que procure valorizar o papel simbólico das periferias dos lugares habitados, seja em pontos mais afastados, seja nas escarpas, nas vertentes e nos sopés, isto é, nas zonas que separam o mundo cultural, habitado, do mundo selvagem e, em grande medida, desconhecido, mas em curso de apropriação através dessas deposições.

Os povoados, enquanto centros de referência, têm o seu contraponto no espaço envolvente, como sugerem inúmeros casos que importa investigar. Esses “depósitos periféricos” contam-se em múltiplas situações: Viatodos (Barcelos), Pinheiro (Felgueiras), Lama Chã (Montalegre), Marzugueira (Alvaiázere), Capinha (Fundão), Quinta do Ervedal (Fundão), Monforte (Castelo Branco), Penedo do Lexim (Mafra), Alqueva (Moura), etc.; ou mesmo no próprio espaço do povoado, cuja cenografia comportou igualmente deposições metálicas, ainda que não (aparentemente?) na área habitada³¹: casos de Vilar de Mouros (Caminha), Lugar do Monte (Felgueiras), Torre de D. Chama (Mirandela), Chãs de Tavares (Mangualde), Vila Cova de Perrinho (Vale de Cambra), etc.

4.5. O espaço dos depósitos

4.5.1. Penedos, fossas, caixas, cistas, sacos (?) e recipientes cerâmicos

Embora omissos na maioria dos casos, existe, ainda assim, pertinente informação sobre as condições de deposição de determinados depósitos. Alguns foram cuidadosamente acondicionados e protegidos, o que significa que a deposição em si própria constituiu uma importante etapa, porventura tão importante quanto o seu resultado, isto é, o depósito. Nem todos os depósitos terão sido submetidos, necessariamente, a este tipo de cuidados, mas se a sua identificação e registo tivessem sido sempre observados no momento de achado, certamente que muitos mais artefactos poderiam ser hoje valorizados nesta problemática.

O cuidado e intenção postos na deposição traduzem-se na existência de um contentor, natural ou artificial, perene ou perecível, muito ou pouco elaborado.

São várias as situações que correspondem a deposições nas fendas de penedos, isto é, em lugares naturais que, de alguma forma, funcionaram como contentores, conforme vimos já em 4.4.2.

Numa outra categoria encontram-se os casos que implicaram a construção intencional de um espaço para acolher os depósitos. Simples fossas abertas no saibro

³¹ Como referimos de início, as deposições feitas em níveis de ocupação não foram contempladas nesta discussão.

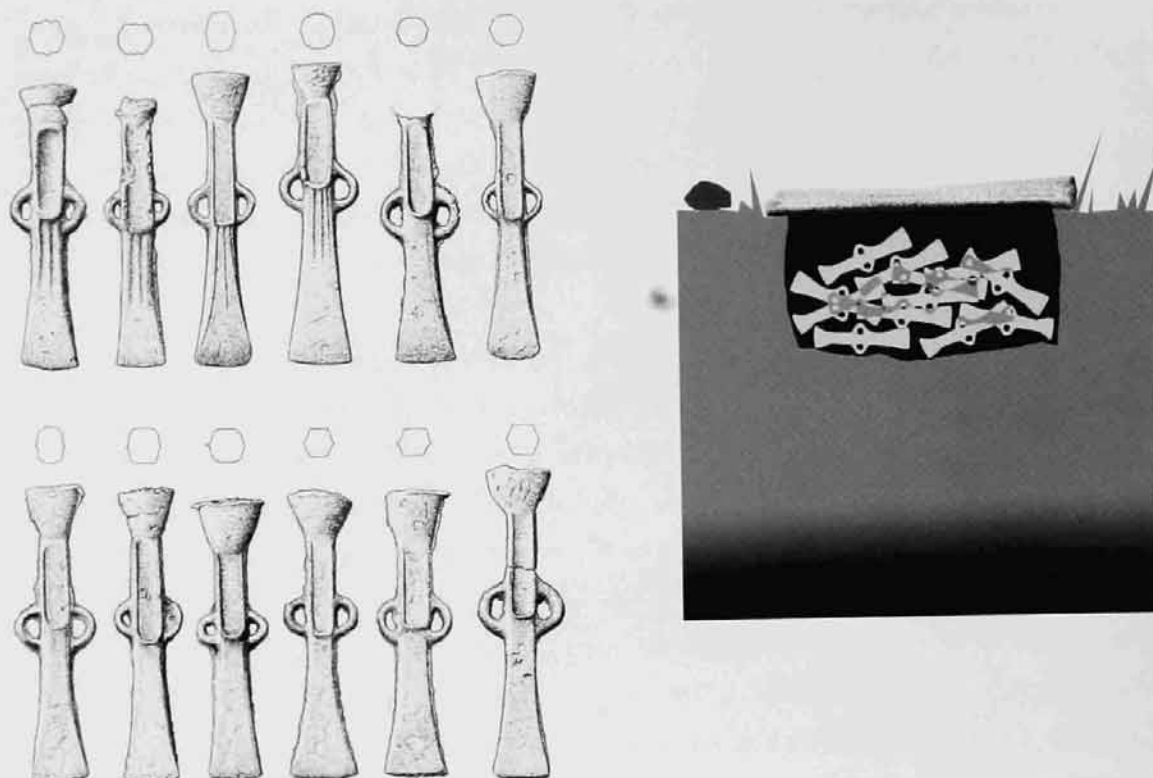


Fig. 28 – Depósito de Abelheira, Santo Tirso (in Montegaudou, 1977) e reconstituição hipotética do achado na fossa com laje de cobertura (adapt. José Luis Madeira).

tapadas com uma laje foram assinaladas na altura da descoberta dos depósitos de Abelheira/S. Martinho de Bougado (Santo Tirso) (Sarmiento, 1888, p. 158) (fig. 28) e no do Alto das Orquinhos (Vila Nova de Paiva) (Cortez, 1945, p. 121).

É admissível que noutros casos a solução encontrada para a cobertura tivesse passado pela utilização de materiais perecíveis que não foram identificados. Em alguns depósitos franceses, como os de Rosnöen (Finisterra) e Marchesieux – depósito B (Mancha), foi possível averiguar este aspecto: o primeiro estava sob ramadas entrecruzadas de carvalho (Briard *et alii*, 1980, p. 51) e o segundo encontrava-se tapado com restos de cortiça (Verron, 1983, p. 272).

A deposição em caixas de madeira e em cistas foi solução a que também se recorreu, por exemplo na Galiza: os machados de Samieira (Pontevedra) foram depositados possivelmente numa estrutura de madeira (García y Bellido, 1946, p. 265) e os de St.^a María de Paradela (Pontevedra) numa cista de pedra (Ferrer Soler, 1945-46, p. 349). Não nos é possível apontar casos similares no território português, a não ser o do depósito de S. Brás/Torre de D. Chama (Mirandela) que, a fazer fé na notícia disponível – um tanto ou quanto estranha – estaria em situação idêntica: “um indivíduo andava a cavar na encosta e descobriu um caixão de cobre muito pesado por estar cheio de machados de cobre” (Lopo, 1900, p. 280).

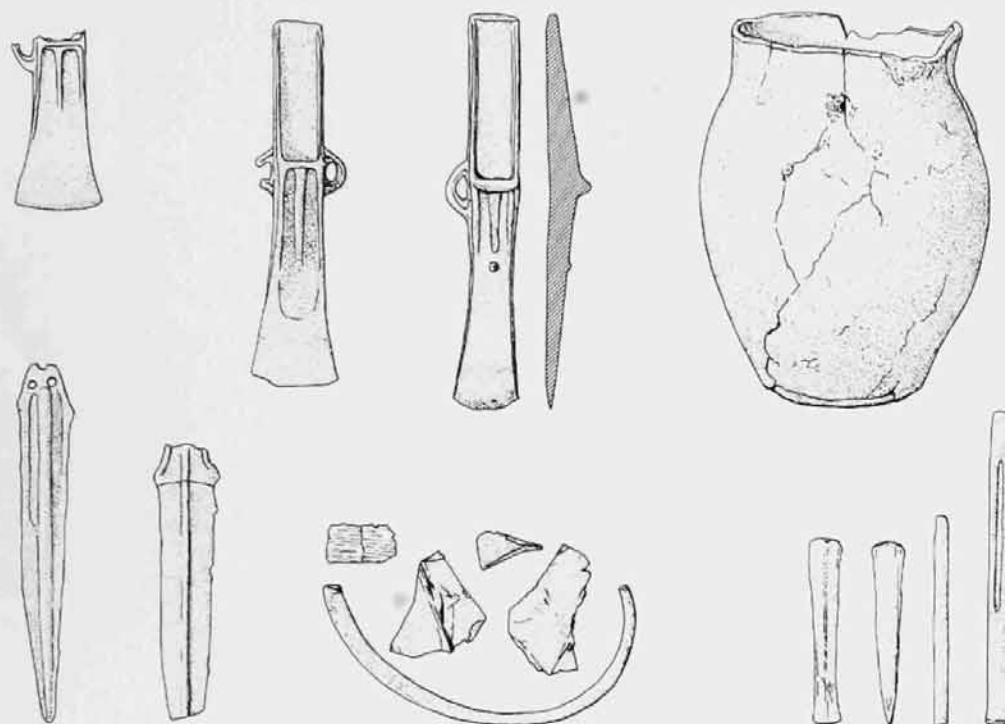


Fig. 29 – Depósito de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra (in Kalb, 1980 – adapt.).

Os depósitos também se fizeram no interior de recipientes cerâmicos³². Tal prática ficou registada no depósito de Vila Cova de Perrinho (Vale de Cambra) (fig. 29), de que se conserva, quase intacto, um vaso liso com pequeno colo onde se guardavam as treze ou catorze peças do depósito (Brandão, 1963, p. 118).

De igual modo, o depósito de Baleizão (Beja), neste caso o único bimetálico, constituído por 31 peças de bronze, ouro e pasta vítrea, também se encontrava depositado num vaso, de que restam alguns fragmentos (Vilaça e Lopes, 2005). Na altura do achado do depósito de Viatodos (Barcelos) teria aparecido juntamente um recipiente de barro, mas que se perdeu (Villas-Bôas, 1948a, p. 13). Também com os materiais do depósito de Espite (Ourém) surgiram “fragmentos de louça de barro” (Veiga, 1891, p. 153). A prática de fazer deposições em recipientes cerâmicos assumiu ainda, excepcionalmente, configurações mais complexas, como revela o caso do depósito de Monte Sa Idda (Sardenha), que se encontrava num duplo vaso, para além de estar associado a uma “espécie de menir”³³ (Taramelli, 1921, p. 7, 10).

³² São vários os exemplos que poderíamos referir em termos europeus, como sucede, por exemplo, com o depósito de Clos de la Blanche Pierre (St. Lawrence, Jersey) (Coombs, 1988) ou com o de Polizzello (Sicília) (Giardino, 1987).

³³ A existência de depósitos que estariam assinalados por pedras é conhecida na Irlanda (Eogan, 1983: 9) e no sul da Alemanha (Bradley, 1987, p. 380), mas não encontramos este tipo de situação na pesquisa que fizemos.



Fig. 30 – Depósito de Pinhal do Urso, Figueira da Foz / Pombal (fot. Sónia Pinto) e saco de ourives tuareg (seg. Kalb, 1998).

Finalmente, é admissível, ainda que sem quaisquer indícios directos comprovativos, que alguns depósitos tivessem sido guardados num saco de tecido ou de couro. Com base em paralelos etnográficos, foi essa a solução proposta por Philine Kalb para o depósito do Pinhal do Urso (Figueira da Foz/Pombal) (fig. 30), interpretado como um conjunto pertencente a um ourives (Kalb, 1998, p. 161-162). Merece particular destaque o fragmento de possível cinzel por apresentar decoração feita a punção, tido como suporte de experiências decorativas feitas pelo ourives (fig. 31).

4.5.2. A ordem e o caos

O mesmo cuidado e intenção expressam-se ainda na disposição dos artefactos. Em termos gerais, podemos extremar as situações entre “a ordem e o caos”, bem expressa em depósitos estudados em França, concretamente na Bretanha, por Jacques Briard e outros (fig. 32).

Aquela dificilmente é compatível com deposições provisórias e utilitárias e o caos pode simplesmente resultar da quebra do cordão de vime, couro ou outro material perecível que atava os artefactos³⁴, ou da destruição do saco que os

³⁴ Por exemplo, sabemos que os pequenos machados do depósito de Moidrey (Mancha) foram depositados numa fossa e atados com um pedaço de cânhamo (Briard, 1987, p. 143), substância de uso e consumo (?) bem anteriores, como revela a cerâmica campaniforme decorada com a impressão de fibras de cânhamo.

protegia. Mas um e outro estado podem igualmente evocar situações sociais de “normalidade” e controlo, ou de tensão e conflito. Machados depositados com os gumes em sentidos opostos não deverão significar o mesmo que machados postos com os gumes todos na mesma orientação³⁵.

Neste aspecto, a informação disponível é bastante limitada e sem qualquer registo gráfico e/ou fotográfico. Ainda assim, é possível identificar distintas situações. Os materiais de Espite (Ourém) (Veiga, 1891, p. 153), Moreira (Monção) (Cortez, 1951, p. 156) e Fóia (Monchique) (Veiga, 1891, p. 179) estavam numa pilha, em monte. Os cinco machados do depósito de Agro Velho (Montalegre) encontravam-se um ao alto e os outros empilhados (Teixeira e Fernandes, 1963, p. 269)³⁶. Os dois machados de Távora (Viana do Castelo) estavam ordenados lado a lado (Pereira, 1898, p. 88) e os de Bujões (Vila Real) encontraram-se juntos em cordão (Botelho, 1899-1903, p. 825).

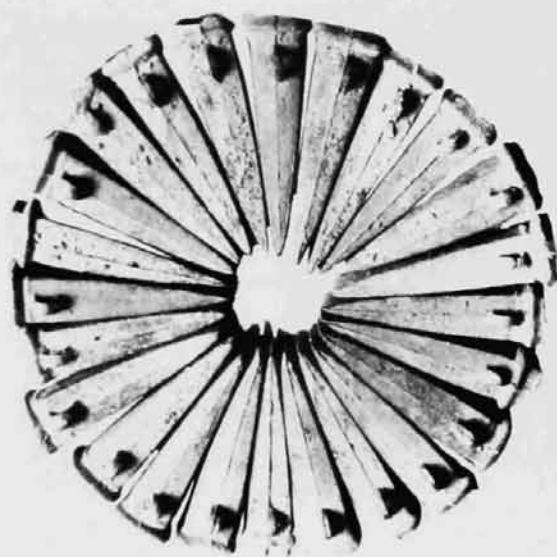
A disposição dos artefactos de um depósito pode ainda



Fig. 31 – Fragmento decorado a punção do depósito de Pinhal do Urso (des. de João Ricardo Cruz e fot. Sónia Pinto).

³⁵ A este respeito é bem elucidativo o depósito de Samieira (Pontevedra): as muitas dezenas de machados estavam colocados com uma regularidade intencional, em quatro ou cinco camadas, uns ao lado dos outros, verticalmente, com o talão para cima e o gume para baixo; mesmo os oito ou dez que apareceram fragmentados tinham as suas partes *in situ* (García y Bellido, 1946; Sierra Rodríguez et alii, 1984, p. 29).

³⁶ Tal como os machados do depósito de Ameixenda (Corunha) (Monteagudo, 1977, p. 163).



Cléguérec, Bretagne



Plestin-les-Grèves, Côtes-du-Nord

Fig. 32 – A “ordem e o caos” expressos em depósitos da Bretanha, França publicados por Briard.

decorrer de uma ordenação por tipos e matéria-prima. Esta situação parece ter ocorrido no depósito de Baleizão (Beja): segundo um dos achadores, as peças de ouro (colar, bracelete, anel) estavam no fundo e os bronzes (machados) encontravam-se por cima (fig. 33). Infelizmente, neste caso já não foi possível registar e precisar tal informação, como sucedeu com o de Villethierry (Yonne, França),



Fig. 33 – Depósito de Baleizão, Beja e reconstituição hipotética da distribuição dos materiais no interior do vaso (fot. Conceição Lopes e adapt. José Luis Madeira).

depositado num recipiente, no interior do qual se fez uma verdadeira escavação, verificando-se que os 850 objectos estavam perfeitamente agrupados por tipos (Mordant e Prampart, 1976).

Se, com o exemplo de Baleizão, já não podemos continuar a ser tão afirmativos como antes a respeito da existência de duas esferas distintas de circulação e de deposição do ouro e do bronze (Combs, 1975, p. 62; Ruiz-Gálvez Priego, 1998a, p. 166)³⁷, pois alguns outros depósitos também incorporam peças de ouro e de bronze, a verdade é que no microcosmos do(s) responsável(eis) pela deposição de Baleizão, esses campos não se misturariam antes permaneceriam apartados, com uma certa ordem (visível para os achadores).

Finalmente, importa mencionar que em determinados casos há referência a carvões, cinzas e manchas escuras, o que poderá indiciar a manipulação do fogo, e o seu papel simbólico no acto de deposição. As sete peças (machados de talão com cone de fundição, de alvado e fragmentos de outros) que constituem o depósito de Vilela Seca (Chaves) apareceram misturadas com pedaços de carvão a uma profundidade de cerca de 70 cm, o que credibiliza a respectiva associação (Villas-Bôas, 1948b, p. 38). Também foi registada a existência de carvão entre as numerosas peças do depósito da Quinta do Ervedal (Fundão) (Villas-Bôas, 1947, p. 160), bem como no de Espite (Ourém). Para aquele não dispomos de mais informação, mas para este sabemos ainda que havia cinzas misturadas³⁸, para além de fragmentos de cerâmica, conforme já referimos (Veiga, 1891, p. 153). Já as terras que envolviam o depósito de Solveira (Montalegre) (fig. 19) eram escuras, quase pretas, o que contrastava com o amarelo das restantes (Costa, 1963, p. 122).

Explicações minimamente fundamentadas para a presença desses carvões, cinzas e manchas seriam possíveis se os arqueólogos tivessem tido possibilidade de escavar esses depósitos. Este problema conduz-nos a um outro que não tem merecido muita atenção: seriam os artefactos depositados encabados ou não?

Seguramente que em muitos casos, decerto a maioria, não, porque espacialmente impossível, mas em alguns talvez sim³⁹. Por exemplo, Santos Júnior é muito claro ao afirmar que uma das lanças do depósito de Lama Chã (Montalegre)

³⁷ Não nos é possível desenvolver neste momento esta temática, mas seria igualmente interessante abordar a problemática dos depósitos em função da matéria-prima dos artefactos, quer em termos de combinações entre bronze/ouro/ferro, ou entre bronze/pedra – situação esta que se verificaria (?) no possível depósito de Tourais (Seia) (Nunes, 1958, p. 229), com um machado de bronze e vários (em número indeterminado) de pedra, quer ainda ao nível da própria análise metalográfica das peças.

³⁸ O depósito de Calvos de Randín (Orense) também terá aparecido numa camada de cinzas (Monteagudo, 1977, p. 253).

³⁹ Este é mais um assunto a merecer atenção, designadamente se confrontado com a temática das “estelas” – um dos outros “marcadores espaciais” –, nas quais as armas figuradas – simbolicamente presentes – surgem sempre encabadas, portanto, exprimindo decerto um sentido distinto.

“tinha encavadoiro e nele havia ainda um bocadinho de madeira que tiramos com a ponta dum cinzel” (Santos Júnior, 1968, p. 340). Também algumas lanças de Huelva, muito embora se trate de uma deposição com características contextuais particulares, possuíam restos das hastes (Ruiz-Gálvez Priego, 1995a, p. 130).

Enfim – e afinal não tão parcas como seria de supor –, todas estas informações são suficientes ou revelam, tão-só, significativos indícios, que nos permitem concluir que os depósitos não eram nem coisas perdidas, nem meras deposições casuísticas, descuidadas e precipitadas.

4.6. O conteúdo dos depósitos

4.6.1. O número de artefactos

Como vimos no início, a composição interna, em termos numéricos e tipológicos, de cada depósito é uma das linhas de pesquisa mais clássicas, permanentemente actual e indispensável, embora insuficiente. De um ponto de vista estritamente arqueográfico, é fundamental que um dia se concretize essa sistematização alicerçada numa pesquisa rigorosa, sistemática e com acesso directo às fontes⁴⁰.

Os materiais que serviram de base às nossas reflexões ascendem a várias centenas de unidades. Com excepção de dois casos, bastante discutíveis quanto à quantidade de artefactos que possuíam – Vilar de Mouros, com 200 (?) (Vieira, 1886)⁴¹ e Vila de Punhe (Viana do Castelo), com mais de 100 (?) (Viana, 1938)⁴² –, os depósitos do território português são de dimensão pequena ou muito pequena quando comparados com outros, como o de Huelva, com mais de 400 peças (Ruiz-Gálvez Priego, ed., 1995, p. 183-250), Samieira (Pontevedra), com cerca de 170 (Garcia y Bellido, 1946, p. 263), ou Llavorsí (Lérida), com 148 peças (Gallart i Fernández, 1991). Se essa comparação for mais abrangente, rapidamente nos apercebemos que, mesmo estes últimos, ficam bastante aquém do que existe além Pirenéus. Recordemos, a título de exemplo, os casos de Villethierry (Yonne), com cerca de 850 (Mordant e Prampart, 1976), Vénat, com mais de 2.700 (Coffyn *et alii*, 1981), ou Isleham, com cerca de 6.500 peças (Britton, 1960, p. 279).

⁴⁰ Veja-se a nota 2.

⁴¹ Este número poderá ser exagerado, ou não; o certo é que a maioria das peças foi imediatamente fundida e distribuída pelos achadores e, sobre aquele número, Martins Sarmiento refere: “diz que se falava em 200 peças...” (1888, p. 158).

⁴² É evidente que este número também poderá ser exagerado mas, ao que parece, o achador enviou a maior parte dos objectos para uma oficina que os fundiu e fabricou um cilindro com 60 Kg (Viana, 1938, p. 7).

Evidentemente que tais discrepâncias só podem significar que são muitas, e diversas, as realidades por detrás dos depósitos.

Em rigor, qualquer valorização numérica por depósito sobre o seu possível significado é, metodologicamente, de importância relativa tendo em conta dois dos aspectos já referidos: por um lado, o carácter aberto que preconizamos para os (ou alguns) depósitos, que podem ter sofrido eventuais perdas ou ganhos; por outro, o facto de sabermos que, uma vez descobertos, muitos dos depósitos que nos chegaram foram imediatamente desmantelados, com destruição e dispersão de peças. Ainda assim, será útil sintetizar, um dia, tal informação. E, de qualquer forma, há depósitos fechados e que sabemos completos.

Numericamente falando, um número que se destaca pela repetição – e a repetição é uma característica das práticas rituais –, é o “*número três*” (e seus múltiplos) que alguns investigadores associam à tríade divina de raiz indo-europeia (Warmenbol, 1996).

Tivemos já ensejo de comentar esta situação a propósito dos três espetos do Alto das Orquinhos/Alhais (Vila Nova de Paiva) e não desejamos adiantar muito mais (Vilaça e Cruz, 1999, p. 88 e notas 35 e 36). Mas a verdade é que diversos depósitos reúnem objectos em número de três, quer espetos, como aquele, ou o de Marzigueira (Alvaiázere) (fig. 34), entre outros (Almagro Gorbea, 1974, p. 355-357), quer machados, como o de Barcelos (MacWhite, 1951, p. 47), o do Lugar do Monte (Felgueiras) (Pinto, 1995, p. 270), o de Insalde (Paredes de Coura) (Nunes, 1957a), etc.

No caso daqueles últimos espetos, e ao contrário do que é frequentemente suposto, não são provenientes do povoado do Bronze Final/Ferro Inicial existente no topo da Serra de Alvaiázere, em curso de escavação por Paulo Félix, mas do seu sopé, na vertente norte, no lugar de Marzigueira, conforme informação das fichas de registo das peças existentes no MNA. Trata-se, pois, de um “*depósito periférico*” em zona de passagem. Acrescente-se que nesse sítio, como já Ferraz de Macedo (1893, p. 22) havia referido, e que confirmámos localmente, brota da rocha uma farta nascente de água (hoje adaptada a uma fonte e tanque da aldeia) (fig. 35), o que valoriza contextualmente o carácter possivelmente sagrado da deposição.

E são também normalmente os casos com três unidades que correspondem a depósitos monotipológicos do Bronze Final, em manifesta discordância com o que caracteriza as deposições da época, designadamente do seu final, pautadas por conjuntos reunindo vários tipos distintos.

E, se prosseguíssemos este caminho, voltaríamos a encontrar situações, agora ao nível de conjuntos áureos, em que aquele número se repete; é o caso de vários dos tesouros de âmbito Sagrajas/Berzocana, como o de Baiões, mas não só.

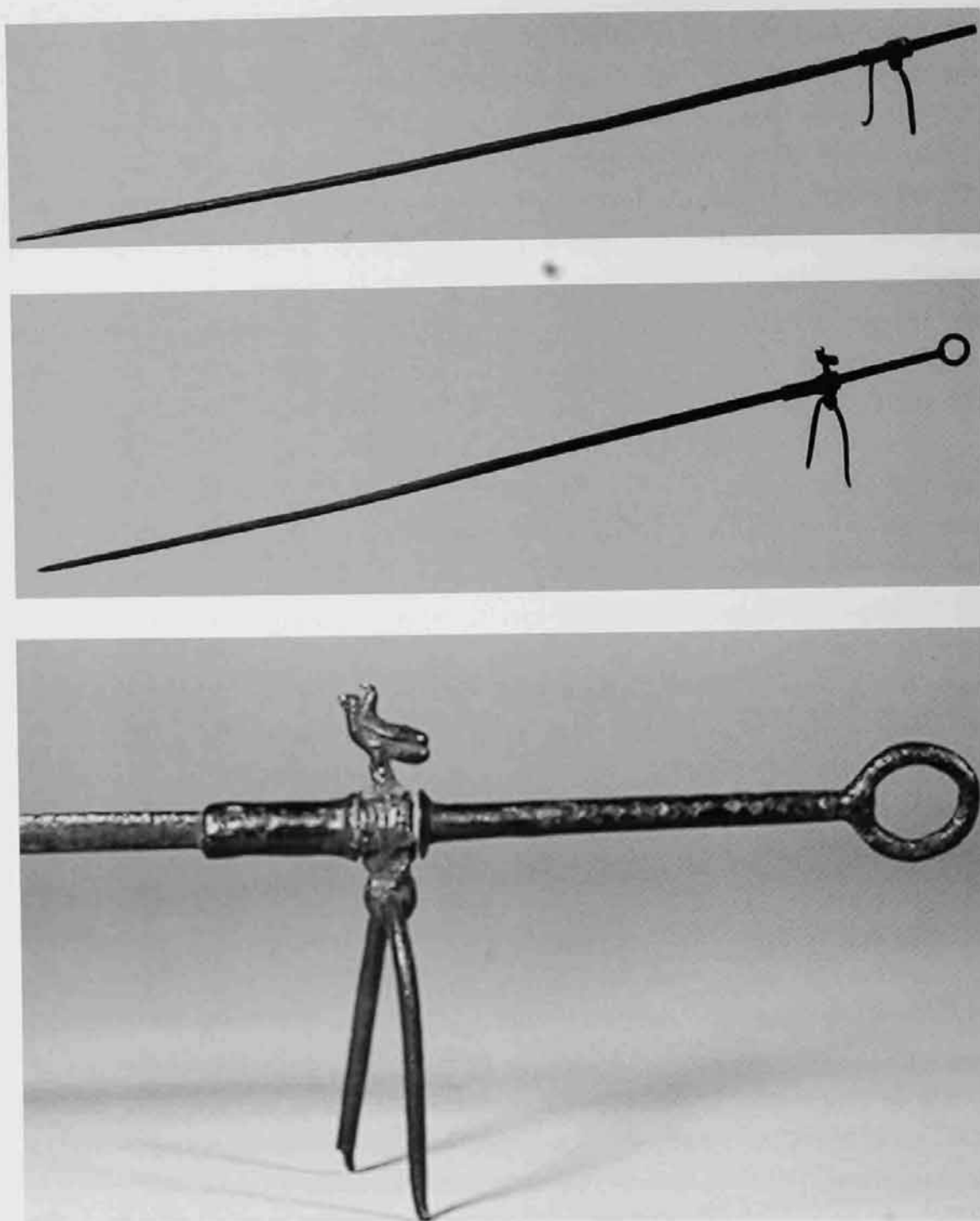


Fig. 34 – Dois dos espetos de Marzigueira, Alvaiázere, e pormenor de um deles encimado por duplo pássaro (DDF/IPM e Barbara Armbruster).



Fig. 35 – Sítio da nascente de água na Marzugueira, Alvaiázere (fot. Raquel Vilaça).

O próprio colar do Casal de Santo Amaro (Sintra) é três em um (três colares daquele tipo unidos), tal e qual como o bracelete de Cantonha (Guimarães) (dois braceletes daquele tipo ligados entre si por um terceiro de tipo Villena/Estremoz). Mas fiquemos por aqui.

4.6.2. O estado dos artefactos

Um dos pontos de discussão que gira à volta dos depósitos consiste na enorme discrepância existente ao nível do estado físico dos artefactos: completos, incompletos, em fragmentos, deformados, novos, usados, parcialmente fundidos, etc. Diversas explicações têm sido apresentadas para tal situação, nomeadamente a sujeição de determinados materiais a algum tipo de violência (Nebelsick, 2000).

Mais do que em qualquer outra vertente, este campo de análise exige o manuseamento directo e atento das peças que constituem os depósitos. Não basta ver quantas são as completas e as partes fragmentadas, mas também se aquelas estão intactas ou gastas e se nestas faltam fragmentos ou se estes se completam entre si. Mesmo quando as publicações integram imagens das peças, os equívocos podem surgir.

Por exemplo, um dos machados de alvado de Freixianda (Ourém) é publicado com fractura na zona do encabamento, portanto, como peça funcionalmente inútil;

mas o fragmento em falta faz parte do depósito, o que significa que a peça está, de facto, completa, ignorando-se se foi depositada já fracturada ou intacta. Também entre as peças fragmentadas do depósito de Pinhal do Urso (Pombal), há duas publicadas independentemente como lingotes (Kalb, 1998, fig. 1-1 e 2), mas que fazem parte de uma mesma peça conforme tivemos oportunidade de analisar.

Nesta problemática é ainda indispensável recorrer a análises de microtopografia das peças que podem ser elucidativas e determinantes, permitindo a identificação de marcas de uso de instrumentos de corte ou de deformações feitas a quente (tendo sido torcidas até quebrar) e afastando, assim, a hipótese de fragmentações acidentais. Muitas vezes, o mais interessante dos artefactos é aquilo que se não vê, no imediato.

Por conseguinte, objectos fragmentados e fractura de objectos não são, necessariamente, a mesma coisa, podendo mesmo conduzir a leituras divergentes. Neste mesmo problema, insere-se a questão da quebra ritual de cerâmica, associada ao “fim”, seja o do abandono e da condenação de uma qualquer estrutura, seja para assinalar o termo de relações sociais ou a morte de alguém (Brück, 2001).

Como vários autores têm assinalado, é particularmente nos depósitos do Bronze Final que se encontram objectos fragmentados, o que expressa uma profunda alteração relativamente às práticas deposicionais anteriores, nas quais a tónica consiste em objectos completos. Aliás, como vimos, o estado físico dos artefactos é um dos principais critérios que serve de justificação à distinção entre “depósitos de fundidor” e “depósitos de mercador”, aqueles com peças fragmentadas para refundição, estes com peças inteiras e novas para venda. Por outro lado, esta mesma linha interpretativa contempla a hipótese de a fractura acidental ou decorrente

de uso intenso ser acrescida de novas fracturas, agora intencionais, com vista à reciclagem e criação de unidades de metal com um tamanho e peso modulares e *standart*, determinados pelo valor de troca ou adaptados à dimensão do cadinho. Nesta perspectiva, será de esperar que não se verifique qualquer selectividade, nem nos tipos de objectos – não são estes que interessam mas o seu metal –, nem na localização das fracturas no corpo dos artefactos – tudo é cortado por igual, normalizado, como parece ter sucedido com as foices do depósito de Winklass (Baviera) (Wells, 1988, p. 57 e fig. 7).



Fig. 36 – Gume do machado de Fontes do Alviela, Alcanena (fot. Raquel Vilaça).

Analisando o estado físico das peças de depósitos do território português, concretamente machados, espadas e punhais, verificamos que é possível reflectirem comportamentos distintos ao nível da deposição das partes fracturadas. Aqueles são frequentemente depositados reduzidos aos seus gumes, como o de Fontes de Alviela (fig. 36) – raramente é depositada a parte do talão ou do encabamento – enquanto as armas surgem, não raras vezes, com as pontas quebradas⁴³.

É o que encontramos nos punhais de Orgens (Viseu), Fonte de Marcos (Porto de Mós) e Freixianda (Ourém), e nas espadas de Pinhal de Melos (Fornos de Algodres), ou numa das de Safara (Moura) e Évora (fig. 37). Tendo em conta a cronologia do Bronze Antigo atribuível à espada de Pinhal de Melos, é admissível que a inutilização ritual de armas – é certamente de um ritual que se trata –, seja uma prática com origens remotas. Portanto, nos machados privilegiam-se os gumes, as partes funcionais; nas armas, estas são desprezadas.

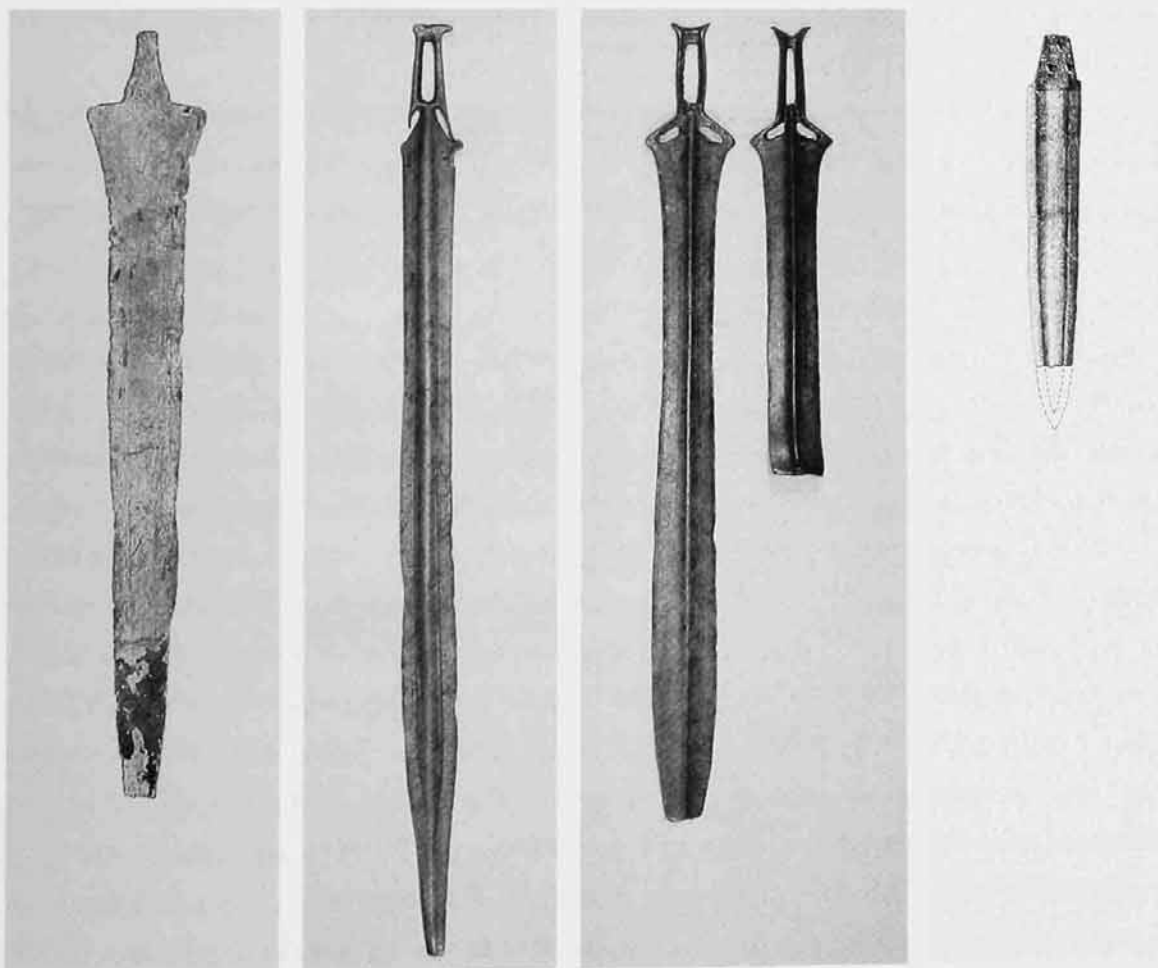


Fig. 37 – Armas com pontas fracturadas (esc. diversas) — Pinhal de Melos, Safara, Évora e Fonte de Marcos (DDF/IPM e Veiga, 1891- adapt.).

⁴³ Não nos referimos à fractura de peças da responsabilidade dos achadores, como sucedeu com as partes mesiais do punhal de Orgens (Coelho, 1949, p. 91-92), da espada de Pinhal de Melos (Paço e Ferreira, 1957, p. 5), ou dos machados de Távora (Arcos de Valdevez) (Neves, 1969, p. 279). No caso dos dois primeiros, as pontas já estavam quebradas na altura da descoberta.

Um objecto mutilado é um objecto morto, ou seja, ineficaz. A deposição de armas nestas condições tem merecido explicação distinta, consoante o proprietário que se lhes atribui. Tratando-se de armas de um suposto inimigo, representariam a prática proibitiva de voltarem a ser utilizadas. Sendo armas, designadamente no caso de espadas – por excelência a arma de prestígio, talvez até mais de coação do que de combate –, poderiam encarnar o espírito ou a pessoa do seu proprietário após a morte deste, constituindo-se como uma extensão do seu próprio corpo (Treherne, 1995, p. 128). São vários os casos etnográficos do sacrifício (destruição física e/ou simbólica mediante deposição) de objectos personalizados aquando da morte daquele. As coisas que serviram em vida a uns, não podem servir a outros depois da morte desses, nem cair em mãos estranhas. Por isso são inutilizadas, fracturando-se ou distorcendo-se; por isso se retiram de circulação, depositando-se. É neste sentido que Bradley interpretou as espadas intencionalmente quebradas no Tamisa como ofertas funerárias simbolizando a morte dos seus proprietários (Bradley, 1990, p. 138).

Portanto, determinadas deposições deverão ter sido precedidas de um acto de destruição traduzido na “violência ritual” (Nebelsick, 2000) que sofreram alguns artefactos, seja pela fragmentação, mutilação ou deformação, neste caso recorrendo-se ao fogo.

4.6.3. Tipos de artefactos e suas combinatórias

Como é óbvio, os materiais que encontramos nos depósitos são o resultado de uma selecção prévia, quaisquer que tenham sido os motivos para escolher uns e rejeitar outros. As diferenças entre depósitos monotipológicos e depósitos com dois ou mais tipos distintos deverão, portanto, significar mais alguma coisa para lá das formas.

Numa perspectiva diacrónica, os primeiros⁴⁴ atravessam toda a Idade do Bronze, chegando ao Ferro Inicial, mas circunscrevem-se a um número muito limitado de tipos: além dos machados, só as alabardas – Abreiro (Mirandela), com duas (Bártholo, 1959), Carrapatas⁴⁵ e Vale Bemfeito (Macedo de Cavaleiros), com quatro (Alves, 1934, p. 684-685), as lanças – Lama Chã (Montalegre) (fig. 38), os espetos – Alto das Orquinhas (Vila Nova de Paiva), Marzugueira (Alvaiázere) e as espadas – Évora, Safara (Moura). Em comum, todos eles são artefactos de elevado valor social e de prestígio. Por exemplo, nunca os braceletes ocorrem depositados de forma isolada, a não ser em contextos sepulcrais, como nas necrópoles de Alpiarça⁴⁶ (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 22-23).

⁴⁴ Tendo sempre presente a contingência deste tipo de análises pelos motivos discutidos em 4.2. e 4.3.

⁴⁵ Um possível depósito, também.

⁴⁶ Comparar o que é e não é depositável em contextos funerários e não funerários, é uma outra pista a aprofundar.

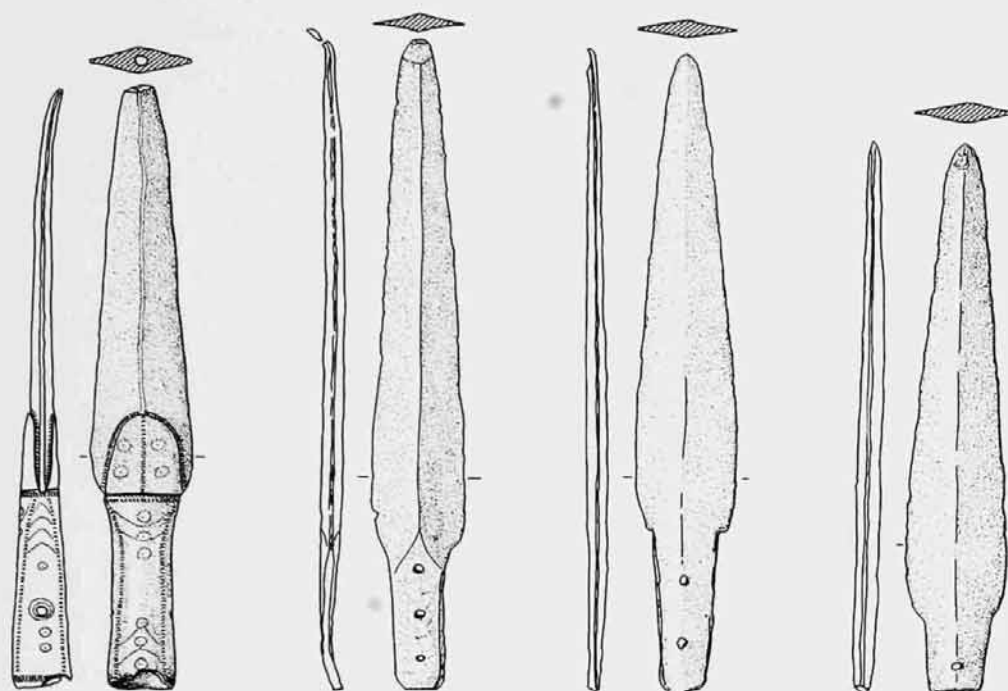


Fig. 38 – Depósito de Lama Chã, Montalegre (in Santos Júnior, 1968 – adapt.).

Em termos estritamente funcionais, a sistematização é similar, com a particularidade, pela sua importância, constância ao longo do tempo e relativa ambiguidade funcional, dos depósitos de machados. Estes assumem-se como a única situação recorrente e transversal a todo o período contemplado, do Bronze Inicial à I Idade do Ferro, do norte ao sul do território.

Os machados são o único tipo que se associa a qualquer um outro (Quadro 3), com excepção das alabardas e, portanto, apenas durante um período de tempo limitado.

Quadro 3 – Exemplos de combinatórias de machados

Porto do Concelho	— Machados / Argolas
Coles de Samuel	— Machados / Braceletes
Caldelas (Braga)	— Machados / Chapa rebitada
Lapa da Canada	— Machados / Concheiras
Vila Cova de Perrinho	— Machados / Escopros
Casal dos Fiéis de Deus	— Machados / Espadas
Reguengo do Fetal	— Machados / Espetos
Travasso	— Machados / Foices
Solveira	— Machados / Garfos
Viçosa	— Machados / Lanças
Viatodos	— Machados / Lingotes
Caldelas (Leiria)	— Machados / Punhais
Vilar de Mouros	— Machados / Restos de fundição
Freixianda	— Machados / Tenazes

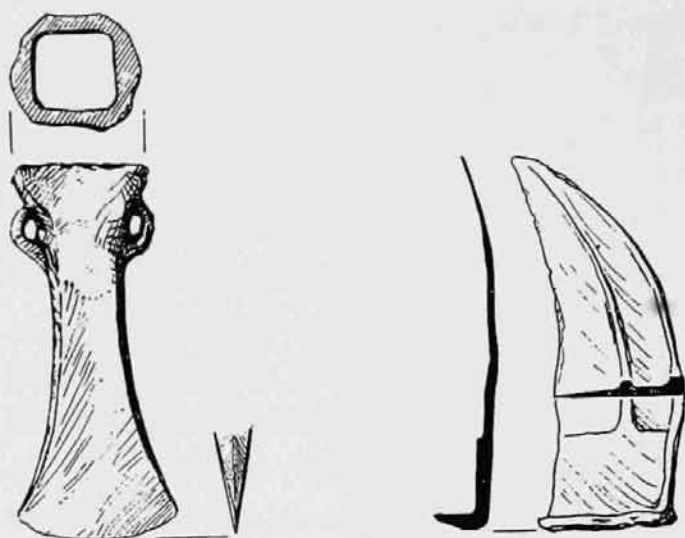


Fig. 39 – Depósito de Pedreiras, Sesimbra (in Serrão, 1966).

Aquela sua onnipresença – geográfica, temporal e contextual – faz deles não só “*artefactos ubíquos*”, como também “*artefactos promíscuos*”: os machados são, por excelência, os artefactos dos depósitos.

A associação de machados a determinados artefactos não parece ser aleatória. Pelo contrário, está ainda por analisar convenientemente a identificação de combinatórias

normativas e indagar os seus potenciais significados. A associação do machado e da foice é recorrente, quer em exclusivo – Travasso (Mealhada) (Lopes e Lopes, 1984), Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (Vasconcelos, 1927, p. 101), Pedreiras (Sesimbra) (Serrão, 1966, p. 306) (fig. 39), quer com outros materiais – Coles de Samuel (Soure) (Pereira, 1971) (fig. 40), Porto do Concelho (Mação) (Jalhay, 1944), etc. Aliás, o mesmo ocorre entre machados e braceletes, que se

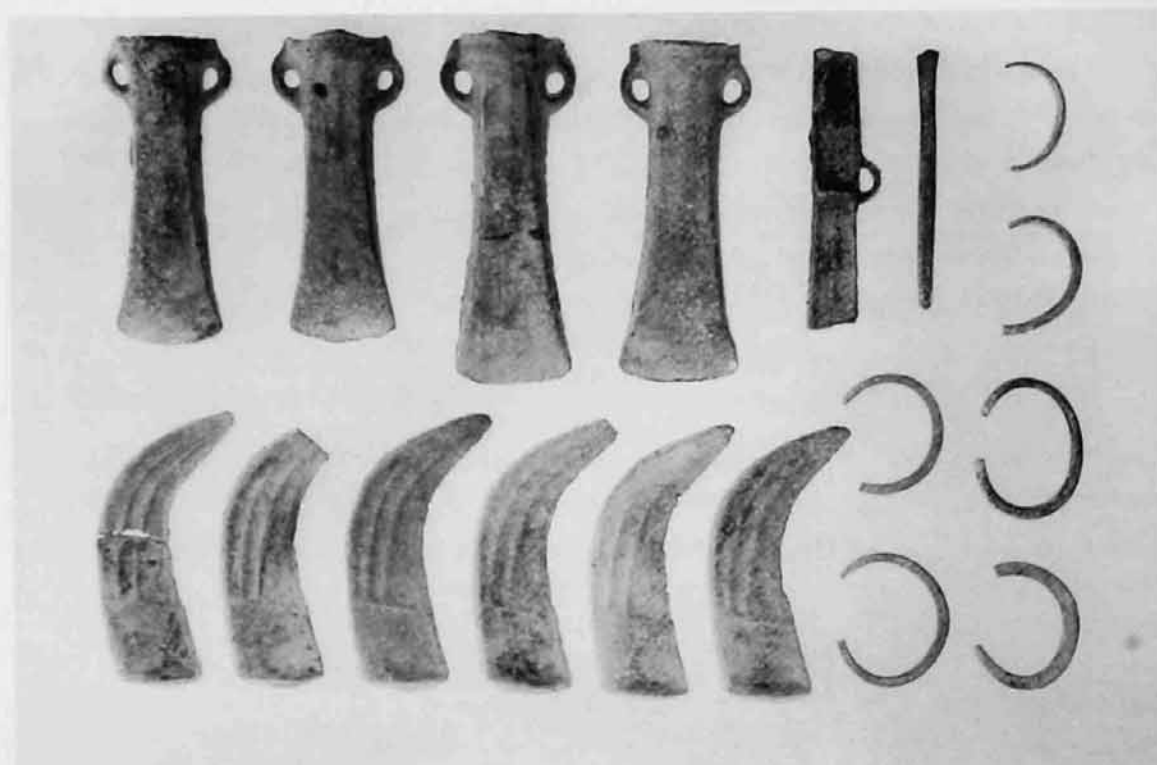


Fig. 40 – Depósito de Coles de Samuel, Soure (fot. IArq).

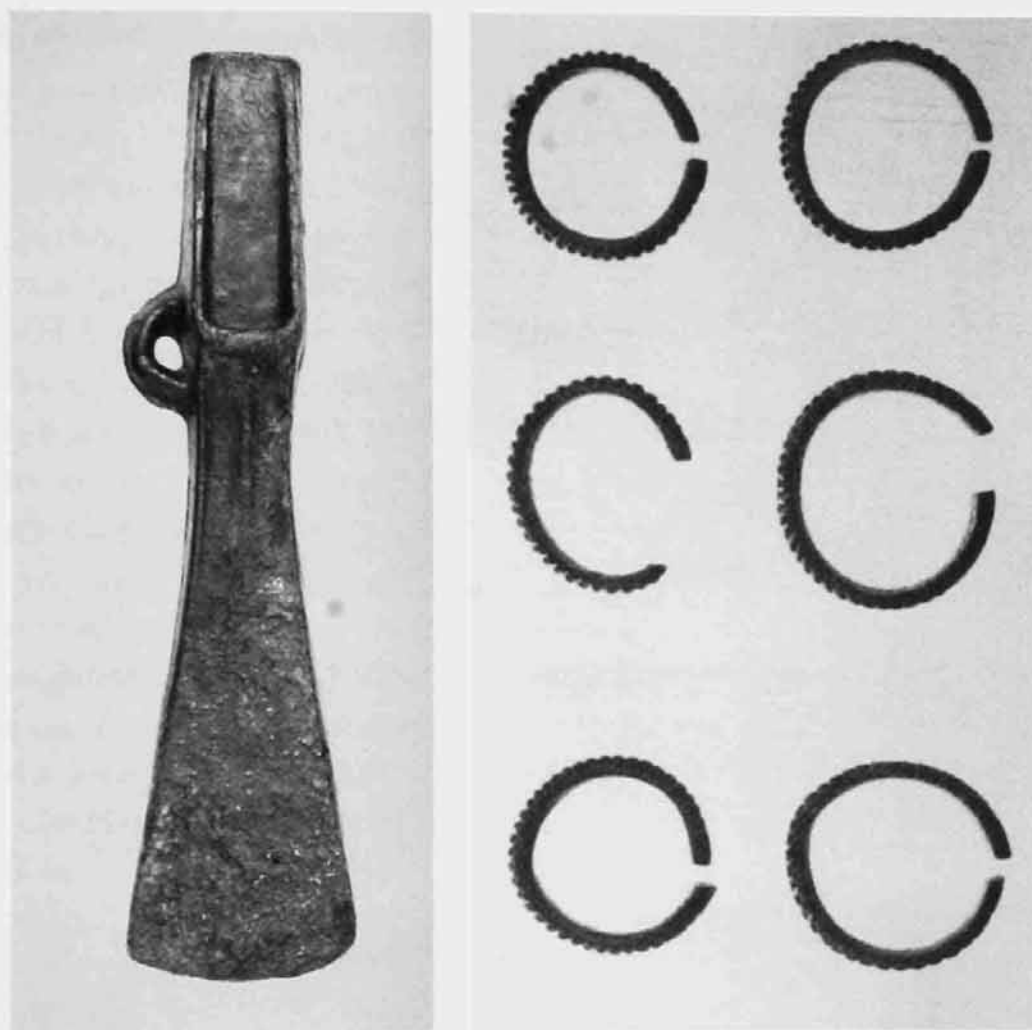


Fig. 41 – Depósito de Valbom, Bragança (in *Catálogo Museu do Abade de Baçal*, IPM, 1994 - adapt.).

combinam nestes dois últimos casos, tal como no de Valbom (Bragança) (fig. 41), composto por um machado de talão de um anel e seis braceletes decorados (Alves, 1934, p. 681-682; Lemos, 1993, p. 131 e 174).

Portanto, a composição dos depósitos revela determinadas combinações que, porque repetitivas, não podem ser entendidas como simples coincidências.

Particularmente interessante é o encaixe de dois braceletes entre si e no anel de um dos machados de talão do depósito de Ervedal (Fundão) (Villas-Bôas, 1947; Coffyn, 1976), união essa que anula, reciprocamente, a funcionalidade prática de qualquer uma das peças (fig. 42). Não conhecemos nenhum outro caso similar, nem sabemos explicar por que motivo é assim, mas tal situação bem poderia ser explorada numa das linhas de pesquisa da “Arqueologia do Género”...

Com particularidades ao longo do tempo e, por vezes, muito bem identificadas geograficamente, como é o caso do Nordeste, a única zona onde se encontram depósitos de alabardas, as origens do fenómeno deposicional são sincrónicas em praticamente todo o território, mas não o seu *terminus*, visto que, no Ferro Inicial,

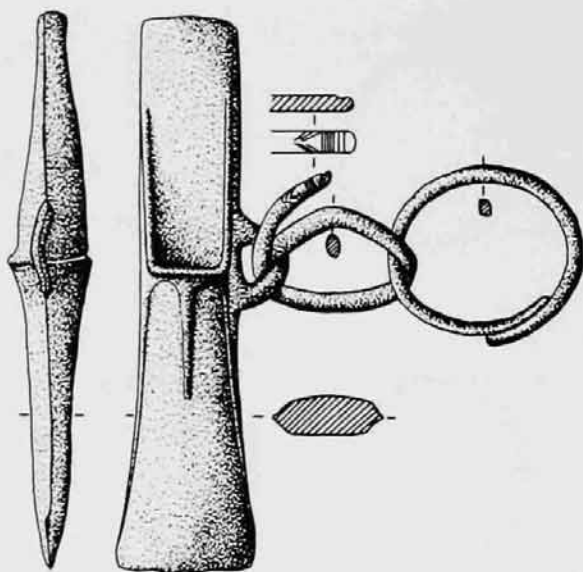


Fig. 42 – Machado e argolas do depósito de Ervedal, Fundão (in Coffyn, 1985).

o fenómeno desaparece de quase todo o território, regionaliza-se e acantona-se no Noroeste⁴⁷.

É precisamente nesta região e naquela altura – em profundo contraste com o que se passa no Centro do território português – que as deposições metálicas adquirem um novo fôlego em termos numéricos, se bem que empobrecido do ponto de vista tipológico, com os numerosos depósitos de machados de talão com cone de fundição, como foi recentemente observado (Galán Domingo, 2005, p. 469). Entre muitos outros, poderemos apontar os de Formariz (Paredes de Coura) (Pereira, 1903 b) (fig. 43), Monte da Virgem



Fig. 43 – Depósito de Formariz, Paredes de Coura (DDF/IPM – adapt.).

⁴⁷ Afirmação que deverá, por ventura, ser corrigida, se incluirmos alguns dos achados dos espetos de "tipo alentejano", da I Idade do Ferro da Estremadura e sul do território português, que também poderão corresponder a deposições, mas que não nos foi possível investigar de forma aprofundada.

(Vila Nova de Gaia) (Savory, 1951), ou Areosa (Viana do Castelo) (Monteagudo, 1977).

E se esta metalurgia de machados é supostamente de fraca qualidade, pelas suas ligas ternárias muito chumbadas, o que tem levado a interpretá-los como lingotes, peças votivas, paleo-moedas ou elementos de troca com valor referencial que, neste caso, a homogeneidade de medidas e pesos sustentaria (Ruiz-Gálvez Priego, 2000, p. 275-276; Galán Domingo, 2005, p. 471), a verdade é que nem tudo é facilmente entendível. Recorde-se a este propósito a análise de dois dos machados de talão e duplo anel do depósito de Vara (Lugo) que, não obstante possuírem 21% e 24% de chumbo, um deles apresenta o gume preparado para corte, tendo sido forjado a frio para endurecer (Montero *et alii*, 2003, p. 45). Portanto, e como lembrava há tempos Michel Pernot⁴⁸, as ligas ternárias não são necessariamente nem sintoma de crise nem degenerescência tecnológica, mas talvez antes novos ensaios e experiências em termos metalúrgicos.

A sul do Douro, os depósitos atingem o seu período áureo, em número e diversidade, no Bronze Final, quando também se intensifica a produção e a circulação do bronze, que se “internacionalizam”, cruzando e aproximando os mundos atlântico, continental e mediterrânico.

4.6.4. Os depósitos como contextos de resistência ao factor mediterrâneo?

Recentemente, tivemos oportunidade de reflectir sobre a “presença mediterrânea” no Centro do território português nos finais da Idade do Bronze (Vilaça, no prelo). Essa presença coincide com o pico da produção, circulação e deposição do bronze, altura em que os circuitos entre o Mediterrâneo e o Atlântico também se intensificam e se encontram perfeitamente conectados entre si. Esta sintonia encontra-se subliminarmente expressa no depósito de Huelva, não só pelos tipos de artefactos aí reunidos (vg. espadas e fíbulas), mas particularmente pela similitude das suas composições químicas, o que sugere que terão sido fabricados na mesma zona, portanto com produções locais de espécimes cujos protótipos são, por um lado atlânticos e, por outro, mediterrâneos (Rovira, 1995).

A incorporação de artefactos de origem e/ou inspiração mediterrânea em contextos indígenas é um facto hoje indesmentível, como atestam as catorze situações analisadas naquele nosso trabalho (só para a região compreendida entre o Douro e o Tejo), todas elas respeitantes a sítios de habitat⁴⁹. Cabe pois perguntar que papel desempenharam

⁴⁸ No Seminário de trabalho realizado em Madrid (2004) no âmbito do Projecto “Au-Ag-Cu: Espacios Tecnológicos, Espacios de Poder” (2003-2005), sob coordenação de Alicia Perea e do qual fizemos parte.

⁴⁹ Poder-se-á questionar o caso do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), cujo contexto de ocupação é mal conhecido.

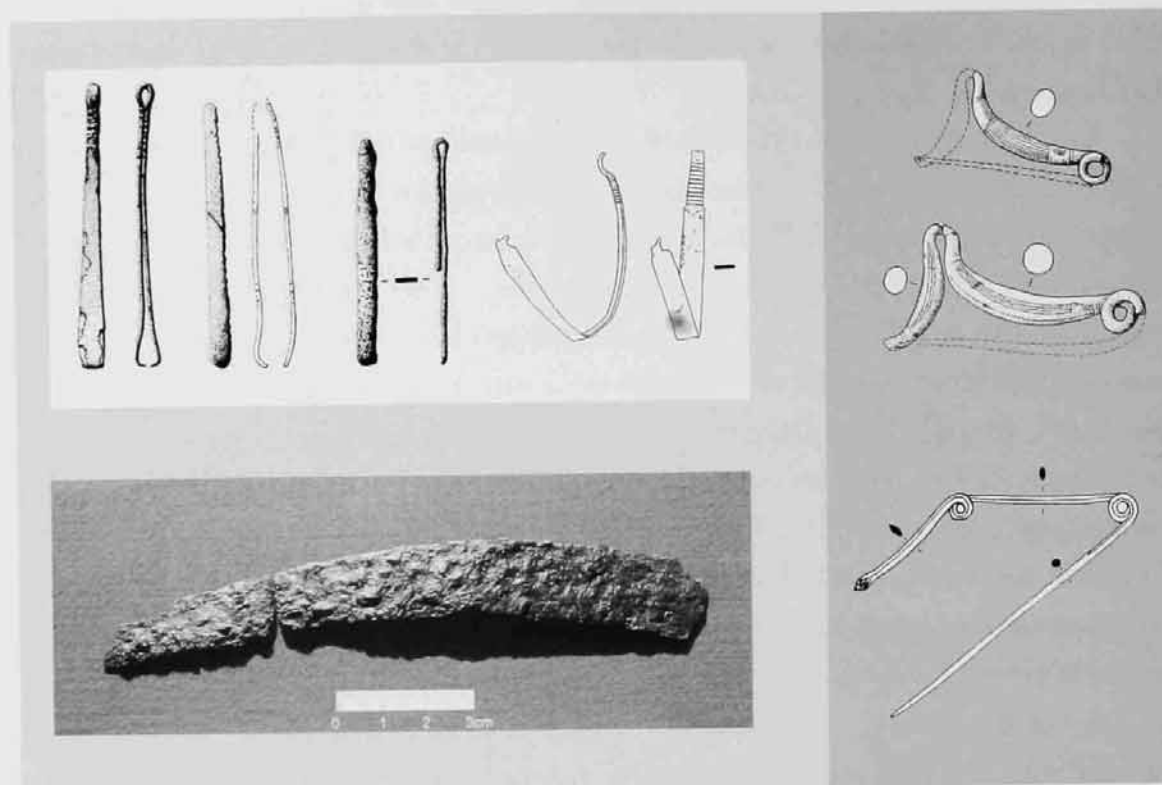


Fig. 44 – Materiais de origem /inspiração mediterrânea de diversos povoados do Centro do território português (várias escalas).

os objectos metálicos de inspiração e/ou origem mediterrânea, como fíbula, pinças e artefactos de ferro no fenómeno de deposição fora dos povoados (fig. 44).

Sem prejuízo de revermos futuramente o assunto, parece que, contrariamente aos outros, os elementos oriundos ou inspirados em protótipos mediterrâneos não são depositáveis, com uma ou outra excepção, como é o caso de Baleizão (Beja), onde está presente uma fíbula de arco multicurvilíneo (aliás, decorada com um padrão estilístico de “tipo Baiões”, genuinamente indigenista) e de Porto do Concelho (Mação) (fig. 45), com um fragmento de possível fíbula (Melo, 2000a, p. 64-65).

Parece, pois, que os artefactos mediterrâneos se movimentaram em circuitos contextuais e sociais distintos, não tendo assumido um papel significativo no fenómeno deposicional. Digamos que não estariam legitimados para serem depositados. E se é certo que aqueles artefactos – fíbula e pinças – pela sua insignificância em termos de peso e volume poderiam ser menosprezados e, por isso, não depositados, se encararmos o assunto numa perspectiva economicista e utilitarista, a verdade é que determinados conjuntos, como o da Quinta de Ervedal (Fundão) ou o de Porto do Concelho (Mação), evidenciam-se precisamente porque neles tudo se aproveita, inclusive os desperdícios, por mais pequenos que sejam.

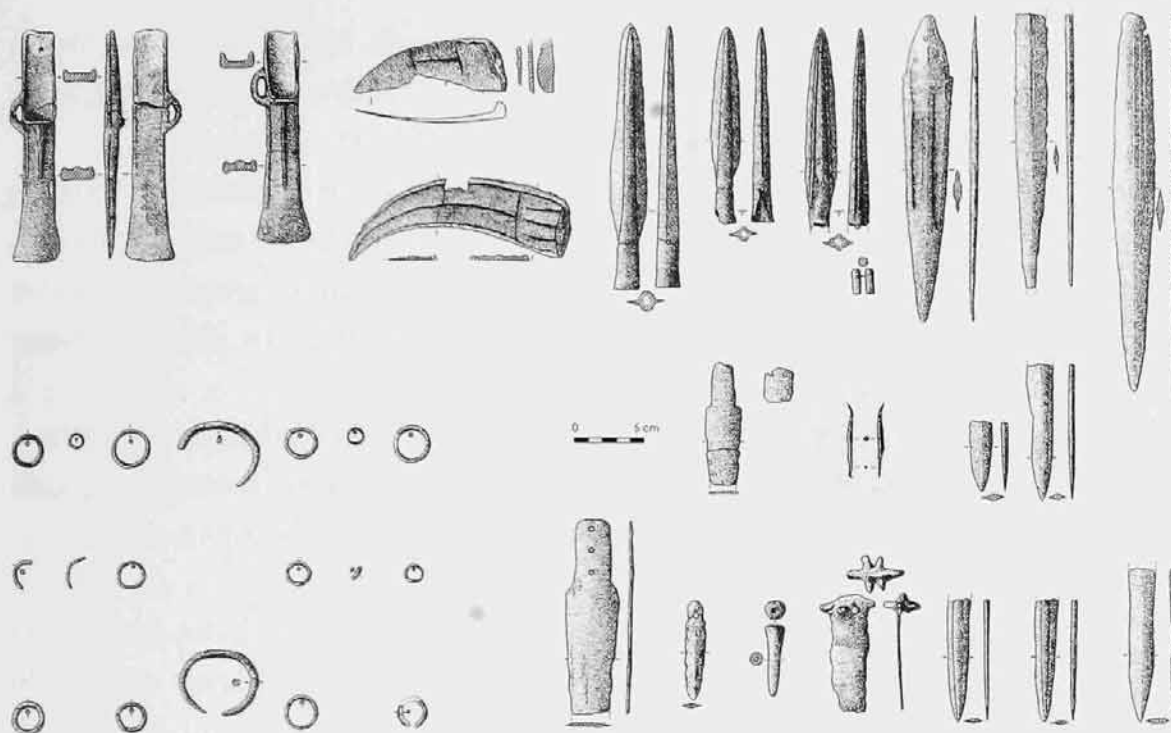


Fig. 45 – Depósito de Porto do Concelho, Mação (in Jalhay, 1944 – adapt.).

E, quanto ao ferro, presente em depósitos centro-europeus e outros como o de Vénat (Charente) ou de Gabbro (Livorno), ou ainda nos peninsulares de Huelva e de Campotéjar (Granada), este reunindo 30 ou 40 machados de apêndice de bronze e de ferro em proporção desconhecida, permanece ausente nos depósitos nacionais (Vilaça, 2006).

Neste sentido, os depósitos do Bronze Final do território português podem ainda ser encarados como “*contextos de resistência*” face à crescente pressão do factor mediterrâneo de inícios do I milénio a. C.

5. PARA ALÉM DE SUCATEIROS, ARTÍFICES E MERCADORES, DE GUERRAS, LADRÕES E DISTRACÇÕES

Pensar os depósitos é, em primeiro lugar, pensar objectos, aquilo a que chamamos “cultura material”. Alguns têm-na desvalorizado ou até estigmatizado, como reacção, cega, ao peso de uma tradição historiográfica de raiz histórico-

⁵⁰ Veja-se, por exemplo, a criação do *Journal of Material Culture*, editado por D. Miller e C. Tilley, desde 1996, com diversos artigos de âmbito arqueológico.

-culturalista, que é má, na medida em que for absolutizada. Mas outros⁵⁰ reconhecem à "cultura material", com total razão, importância cimeira: "A Arqueologia é a disciplina das coisas, *par excellence*" (Olsen, 2003, p. 89).

A Arqueologia Pós-Processual (com as suas várias tendências ou matizes) encara a "cultura material" como um texto, que pode ser lido e que, por isso, se presta a interpretações várias. E, tal como num texto, muitas vezes é necessário ler nas entrelinhas, isto é, torna-se fundamental enquadrar os objectos numa "Teoria da cultura material".

Uma das perspectivas é a que valoriza o potencial simbólico da cultura material, a que vê os artefactos como veículos de mensagens e como poderoso meio metafórico através do qual as pessoas se exprimem e reflectem o seu mundo (Tilley, 2000, p. 28).

E, ao invés do mundo ocidental e contemporâneo, as sociedades do passado não estabeleceriam uma distinção absoluta entre o mundo das pessoas e o mundo das coisas: "things create people as much as people make them" (Tilley, 1999, p. 76). Os ciclos de vida e as relações das pessoas seriam projectados e reflectidos em determinados objectos, que se "personificam", que podem adquirir a personalidade dos seus proprietários traduzindo uma determinada condição social, pessoal, psicológica, etária, de género, etc. Assim, os artefactos podem ser vistos, simbólica e metaforicamente, como prolongamentos da vida das próprias pessoas, reencarnando-as, projectando-as, biografando-as, para além delas, e, nesta medida, as relações sociais podem ser também "objectificadas" (Olsen, 2003, p. 94). Isto significa que o valor dos artefactos não é intrínseco, mas cultural e socialmente construído, logo, instável e mutável, em função das categorias mentais dos seus autores e das relações sociais que se estabelecem através deles.

Se o ciclo de vida das pessoas é transferido e reflectido nos objectos (Hingley, 1997, p. 10), estes podem constituir-se como metáforas dos ciclos de vida daquelas, ou seja, os próprios objectos vão construindo as suas biografias culturais (Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986; Gosden e Marshall, 1999).

Os objectos transformam-se com o tempo e com o(s) contexto(s): nascem, quando são produzidos, vivem, quando circulam e são socializados, e morrem, quando se depositam ou se abandonam. Quando chegam ao fim, objectos idênticos podem significar coisas muito diferentes em função das suas "experiências", das mãos por que passaram, isto é, vão criando memórias à sua volta (Tilley, 1996, p. 247).

Contrariamente aos materiais dos contextos de produção, os objectos dos depósitos (e das sepulturas) definem-se pela inércia, o que significa que são desprovidos de qualquer funcionalidade prática no respectivo contexto. Os artefactos dos depósitos constituem-se como representações ou instrumentos

metafóricos, como algo que vai para além deles próprios.

Num depósito, a lança e a espada não serviram para matar, mas podem evocar a morte; são “*depósitos de morte*”. Num depósito, o machado e a foice não serviram para cortar, mas podem evocar a produção agrícola, o trabalho; são “*depósitos de produção*”, “*depósitos de vida*”.

O “depósito de mercador” de Travasso (Mealhada) (fig. 27), com uma foice e três machados, prontos “para venda” (Lopes e Lopes, 1984), pode simbolizar o trabalho, portanto, é um depósito “*de vida*”. O depósito de Alqueva (Moura) (fig. 46), com uma lança e dois contos (Cardoso *et alii*, 1992), o de Lama Chã (Montalegre), com quatro lanças (Santos Júnior, 1968) (fig. 38), o de Safara (Moura) (fig. 17) e o da região de Évora (fig. 47), com duas espadas cada (Schubart, 1975), podem expressar um contexto de destruição, logo “*de morte*”.

As deposições de machados e foices, por um lado, e de espadas e punhais, por outro, permitem ainda leituras alternativas. Recentemente, aquelas foram entendidas como representativas das comunidades locais, visto que os machados se associam a práticas como o abate de árvores, a construção de casas e de barcos, enquanto que as segundas se referirão a identidades e valores não locais, antes de adesão a um ideal internacional de guerra (Fontijn, 2003, p. 244-246; 264).

Mas os depósitos não deixam também de evocar ritos de passagem entre o estado do não ser, do ser e do deixar de ser, de passagem do mundo natural (matéria-prima) para o mundo cultural (o artefacto). O próprio trabalho do metal é encarado como uma prática de magia em que a rocha se transforma em metal, constituindo, por isso, uma fonte de poder (Budd e Taylor, 1995; Hingley, 1997).

O “depósito complexo” da Quinta do Ervedal (Fundão) (Villas-Bôas, 1947; Coffyn, 1976), com sucata e peças novas para troca – lingotes, artefactos fragmentados e completos – é um típico “depósito de fundidor” (fig. 48), mas onde estão

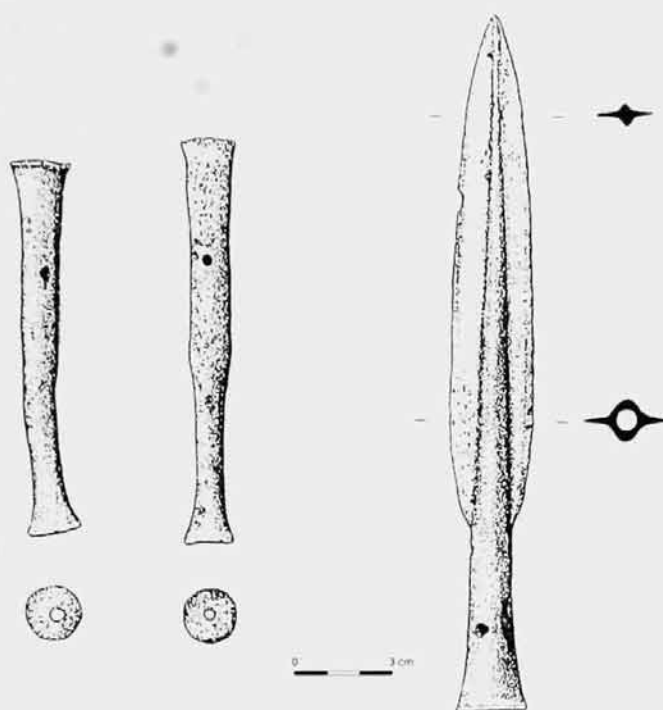


Fig. 46 – Depósito de Alqueva, Moura (in Cardoso *et al.*, 1992).

os cadinhos, os moldes e os instrumentos do bronzista, neste e nos demais? (Vilaça, 1995, p. 415). Ele pode igualmente evocar, tão só, e de resto subliminarmente, o ciclo de vida dos objectos, um ritual de passagem, desde o mundo natural, o estado do não ser, ainda matéria-prima – caso dos lingotes –, até ao mundo cultural, o estado do ser – com os artefactos completos –, e do deixar de ser, até à morte – com as peças fragmentadas –, sendo assim, também, um “*depósito biográfico*” (fig. 49).

E o “depósito singular” de Vila Boa (Castro Daire) (fig. 50), isolado e supostamente perdido (!) junto de um penedo, constituído por um molde de machados de bronze (Teixeira, 1939), não deixa de ser também, porque de bronze, logo reutilizável, a metáfora de muitos machados e, por conseguinte, a sua singularidade é apenas aparente; como molde, com a capacidade de transformação do metal bruto, é igualmente um “*depósito de regeneração*”.

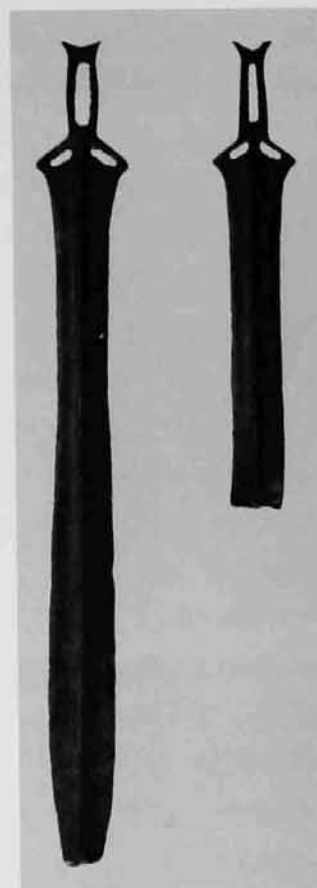


Fig. 47 – Espadas da região de Évora (DDF/IPM).

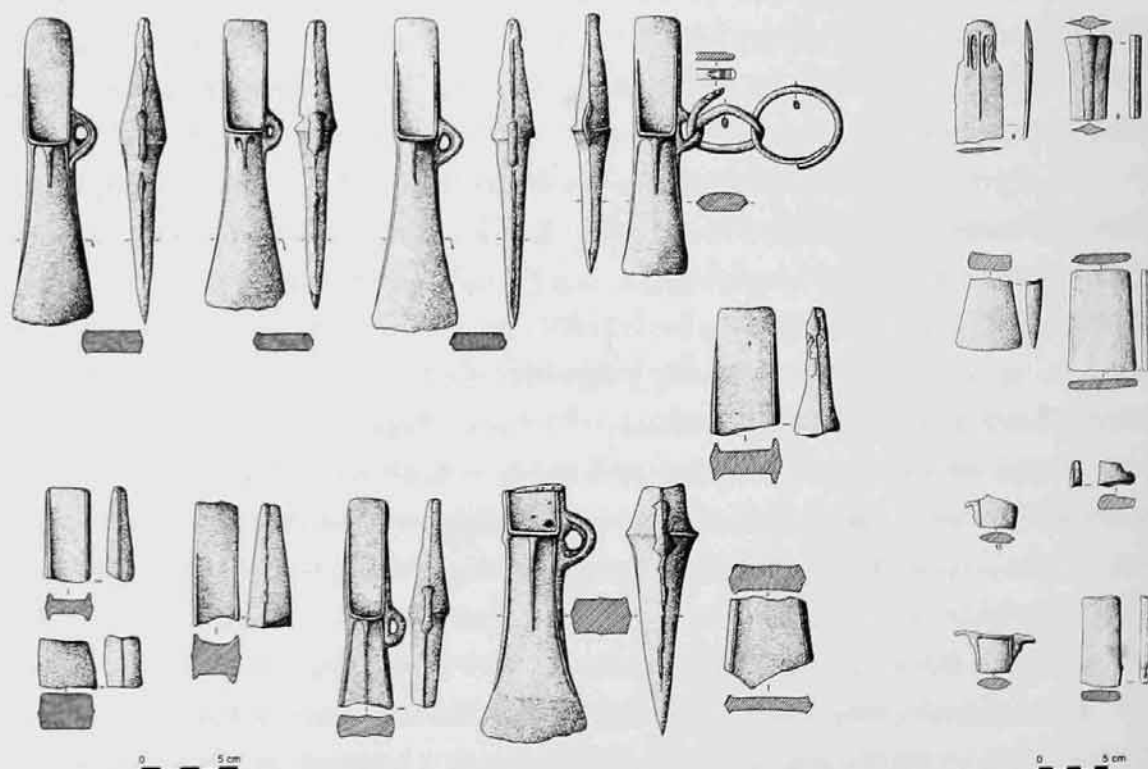


Fig. 48 – Parte do depósito de Ervedal, Fundão (in Coffyn, 1985).



Fig. 49 – Depósito de Ervedal, Fundão (tríptico) (fot. Museu E. Tavares Proença).

6. CONCLUINDO...

Embora tenha sido longo, e não isento de contradições, o caminho percorrido pela historiografia dos depósitos marcou, desde o início, o rumo que ainda hoje trilhamos e temos como certo: à diversidade e variabilidade inerentes a tantos depósitos correspondem, necessária e inevitavelmente, intenções e motivações muito distintas. Mas falar, hoje, de depósitos exige uma nova abordagem conceptual sobre o que se entende por depósito e, consequentemente, uma metodologia adequada para a identificação dos depósitos. À postura tradicional, que via os depósitos de forma estática e monolítica, algo esgotada, contrapõe-se uma visão dinâmica e plural, logo mais estimulante, que cria espaço a outros entendimentos. Simultaneamente, a nossa atenção, antes centrada no conteúdo dos depósitos, deve contemplar também os espaços envolventes, nas suas diversas escalas e os demais “marcadores culturais”. A redefinição do sentido de “contexto” passa a ser indispensável. A tónica, durante demasiado tempo focalizada no produtor, deve ser canalizada para o “consumidor”, o “agente” responsável pelas deposições. Não obstante as dificuldades e condicionalismos inerentes ao estudo dos depósitos portugueses, foi possível recuperar e valorizar a informação disponível à luz do “dinamismo” do fenómeno deposicional. Entre outros, destacamos o seguinte:

1. Determinados depósitos podem traduzir descontinuidades espaciais e cronológicas e constituir potenciais deposições votivas num lugar especial; ou o inverso: determinadas deposições sucessivas no tempo podem conduzir e reforçar a sacralização de um lugar antes reduzido à sua dimensão física;

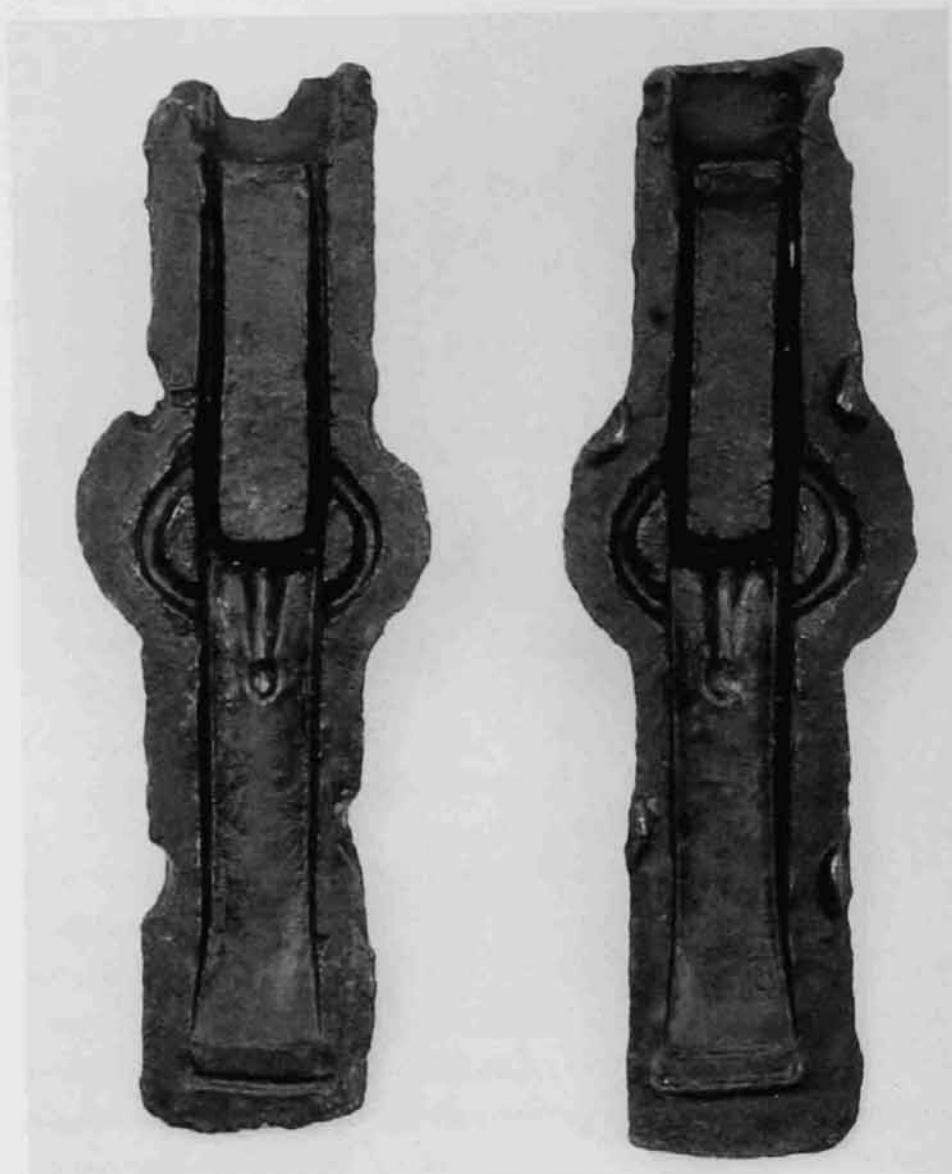


Fig. 50 – Vila Boa, Castro Daire (DDF/IPM).

2. Achados isolados e singulares ganham sentido, constituindo-se como depósitos em formação, resíduos de depósitos ou depósitos completos. Mas são também aqueles em que perdas (?), abandonos e deposições mais facilmente se confundem;

3. Embora nem sempre explícitas, há que valorizar a prática de deposições em meio aquático, particularmente as “situações de margem”, que são uma outra forma de deposições em lugares de fronteira;

4. Pelo seu elevado valor referencial e conteúdo simbólico, os lugares naturais, os lugares de passagem, os acidentes topográficos, as grutas e as lapas são locais preferencialmente escolhidos para deposições; mas também se efectuaram depósitos em sítios (talvez só hoje) inexpressivos;

5. É fundamental, em qualquer uma das situações, enquadrar e articular os depósitos (de bronze, mas também os de ouro) em função dos lugares onde viviam os depositantes; mesmo invisíveis – e talvez por isso –, os depósitos constituem uma apropriação simbólica do espaço e, por conseguinte, devem ser entendidos como instrumentos estruturantes do espaço cultural das comunidades;

6. Até porque as condições de deposição conhecidas demonstram que os depósitos não eram nem coisas perdidas, nem meras deposições descuidadas, casuísticas e precipitadas;

7. Não obstante a variabilidade, o conteúdo dos depósitos revela a existência de comportamentos normativos e codificados: tipos predominantes, outros com uma presença insignificante, associações tipológicas preferenciais e recorrentes, etc.;

8. Esta óbvia selecção em contextos pautados pela inércia significa que os artefactos dos depósitos valiam mais do que o seu peso, o seu volume e a sua função prática; são veículos de mensagens, entidades evocativas, instrumentos metafóricos, nos quais se projectam os ciclos de vida, os valores e as relações das pessoas;

9. Por si só, os depósitos pouco explicam: para os mesmos conteúdos podem existir razões distintas, assim como deposições de diferentes objectos podem significar o mesmo. É fundamental desenvolver abordagens articuladas, cruzadas e globalizantes com as demais manifestações humanas, pois o que importa é a percepção do valor social e simbólico do bronze acumulado nos depósitos;

10. Até certo ponto, o mundo dos depósitos é um mundo desconhecido e que resiste a ser conhecido, o que, por si só, justifica que o investiguemos. Ir de encontro a esse mundo, às sociedades pretéritas que o criaram e perceberam, é confrontarmo-nos e prepararmo-nos para lidar, necessariamente, com dados desconcertantes, com valores onde prevalece o não-económico, o não-funcional, e mesmo, aos nossos olhos de ocidentais, o ilógico e o irracional;

11. Os depósitos são objectos “personificados”, nos quais as pessoas se reviam e, nessa medida, aquelas também se “objectificariam”, exprimindo uma perfeita combinação entre humanos e não-humanos ou “híbridos” (Latour, 1993). O nosso papel é saber ler-lhes as histórias, pois estas são as histórias das pessoas a que estiveram ligados e nas quais estas se projectaram;

12. Estudar e pensar os depósitos, os objectos, a cultura material, foi e é um desafio, particularmente numa altura em que são outros os “grandes temas” da Arqueologia.

*Primavera / Verão de 2005,
revisto no Outono 2006*

Depósitos ou uma das faces do aleatório em arqueologia – Comentário ao artigo de R. Vilaça

Ana Ávila de Melo*

Há já alguns anos, e durante muitos meses, quando preparava a dissertação de mestrado, embrenhei-me na temática dos depósitos. Ao escrever sobre o depósito do Casal dos Fiéis de Deus tive plena consciência de que muito ficara para trás – dúvidas e incertezas inerentes a esta problemática poliédrica que, apesar de bastante debatida, permanecia como apêndice temático dos estudos sobre a Idade do Bronze no nosso território. Nessa medida, R. Vilaça veio dar resposta a essas dúvidas e incertezas que então experimentei – todas as questões relacionadas com tão complexo tema foram abordadas com o rigor e a profundidade a que a autora já nos habituou. Que dizer então de um artigo no qual me revejo plenamente, sem experimentar a desconfortável sensação de que “estando tudo dito, qual pode ser o meu contributo?” Resta-me apenas “caminhar ao longo do texto” e retomar selectivamente alguns aspectos que se me afiguram mais marcantes.

“Estudar e pensar os depósitos, os objectos, a cultura material, foi e é um desafio, particularmente numa altura em que são outros os “grandes temas” da Arqueologia”, escreve a autora no último ponto das conclusões. Nada mais verdadeiro. A complexidade do tema prende-se com a sua natureza polissémica – falar de depósitos é falar também de História da Arqueologia, de Teoria Arqueológica, de metodologia analítica, de tecnologia antiga, de contextos, de artefactos, de sociedades pretéritas... E, acima de tudo, dá-nos a medida da nossa impotência perante práticas de sociedades remotas que teimosamente persistem em permanecer obscuras. “Fazer história é entregar-se ao caos, conservando ao mesmo tempo a fé na ordem e no espírito. É uma tarefa muito séria... e talvez trágica” (Hesse, 1989, p. 137). No caso dos depósitos, o caos é o ponto de partida para uma tarefa que, embora não se queira trágica, não deixa de não ser extremamente difícil!

Logo no ponto 0. *A começar...* R. Vilaça afirma que “durante várias décadas a questão dos depósitos constituiu a “face” do Bronze Final”. Visão redutora e unilateral que, como a autora bem sublinha “deu origem a uma realidade deformada e muito parcial, como mais tarde se verificou quando outras realidades foram focalizadas”. A evolução do conceito de depósito e da sua abordagem

* Museu Nacional de Arqueologia. E-mail: mnarq.amelo@ipmuseus.pt

multifacetada reflecte – aí sim claramente! – a História da Arqueologia Europeia de finais do século XIX até ao dealbar do séc. XXI. A autora mergulha pois temerariamente no caos, fazendo luz com uma síntese dos trabalhos mais relevantes relacionadas com este tema e abrindo novas e enriquecedoras perspectivas que transformam este estudo num verdadeiro programa de investigação sobre esta complexa temática, no que ao território português se refere.

Quando escreve “repensar a questão dos depósitos é começar por perguntar: o que é um depósito?” a autora vai certa a um dos pontos fulcrais da questão – não há, nem pode haver, uma definição de depósito. Como R. Vilaça refere os múltiplos significados que o termo assume assentam na sua própria classificação em três categorias principais – conteúdo, estado físico dos materiais e local de deposição. Para a maior parte dos autores, essa classificação, regida por um sistema binário de “presença/ausência” acaba por excluir uns e integrar outros, conduzindo a uma miríade de subdivisões e subtipos que confunde ainda mais uma problemática já de si tão complexa. Escrevi, a propósito do depósito do Casal dos Fiéis de Deus, que “separar, no actual estado de conhecimentos, “depósitos votivos” de depósitos de sucata”, parece-me restringir as nossas possibilidades de compreensão do fenómeno deposicional na última etapa da Idade do Bronze peninsular” (2000, p. 99). R. Vilaça vai mais longe ao afirmar que “a questão não é tanto identificar depósitos rituais e não rituais, mas saber se é possível, e se se justifica, fazer essa identificação”.

Falar de depósitos é falar de contextos e sua espacialidade, como tantas vezes é afirmado ao longo do texto. Mas falar de depósitos é também falar do aleatório em Arqueologia. “Como é sabido, uma das grandes limitações desta temática reside na autoria e casualidade da maioria dos achados. Ao contrário dos demais testemunhos arqueológicos, os depósitos correspondem às poucas situações de descobertas arqueológicas feitas por não arqueólogos.” R. Vilaça avança dados de grande pertinência, referentes às circunstâncias e período dos achados de depósitos de artefactos metálicos no território português actual. Assim, a maioria foi descoberta no decurso de trabalhos agrícolas ou de exploração de pedreiras e o maior número de achados situou-se na segunda metade do séc. XIX e no período compreendido entre 1931 e 1970. Para estes factos a autora avança dados explicativos referenciais pela coerência interpretativa e integração na própria dinâmica económico-social de Portugal. Seguindo a sua linha de pensamento, gostaria de retomar a questão do aleatório em Arqueologia e pergunto-me se, embora em níveis distintos e com necessárias cambiantes, ele não tem estado sempre subjacente a toda a investigação arqueológica, extravasando a problemática dos depósitos. A história dos depósitos achados no nosso território é apenas mais uma das faces da História da Arqueologia Portuguesa. Esta foi-

-se moldando num complicado equilíbrio dinâmico assente no desenvolvimento económico-social do país e nas circunstâncias pessoais dos próprios arqueólogos. Não é por acaso que a "raridade" dos artefactos metálicos atraiu desde cedo a atenção dos pioneiros da arqueologia portuguesa que assim constituíram consideráveis acervos nos museus, como também não será por acaso que os vindouros poderão verificar um incremento significativo da investigação arqueológica no âmbito da Pré-História na última década, tanto no número de intervenções, como na prospecção de novos sítios. Que pressupostos teóricos apresentarão para explicar tal facto? O aleatório também aqui está presente e a "realidade arqueológica" do nosso território foi sendo construída e reconstruída ao longo de mais de um século, "criando realidades parcelares" que requerem constantes reajustamentos. "O verdadeiro rosto da história afasta-se veloz. Só podemos reter o passado como uma imagem que no instante em que se deixa reconhecer lança um clarão que não voltará a ver-se" (Benjamin, 1992, p. 159).

A análise exaustiva que a autora faz dos depósitos de artefactos metálicos no território português actual leva-a a afirmar que "não obstante a variabilidade, o conteúdo dos depósitos revela a existência de comportamentos normativos e codificados: tipos predominantes, outros com uma presença insignificante, associações tipológicas preferenciais e recorrentes, etc." É nesta perspectiva que R. Vilaça explora a questão fundamental da omnipresença de machados nos depósitos, concluindo que "aquela sua omnipresença – geográfica, temporal e contextual – faz deles não só "*artefactos ubíquos*", como também "*artefactos promíscuos*": os machados são por excelência os artefactos dos depósitos". Os machados associam-se com outros artefactos, de fora ficando apenas os objectos metálicos de inspiração e/ou origem mediterrânea. R. Vilaça apresenta um quadro com as combinações de machados com outros artefactos metálicos nos diversos depósitos. Aqui, ainda numa lógica binária, a título exemplificativo, é apresentada a combinação dos machados com outro tipo de artefactos. Por vezes, porém, estamos perante múltiplas combinações. Com efeito, o exemplo dado para o Casal dos Fiéis de Deus, da associação de machados a espadas, pode – e deve, no meu entender – ser alargado para as braceletes e lança, o mesmo se verificando no caso de Coles de Samuel (machados, foices e braceletes) ou Porto do Concelho (machados, braceletes, espadas, lanças e punhais). Como em tempos escrevi, a propósito do Casal dos Fiéis de Deus, "as armas e determinados utensílios, como machados e foices, predominam nos três depósitos que comparei [Casal dos Fiéis de Deus, Coles de Samuel e Porto do Concelho]." O que se associa e como se associa eis um dos aspectos a investigar posteriormente.

A constatação de que, a sul do Douro, é no Bronze Final que se intensifica a deposição de artefactos metálicos, a par do incremento da produção e circulação

de bronze, leva R. Vilaça a concluir que “os depósitos do Bronze Final no território português podem ainda ser encarados como *“contextos de resistência”* face à crescente pressão do factor mediterrâneo de inícios do I milénio a. C.” Esta é uma premissa fundamental e inovadora para uma abordagem integrada ao fenómeno deposicional, como uma prática inerente às sociedades indígenas do Bronze Final. É nas Beiras que se concentra muita da produção metalúrgica do Bronze Final e é também nas Beiras que, nas últimas décadas se tem escavado e estudado sítios de habitat do Bronze Final, possibilitando um conhecimento mais cabal das estratégias de povoamento e de aproveitamento de recursos por parte das populações indígenas durante o Bronze Final. A porta estando aberta, há só que percorrer o caminho...

“Pensar os depósitos é, em primeiro lugar, pensar objectos, aquilo a que chamamos “cultura material”. Pensar os depósitos, acrescentaríamos, é “uma longa viagem de regresso ao artefacto”. Num tempo pautado pelo “império das estruturas e espaços” onde e como inserir o estudo dos artefactos? Vivemos uma época de “alegoria do património”, da sua salvaguarda e é verdadeiramente isso que se passa? Ou não estaremos antes perante uma “neurose de fixação de memórias, das coisas “como as conhecemos e entendemos” perante o tempo rápido de mudança à escala planetária? “Irrecuperável é, com efeito, toda a imagem do passado que corre o risco de desaparecer com cada instante presente que nela não se reconheceu” (Benjamin, 1992, p. 158). A verdade é que se escava muito no nosso país, se elaboram muitas teorias explicativas e recolhem, hoje como há mais de cem anos, milhares de artefactos que acabam encaixotados e armazenados, anos, décadas, à espera de serem estudados, entendidos, divulgados. O estudo de materiais é, por definição, lento, minucioso, pouco compatível com a rapidez e “índices de produtividade” que pautam o nosso quotidiano em todos os domínios. O paradoxo é que a sua menor importância nos caminhos trilhados pela investigação arqueológica actualmente enfraquece, inexoravelmente, os alicerces de qualquer teoria ou interpretação – ainda é sobre uma base documental sólida que se pode escrever e interpretar o passado. E talvez resida aqui a pouca popularidade que o tema dos depósitos tem no âmbito da investigação arqueológica nos nossos dias – artefactos descontextualizados, contextos que não se lêem e, pior ainda, não se datam com segurança, não são premissas auspiciosas para um projecto de investigação... E, no entanto, como exemplarmente conclui R. Vilaça “até certo ponto, o mundo dos depósitos é um mundo desconhecido e que resiste a ser conhecido, o que, por si só, justifica que o investiguemos. Ir de encontro a esse mundo, às sociedades pretéritas que o criaram e perceberam, é confrontarmo-nos e prepararmo-nos para lidar, necessariamente, com dados desconcertantes, com valores onde prevalece o não-económico, o não-funcional, e mesmo, aos nossos olhos

de ocidentais, o ilógico e o irracional". O desafio está feito, o programa traçado, será que haverá a vontade e determinação necessárias para lhe dar resposta?

Comentário de Eduardo Galán*

Señalaba el tristemente fallecido Andrew Sherratt, a quien seguramente el trabajo que comentamos hubiera encantado, que el éxito del metal se debe a su doble naturaleza de material acumulable y convertible, amén de escaso (Sherratt, 1994, p. 338). No hay que ver en ello, a mi entender, un concepto exclusivamente mercantilista aplicado a la Edad del Bronce, sino el reconocimiento de los caracteres básicos de una materia prima que podía entenderse y utilizarse de una forma diferente a cualquier otra de las conocidas y dominadas por el hombre hasta entonces, y cuyo valor no era exclusivamente, y quizás nunca lo fue principalmente, utilitario. Sin embargo, y para aquéllos que, como yo, se han acercado al mundo de los depósitos de la Edad del Bronce desde una perspectiva básicamente funcionalista, me parece una premisa básica enfatizar siempre en primer lugar lo que el depósito tiene de acumulación de valor en un material codiciado. La propia autora ha contribuido a esta línea de pensamiento con su magnífico trabajo sobre los ponderales hallados en contextos del Bronce Final portugués (Vilaça, 2003), que demuestran algo por otra parte ya supuesto, como que las comunidades de la Edad del Bronce eran perfectamente capaces de medir el valor de un objeto utilizando una escala de pesos. Por ello parecería ilógico que la importancia dada al metal en estas sociedades no implicase el control de la cantidad de materia prima utilizada para realizar cada tipo de artefacto.

Es para mí un placer comentar el valioso artículo de la Profesora Raquel Vilaça, no sólo por el interés que el tema suscita en mí, sino por su relación con una trayectoria vinculada al estudio de la Edad del Bronce, digna de ser reseñada. Al contrario en cierta medida de lo que ha sucedido habitualmente en las últimas décadas con muchos colegas, que de los estudios tipológicos y de materiales pasaron a ocuparse de temas relacionados con el ámbito de la arqueología espacial, social o simbólica, la trayectoria de la autora ha evolucionado de los estudios de arqueología regional en la Beira a una nueva reflexión sobre los materiales, en el buen entendimiento que no se trata de un camino ni mucho menos agotado.

En efecto, y hablando ya del tema de los depósitos de la Edad del Bronce, parecía que las sucesivas monografías de Monteagudo (1977), Ruiz-Gálvez (1984)

* Departamento de Prehistoria. Museo Arqueológico Nacional, Madrid. eduardo.galan@mcu.es

y Coffyn (1985), por citar sólo las referencias más generales y conocidas en nuestro ámbito de estudio, daban una respuesta completa al estudio de los materiales de bronce y a su interpretación. En este último campo, el trabajo señero de Bradley (1990) marcó también un aparente punto de llegada, que en cierto modo ha ralentizado el debate sobre el significado de una realidad arqueológica quizás demasiado diversa para poder ser reducida a un único marco explicativo global. Es en este sentido en el que las reflexiones del trabajo que se presenta resultan más pertinentes y afortunadas en este momento.

La profesora Vilaça adopta un planteamiento sencillo y elegante. A la historiografía y la metodología sigue la presentación de los materiales y su diversidad, centrando cada vez más la cuestión en la localización en el espacio de los hallazgos y sus implicaciones en el significado de los mismos. En este sentido, sólo me cabe manifestar mi reparo a la no consideración en extensión de los hallazgos de oro, aun cuando la autora explique sus razones para ello. En mi opinión oro y bronce conforman en esta época las dos caras de un mismo fenómeno en las que el material no sólo diferencia la variabilidad tipológica de los objetos y las técnicas empleadas en su realización, sino también un uso cultural diferenciado, que sin duda se corresponde con la diversidad, posiblemente complementaria, en los patrones de deposición que apreciamos entre ambos. Por ello creo que resulta difícil entender en toda su complejidad el fenómeno de los depósitos centrando el análisis casi exclusivamente en los materiales de bronce.

Admiro por otro lado la metodología de la autora, preguntándose por la propia naturaleza de los depósitos y su difícil definición arqueológica, lo que le lleva entre otras cosas a la consideración de los siempre denominados hallazgos aislados dentro del amplio campo de los depósitos. Estoy de acuerdo con ella en este punto, pero también en que los hallazgos aislados pueden crear un notable ruido de fondo en cualquier intento de cuantificación que se acometa. Sin embargo me parece un acierto conceptual, que permite recuperar para un estudio más allá de lo tipológico a un nutrido conjunto de materiales hasta ahora marcados con la equívoca etiqueta de “casuales”.

Hay otra cuestión que quiero destacar en cuanto al planteamiento metodológico de la autora. Es la vuelta a los orígenes respecto a la documentación de los hallazgos. Es bien cierto, por mucho que nos cueste reconocerlo, que cualquier nueva publicación sobre un determinado conjunto o sobre la totalidad del material, no necesariamente recoge toda la información significativa y necesaria, incluso si es resultado de una consulta bibliográfica exhaustiva. Esto es así no porque consideremos que hay arqueólogos menos cuidadosos que otros en la recogida de los datos, sino porque resulta obvio que, en el marco de una disciplina humana

e histórica, el estudio de los depósitos no ha podido sustraerse a las consideraciones previas de sus publicadores, que pudieron eliminar de su relato datos que nosotros podemos considerar importantes simplemente porque para su discurso no lo eran. En este aspecto, la recogida de nuevos datos, no solamente volviendo a las publicaciones originales o las fichas de ingreso en los museos, sino también directamente de los halladores de piezas y depósitos, en los casos en que todavía pueden prestar un testimonio directo de dichos hallazgos, me parece una labor digna de ser reseñada y elogiada.

Con todo, el aspecto que más me ha llamado la atención de este magnífico trabajo es la ruptura perfectamente justificada, y en nuestra tradición todavía no asumida, del concepto estático de los depósitos de la Edad del Bronce. En efecto, en nuestra bibliografía están presentes constantemente las visiones más diversas para explicar el origen y naturaleza de los depósitos: pérdidas, atesoramientos, botines, barcos hundidos, material de reciclaje o materia prima... pero siempre desde el punto de vista de objetos que entran en el registro arqueológico de una sola vez y que se comportan como perfectos conjuntos cerrados. Y en realidad, esto no es sino una asunción apriorística que nos ha permitido a su vez estudiarlos como tales conjuntos cerrados, es decir, aplicar a los materiales un comportamiento que en modo absoluto está demostrado en la mayor parte de los casos. Tanto los hallazgos en lugares irrecuperables como fondos acuáticos o grietas en las rocas, cuanto los recogidos en contenedores de diversa naturaleza o bajo protecciones de piedra, pueden ser fruto de fenómenos reiterativos tanto como puntuales, y en el segundo caso constituir no sólo fenómenos de acumulación, sino también de sustracción o sustitución de elementos, con lo que la premisa básica de un conjunto cerrado se desvanece. Entonces ¿invalida este planteamiento el estudio de los depósitos? Naturalmente no, pero obliga a establecer nuevas reglas de juego.

Yo aún iría más allá que la autora, y plantearía como reflexión que los verdaderos depósitos son sólo aquellos en los que hay una voluntad manifiesta de depositar, sea o no para recuperarlos después, sea o no con fines simbólicos de cualquier naturaleza, sea de apropiación del espacio y/o de propiciación de cara a la divinidad, o como ritual social de amortización de riqueza. Naturalmente el problema es que no disponemos de inferencias tan precisas del pensamiento de las sociedades de la Edad del Bronce como para caracterizar sus motivaciones, y que lo único que podemos asumir es que su concepto de lo racional pudo ser muy distinto del nuestro, pero que sólo disponemos de nuestra propia racionalidad actual para interpretar el resultado de sus actos; es decir, que como bien dice la autora, "*em última instância, somos nós que determinamos os motivos*".

Un último apunte me lleva al aspecto espacial de la distribución de los

depósitos y a su estudio complementario con otras manifestaciones arqueológicas de las sociedades de la Edad del Bronce. Es evidente que en las dos últimas décadas a las herramientas de análisis territorial del poblamiento se han sumado numerosos estudios sobre otros elementos desde la misma perspectiva, como en el caso de los petroglifos y otras manifestaciones rupestres, o en el de las estelas que caracterizan buena parte del registro de la Edad del Bronce en diversas zonas del Occidente peninsular. Mi comentario va en la dirección de la visibilidad o no de los depósitos en relación con este planteamiento. Acercarse a un paisaje del pasado es siempre una actividad compleja, porque se trata de un todo cuya percepción está ligada a nuestra experiencia vital y social, y ésta es muy diferente de la de cualquier comunidad prehistórica. Ante todo, y eso es fácil de entender, se trata de paisajes vividos a una velocidad mucho más lenta que la que nosotros desarrollamos. Esto es importante, porque tiene como implicación importante que muchas referencias visuales que hoy nos pasan desapercibidas, serían nítidamente perceptibles para el espectador coetáneo, no sólo integrado en una relación diferente con el espacio, sino desarrollándola a un ritmo más pausado. Por ello, y junto a la desaparición de referencias visuales que pudieron ser relevantes en su momento, como la vegetación de un paraje concreto, o la cercanía a una manifestación humana hoy desaparecida, la propia percepción de un mínimo túmulo en el terreno o un simple montón de piedras, pudo ser suficiente referencia para caracterizar un paisaje que hoy nos parece mudo e inexpresivo.

Para acabar, solo quiero hacer patente mi convicción de que este trabajo está destinado a marcar un punto de inflexión en el estudio los depósitos de la Edad del Bronce peninsulares, además de constituir el primer fruto de una línea de trabajo personal que la autora sin duda desarrollará en profundidad en los próximos años. Por mi parte, le deseo suerte en este apasionante desafío, como ella misma lo denomina, y solo anhelo poder leer y discutir los frutos de ese trabajo.

Apostillas desde la Meseta al debate abierto por Raquel Vilaça sobre los Depósitos Portugueses de la Edad del Bronce

Germán Delibes de Castro*

El destino ha querido que, al mismo tiempo que R. Vilaça redactaba esta original pieza de literatura arqueológica dedicada a los depósitos, cuyo comentario

* Universidad de Valladolid. E-mail: delibes@fyl.uva.es

nos invita a hacer L. Raposo, el que esto suscribe se hiciera eco de idénticas o muy parecidas inquietudes sobre el tema en un artículo que sirve de introducción a las actas de una reunión científica celebrada en León, en la primavera de 2005, con ocasión del “redescubrimiento” del conocido escondrijo de la Edad del Bronce de Valdevimbre. Al igual que en el escrito que nos disponemos a comentar, transitan también por las páginas del nuestro cuestiones tales como qué debe y qué no debe considerarse “depósito”, a qué tipo de gestos responden tales ocultaciones o cuál es su última y verdadera intención; se interesa asimismo por las causas de su aparente descontextualización o por la sospecha más que fundada de que, junto a ciertos “conjuntos cerrados”, existen otros “de formación progresiva”; reivindica la condición de depósitos para ciertos hallazgos de un solo objeto; se presta a discutir igualmente la dimensión sagrada o profana de este original procedimiento de destrucción de riqueza, etc. En fin, en coincidencia con el artículo de Vilaça, se insiste allí en la polisemia de los depósitos y en la necesidad de afrontar la lectura del fenómeno desde la complejidad, esto es, sin renegar de los planteamientos de los pioneros J. Evans y G. de Mortillet o de los no menos clásicos de G. Childe, pero subrayando el alcance de la contribución de investigadores como M. J. Rowlands, W. Torbrügge, P. Brun, M. Ruiz-Gálvez o, muy particularmente, R. Bradley, sin duda decisiva a la hora de renovar el interrogatorio sobre el significado de estos – pese a todo, todavía enigmáticos-yacimientos.

Quienes se interesan por el tema quedan invitados a la lectura del susodicho trabajo, cuya edición está prevista para finales de 2007, pero sus ideas de fondo aparecen resumidas también en estas notas espontáneamente surgidas – como apostillas a un documento cuyo sentido general compartimos – al hilo de la lectura del texto de Raquel Vilaça (a partir de ahora RV). Quede claro, por tanto, que, en el momento de redactarlas, ha pesado más el deseo de puntualizar o subrayar ciertos aspectos de su escrito que la necesidad de construir un discurso propio. Por último, pedimos comprensión al lector por el hecho recurrir a casos de estudio del norte de la Meseta española, no en vano se trata del ámbito que ha servido regularmente de marco espacial a nuestra investigación.

1. MÁS INSISTENCIA EN LOS DEPÓSITOS COMO SIGNO DE IDENTIDAD ATLÁNTICA

Coincidimos con RV en que el afán de hacer acopio y de ocultar bienes de valor, esto es de hacer *depósitos*, es universal y propio de las sociedades de cualquier lugar y de cualquier época – una hermosa prueba, la célebre *cachette* magdalenense de la cueva del Castillo, con veinte azagayas y un arpón

formando un “haz” –, pero insistiríamos más de lo que lo hace ella en su condición de elemento identitario del Bronce Atlántico. “Depositar – dice RV – es humano”, y lo es, sin duda, como acto reflejo de acopio y de ocultación de riqueza en momentos de inseguridad; sin embargo, no todos los humanos recurren a la extravagancia – término que nos presta Bradley – de destruir o amortizar riqueza sin que medie esa circunstancia excepcional. En teoría, cabe hablar de depósitos en los dos casos, tanto si fueron concebidos para una recuperación aplazada como si se renunciaba a ellos definitivamente, pero lo cierto es que el “fenómeno de los depósitos” al que los prehistoriadores hemos reservado un papel estelar en nuestros estudios se identifica esencialmente con la segunda problemática: en un mundo regido por leyes económicas, nos cautiva el enigma de la renuncia definitiva y, como arqueólogos, nos subyuga no menos el escenario aparentemente “natural” o apenas elaborado de unas ocultaciones poco o nada vinculadas a sitios de habitación. Dos circunstancias que, más bien por defecto, han sido determinantes para atribuir una componente ritual a tales manifestaciones.

Tras los depósitos reconocemos, por tanto, un comportamiento particular del que, en la Península Ibérica, no existe el menor asomo entre las poblaciones argáricas y para el que tampoco hay estricta correspondencia durante la Edad del Bronce en Europa Central, pues aunque sí existan los depósitos, estos no son – ahí están los ajuares de las tumbas para desmentirlo – el único procedimiento de amortización de riqueza al que normalmente aquellas sociedades recurrieron. Por eso insistiríamos en que los depósitos son, ante todo, una manifestación de la cultura (permítasenos el término) del Bronce Atlántico, que devino particularmente frecuente a partir de la segunda mitad de la Edad del Bronce hasta convertirse hacia el año 1000 a. C. – junto a la imperceptibilidad del enterramiento – en uno de sus rasgos arqueológicos más sobresalientes. Las huellas de este comportamiento, significativamente asociado a una tipología específica de objetos metálicos, resultan sobre todo visibles en las islas Británicas y en el oeste de Francia, pero no faltan en la Península, aunque como ha subrayado Coombs, la pujanza del fenómeno aquí – “con tan pocos depósitos”, con tan pocas “leaf-shaped swords” (17 en Iberia, 113 en Gran Bretaña y 152 en Francia) y con tan escasos hallazgos acuáticos – sea marcadamente inferior.

Finalmente, si nos servimos del depósito como signo de atlantismo, pocas dudas tendremos de que Galicia y el centro-norte de Portugal fueron los espacios más atlánticos de la Península (y también los que antes, desde el Bronce Antiguo revelaron arqueológicamente ese carácter), seguidos del Cantábrico y de la Meseta septentrional, mostrando mayor atonía el suroeste y las tierras mediterráneas. Tal vez la mayor palidez

del atlantismo de Andalucía occidental y del Algarve se deba a que, como defiende Ruiz Gálvez, este espacio era ante todo la periferia de las culturas del Mediterráneo central y no de las centroeuropeas que actuaron como tal en el caso del más conspicuo Bronce Final Atlántico francobritánico y, de resultas, del noroeste ibérico.

2. DEPÓSITOS INSTANTÁNEOS Y DEPÓSITOS DE FORMACIÓN PROGRESIVA

Seguramente los prehistoriadores nos hemos excedido a la hora de validar la ecuación “depósito” = “hallazgo cerrado”, viniéndome ahora a la cabeza cómo el lote de bronce de la Ría de Huelva ejemplificaba para Almagro Basch una situación de este tipo: cual probable cargamento de un barco naufragado, todos sus componentes compartían la misma fecha de deposición. En el caso de hallazgos como Vénat y Villethierry, en que los bronce se ocultaron en el interior de vasijas, o de Moidrey, cuyas hachas de cubo, atadas con una sogá, formaban un mazo, parece claro que la ocultación fue instantánea y que interesó a la totalidad de los componentes. Sin embargo hoy se sospecha razonablemente que muchos de los depósitos practicados en medio acuático tuvieron un carácter progresivo y que, por ejemplo, los cuatrocientos bronce de Huelva seguramente fueran la suma de sucesivas entregas votivas en un escenario ceremonial: como en el caso de las monedas acumuladas en el fondo de la Fontana de Trevi, en puridad no se trataba de *un gran depósito*, unitario, sino de la *adición de muchas pequeñas ofrendas*, cada una con su propia fecha. RV reivindica este carácter “acumulativo” de muchos depósitos y se queja de que, contra ello, por lo general, prevalece entre los estudiosos una visión “estática” e isócrona de tales yacimientos.

Un evidente reto para la Arqueología es llegar a ser capaz de aquilatar la “longue durée” de este tipo de depósitos, para lo que resulta vital un adecuado conocimiento de las circunstancias de hallazgo. Hace una veintena de años se publicaba un depósito berciano, de Bembibre, constituido por cuatro decenas de lanzas, todas ellas cortas y con una gran personalidad morfológica. La idéntica orientación funcional de los cuarenta bronce (lanzas) y su ya referida especificidad tipológica animaban a pensar en un depósito homogéneo y, por consiguiente, en un auténtico “hallazgo cerrado”. Hoy, empero, llegamos a saber que la recuperación de tales bronce aconteció a lo largo de varias jornadas de rebusca y fue efectuada por numerosas personas –las lanzas en absoluto se hallaban juntas, por tanto– aprovechando la excavación de un solar en una antiguo tremedal, lo que representa un argumento concluyente para defender la idea de un depósito que en realidad agrupaba multitud de ofrendas sucesivas.

¿Es el único procedimiento viable para contrastar tal circunstancia? Es, desde luego, el más efectivo y por ello RV anima a prestar especial atención a aquellos hallazgos en los que, como posible pista, se constatan piezas “dispersas en decenas o centenas de metros”. Sin embargo, en el conocido depósito burgalés de Huerta de Arriba se presume que la deposición de todos sus bronce fue instantánea, a través de una observación de índole tecnológica: la homogeneidad compositiva de las coladas bronceas de la docena larga de piezas que lo componían era tan acusada que no quedaba otra opción que pensar que todas ellas habían sido producidas en la misma sesión fundidora y a partir de un único caldo.

3. CIERTA RESERVA SOBRE LOS DEPÓSITOS CON “RELIQUIAS”

El carácter “abierto” de ciertos depósitos, defendido en el punto anterior, confiere sentido a la idea de que en un mismo conjunto votivo pueda haber materiales de distintas épocas. Conservemos en la cabeza, aunque no sea atlántico, el bello ejemplo de la fuente termal de Duchcov, en Bohemia, a cuyo genio tutelar se ofreció una lanza en el Bronce Final, como preludio del fabuloso tesoro, con los inexcusables torques, que los celtas de La Tène rendirían allí mismo quinientos años más tarde. Situaciones de ese tipo, y no sólo la tesis clásica de que los depósitos eran ante todo chatarra – razón de que incluyeran metal bruto y modelos periclitados –, inducen a RV a considerar que la anacrónica punta Palmela del conjunto burgalés de Padilla de Abajo pudo ser en realidad una reliquia.

Se trata de una hipótesis muy sugestiva y que no deja de encontrar respaldo también en la heterogénea composición de ciertos depósitos de alta montaña de la zona de los Alpes, con, en efecto, objetos de muy diferentes épocas. Pero en la Meseta sentimos inseguridad a la hora de automatizar esta clase de interpretaciones a la vista de que la metalurgia Cogotas I, es decir aquella atribuida a los tópicos pastores de las cerámicas excisas y del Boquique, se sitúa tipológicamente a mitad de camino entre el Bronce Pleno y el Bronce Final. En efecto, pese a hallarnos, según el C-14, hacia el 2900 BP, no lejos, pues del horizonte de la Ría de Huelva, todavía sobreviven regularmente las hachas planas – de gran tamaño, como las de Las Cogotas y la Mesa de Carpio Bernardo – y, junto a ellas, toda clase de puñales de roblones emparentados con los “de tradición argárica”, caso del abulense de El Mirón o de los documentados en el castro leonés de Ardón. Por eso, cuando esas mismas hachas comparecen en el depósito de Salas de los Infantes, en Burgos, junto a dos lanzas tubulares, o cuando tales hachas y los no menos arcaicos puñales lo hacen en el depósito de Valdevimbre, en León, junto con nuevas armas de cubo y un

unque más o menos emparentado con los atlánticos del arranque del Bronce Final, no hallamos argumentos suficientes para pensar que se trata de reliquias: se trata, sencillamente, de los bronce propios de la época.

En algún caso se ha expresado la tentación de considerar a tales objetos meras "supervivencias" excepcionales, pero la realidad es otra. En el yacimiento vallisoletano de Piedrahita el hallazgo de un molde de fundición múltiple, para lingotes, hachas planas y lanzas tubulares, es prueba irrefutable de que las dos últimas circulaban en igualdad de condiciones en la plenitud Cogotas I. Y en un espacio que se presume metalúrgico del hábitat de Carricastro, nuevamente en Valladolid, conviven grandes hachas planas (varios positivos y un molde para cuajarlas) y puñales de clavos junto a lanzas tubulares y calderitos de chapa: se trata a primera vista de una incomprensible adición de elementos del Bronce Pleno y del Bronce Final; en realidad, como defendíamos antes, no más que los metales propios de una época. Todo ello mueve a una última reflexión: la necesidad de dividir en periodos la prehistoria, comprensible en las fases iniciales de esta disciplina, cuando faltaban sólidos anclajes cronológicos, impulsó a homologar demasiado rígidamente modelos y periodos. Martínez Santa-Olalla no vaciló a la hora de considerar las lanzas tubulares representativas de su Bronce II (Atlántico), excluyendo por completo que pudieran existir con anterioridad, y sin embargo hay testimonios inequívocos en Peñalosa de que el tipo era conocido ya en el mundo argárico. La enseñanza podría ser, entonces, que el tránsito Bronce Pleno / Bronce Final fue mucho más gradual de lo tradicionalmente sostenido, hecho al que contribuye también la alta datación absoluta -3.330 ± 40 BP, siglo XVI en cronología calibrada – de un lote de lanzas de cubo del Cabezo Redondo de Villena. En tales condiciones, cuesta trabajo hacer pasar a las hachas planas de los depósitos de Salas de los Infantes y de Valdevimbre por "reliquias". ¿Lo fue la punta Palmela de Padilla de Abajo?

4. REIVINDICACIÓN DE LOS DEPÓSITOS PROFANOS

Cada vez existe mayor unanimidad sobre la dimensión ritual de los depósitos, por no decir que casi sólo se tiende a considerar tales a aquellas ocultaciones de enigmática intención. Ya Torbrügge, Levy y Bradley teorizaron ampliamente sobre la condición profana o sagrada de estas ocultaciones, sin descartar ambas posibilidades, y RV regresa al tema influida por planteamientos de gran actualidad que insisten en la levedad de la frontera en las sociedades primitivas entre lo profano y lo ritual o, dicho con sus propias palabras, convencida de que "*ritual y utilitario* son conceptos que no se excluyen mutuamente".

A este respecto queremos decir, sin embargo, que en determinados casos no existe posible equivoco respecto a la intención de las ocultaciones y que esta fue incontestablemente utilitaria. Si trasladamos el análisis a una realidad no muy distinta de los depósitos, los atesoramientos meseteños de joyas de oro y plata (riqueza, al fin y al cabo, como lo era el bronce antes) de época prerromana, no cuesta ningún trabajo atribuir a determinados hallazgos – porque proceden de hábitats, porque se asocian regularmente a horizontes de destrucción y porque fueron manifiesta y deliberadamente escondidos (bajo un pavimento, en el butrón de un muro, entre las cenizas de un hogar) – una intención utilitaria: son casos claros en los que se retira de circulación riqueza ante el temor de perderla en el clima de inseguridad provocado por la presencia romana. No es difícil recrear un ambiente de este tipo, por ejemplo, en la ocultación de los tesoros vallisoletanos de Padilla de Duero o de Arrabalde, en Zamora. Ahora bien, esos mismos tesoros, con exactamente las mismas joyas de tipo personal (torques, brazaletes, fíbulas, arracadas) comparecen en otros casos – por ejemplo en Salvacañete, Cuenca – en parajes solitarios y misteriosos, aislados de cualquier *oppidum*, y el hecho de que tengan entre sus componentes algunos inequívocos símbolos votivos (chapitas de plata repujadas con ojos apotropaicos, como los de los santuarios ibéricos, o denarios del jinete perforados, habituales en lugares de culto de las Galias) les confiere una dimensión eminentemente religiosa.

La situación es sin duda extrapolable al Bronce Final: tal vez la mayor parte de los depósitos no carecieran de intención ritual, pero esta es indefendible, por ejemplo, en el caso de la *cachette* de chatarra B137 del poblado de Fort Harrouard, compuesta por fragmentos de metal que, de cara a la refundición, habían sido ya cortados de acuerdo con un patrón máximo que se corresponde con el diámetro habitual (10 cm.) de los crisoles. Por tanto, a no ser que convengamos que esto no es un depósito (porque no es ritual), habremos de seguir insistiendo en la validez de la vieja distinción entre depósitos sagrados y utilitarios o profanos, así como en la necesidad de reconocer que, a veces, sí son conceptos excluyentes.

5. NO SÓLO LOS ACUÁTICOS ERAN CEREMONIALES

En su día, la percepción del carácter sagrado o ritual de los depósitos tuvo dos anclajes fundamentales: 1) el hombre prehistórico se había deshecho de muchos de tales conjuntos de bronce de forma plenamente altruista y sin ningún afán de recuperación ulterior, como lo demuestra su frecuente localización en el fondo de lagos o de ríos; y 2) es indicativo que en el “territorio” de los depósitos sobreviviese hasta época histórica un culto a las aguas cuyos beneficiarios fueron

ninfas y genios. Sumados ambos hechos, se comprende que los difícilmente “retornables” depósitos acuáticos, muy numerosos en las islas Británicas, en el norte de Francia, en los Países Bajos, en Alemania o en Dinamarca, se convirtieran automáticamente en los más sagrados o rituales de los depósitos. ¿Se negaba con ello radicalmente dicha condición a los “terrestres”, en apariencia de más sencillo retorno? Al igual que RV, no compartimos esa opinión. En realidad el culto a las aguas es sólo una de las múltiples manifestaciones de una veneración general a la naturaleza que, como ha recordado Almagro Gorbea, en la Península Ibérica se remonta a la Edad del Bronce, pero constituye también la base de la religión céltica, así como de ciertas creencias de época romana y aún de la antigüedad tardía, conforme denunciara en “De correctione rusticorum” San Martín de Braga.

En este sentido merece la pena evocar la existencia de depósitos dentro de cavernas, como aquel de Solacueva de Lacoymonte, en Álava, que incluía una espada pistiliforme. Representan, de un lado, la consolidación de prácticas votivas corrientes en el inicio de la Edad del Bronce (pendientes de plata de La Vaquera, en Segovia, espadas “argáricas” de Cuevallusa, en Cantabria), y de otro, no menos sugestivamente, el precedente de prácticas similares que – a juzgar por ciertas inscripciones latinas grabadas en las paredes de una nueva caverna también segoviana, La Griega – aún eran comunes en los primeros siglos de la Era. Parecido culto ctónico revelan los bronce depositados en grietas naturales de las rocas (Covaleda, en Soria) o en las inmediaciones de enormes y llamativos espolones rocosos, como el de Pico Cuerno, en el norte de Burgos, que poco tiene que envidiar al santuario alemán del Peñón del Cuervo, en Krottensee. Tampoco a los exvotos de ciertas fuentes termales, como sucede con un *palstave* de Valdelateja, de nuevo en Burgos, les cuadraría mal el calificativo de “terrestres” dada su continentalidad, aunque en rigor sean “acuáticos”. E incluso es lícito preguntarse si también los montes, objeto de veneración, como es bien sabido, en época prerromana y romana, no actuaron asimismo como destinatarios de depósitos al final de la Edad del Bronce. Algunos testimonios elocuentes se sitúan en los Alpes, pero en lo que concierne a la Meseta podría ser que la concentración de este tipo de yacimientos en zonas altas de la Sierra de la Demanda y de los Picos de Urbión –bien conocidos son Huerta de Arriba y Covaleda– hubiera tenido como destinatario a un *mons Dercetius* cuyo carácter sagrado en época romana sanciona oportunamente la dedicatoria de un ara.

Todos estos testimonios, sin duda, confieren fuerza a la hipótesis de que también muchos de los depósitos terrestres tuvieron una dimensión ritual.

6. EL DEPÓSITO COMO PRODUCTO DE UNA CEREMONIA PÚBLICA

No vamos a insistir en la idea, tan del agrado de Durkheim y Mauss, de que religión y sociedad son hechos consustanciales e interpenetrados, origen del célebre aserto “las cosas sagradas son cosas sociales”, pero sí a proyectarla sobre la realidad de los depósitos con el fin de destacar que, aunque pudieron ser oblações a los dioses, también respondían complementariamente a intenciones más prosaicas (aquí realmente los conceptos ritual y utilitario no se excluyen, como propugna RV).

Brun, al abordar el estudio de los hallazgos, mayoritariamente fluviales, de la región de París, considera al respecto que mediante ellos los oferentes también buscaban *prestigio social* (funcionaban como “potlachts” en la frontera, midiendo la capacidad de consumo y de don de grupos vecinos) y *legitimación religiosa*: los depósitos, a juzgar por la inclusión sistemática de determinadas insignias (armas, adornos, elementos de banquete y libación), fueron realizados por una elite que se arrogaba el monopolio de la mediación con las fuerzas sobrenaturales con la idea de convencer a los súbditos del apoyo de los dioses al orden social imperante.

Los argumentos para defender que tras los depósitos hubo más intención que rendir culto al numen – Needham expresa también este sentimiento en el alambicado título de uno de sus trabajos: “Cuando la conveniencia adopta una intención ritual” – son, pues, bastante convincentes. Y se trata de un hecho de enorme importancia porque obliga a pensar – única forma de que la destrucción y la renuncia a la riqueza tengan sentido terrenal – que el gesto de la deposición hubo de ser público. Los etnólogos son partidarios de distinguir entre “rituales solemnes” o públicos y “domésticos” o personales, no dudando en atribuir mucho más valor a los primeros desde el momento en que la noción de “sagrado” va unida a hechos colectivos y no a manifestaciones místicas, de tipo individual. La ofrenda de bronce, para que fuera eficaz en orden a conseguir esos otros objetivos más prosaicos que denunciábamos, tenía necesariamente que revestir, pues, cierta publicidad.

Cuestión por resolver y que preocupa también a RV es ¿cómo conciliar esta idea de ceremonia pública y la supervivencia, libre de expolio, de tanta riqueza como representa el metal de algunos depósitos? Aunque nos llame la atención la escasa “elaboración” de los contextos ¿el escenario de las ofrendas era siempre un lugar tan sacralizado – desde luego no era un sitio común – y de acceso tan restringido como para evitar el siempre tentador pillaje?

7. PROSPECTIVA

Seguramente siguen pesando más las sospechas (nos hubiera gustado comentar también, con RV, la existencia de indicios de violencia ritual en las armas de ciertos hallazgos, replantear la cuestión de si en otros tendría sentido considerar los broncees el ajuar de "tumbas sin cuerpos", o discutir la condición de herramienta del principal componente de los conjuntos ibéricos, el hacha de talón) que las certezas en la investigación de los depósitos del Bronce Final Atlántico, pero, de cara al futuro, el vacío de información más preocupante se refiere al marco económico y social de este periodo: los depósitos, sobre todo de armas y joyas, y las estelas del SW traslucen la existencia de una jerarquía social, pero se desconoce prácticamente todo sobre los procedimientos a través de los cuales las elites consiguieron la riqueza y el poder que les distinguía. Y es que se ha investigado poco sistemáticamente en este terreno, de suerte que algunos de los rasgos que se consideran representativos de las comunidades del Bronce Final del oeste de Europa, tales como la fuerte intensificación de la producción agrícola, el almacenamiento de amplia escala o la "economía de aglomeración" – ahora el término es de Brun –, en la Península Ibérica sólo se intuyen con dificultad y a través del registro muy fragmentario de distintos yacimientos. No es que se eche en falta, como añora Brun, el documento homogéneo, excepcional y redentor de una Pompeya del momento, sino sólo una información razonable de cómo funcionaba un hábitat de entonces; y también – para nuestros intereses presentes – datos sobre el verdadero desarrollo y concentración de la producción de metal, porque los testimonios que aporta un yacimiento que se supone estelar en ese sentido como el alicantino de Peña Negra, a falta de elementos de comparación ilustrativos, no aclaran suficientemente si se trataba de un taller *full time*, casi tan estable como el micénico cuyos encargos quedaron anotados en las tablillas de Pylos, o una oficina poco más que doméstica como las peninsulares del inicio de la Edad de los Metales.

Gran Canaria, Semana Santa de 2007

Depósitos metálicos versus economia política das práticas metalúrgicas na Idade do Bronze em Portugal

João Carlos de Senna-Martinez*

“...The main transformation suffered by Late Bronze Age studies in Portugal during the last two decades consists of a change in approach from metal boards to finding and excavating habitat sites, studying their material culture, economic indicators and spatial location...”

(Senna-Martinez e Pedro, 2000, p. 61)

Quando na transição do milénio escrevíamos estas linhas, púnhamos a tónica naquela que nos parece ser a grande mudança por detrás dos estudos da Idade do Bronze em Portugal nas últimas duas décadas (Senna-Martinez, 2002) a qual terá, consequentemente, passado para segundo plano a problemática dos depósitos.

O trabalho de Raquel Vilaça, agora em vias de publicação, constitui, a nosso ver, um diagnóstico extremamente meritório, eficaz e completo da situação actual do estudo dos depósitos metálicos em Portugal e mesmo um programa para repensar e (porque não?) refazer o seu estudo. Contudo, sublinhando o constante do ponto 5 das respectivas conclusões, pensamos não ser possível equacionar, inovando, a problemática dos “depósitos metálicos” da Idade do Bronze sem a enquadrar na questão mais vasta da economia política das práticas metalúrgicas das respectivas sociedades.

Demonstrada recentemente a inexistência de uma qualquer unidade política e cultural (*lato senso*) correspondente ao chamado “Bronze Final Atlântico” (Jorge, ed., 1998)⁵¹, nomeadamente na fachada litoral atlântica da Península Ibérica, a tal demonstração se associa inevitavelmente o crescente entendimento de que o espaço peninsular constitui durante toda a Pré-História Recente (e não só durante a Idade do Bronze) um complexo mosaico cultural regional com dinâmicas e velocidades de desenvolvimento muito diferentes de uma para outra das suas áreas regionais.

Parece-nos, deste modo, que repor a questão do significado de um qualquer depósito metálico (começamos sempre por assegurar-nos de que se trata de... “um depósito”) implica repensar o todo sociocultural regional em que o mesmo se enquadra. É aqui que as desigualdades de conhecimento regional da Idade do Bronze colocam dificuldades de momento incontornáveis.

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq). 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt



Fig. 51 – Localização, na folha 104 da C.M.P. 1:25000, do local onde foi encontrado o “depósito” das alabardas de Abreiro.

Exemplifiquemos com uma das mais antigas situações de depósito de artefactos metálicos conhecida em Portugal: As alabardas atlânticas de tipo “Carrapatas”.

Uma tentativa de recontextualização destas peças mostra que as mesmas foram encontradas em locais próximos de antigas vias de trânsito (os *puntos de paso* de M. Ruíz-Gálvez, 1995), resultando mesmo as duas de Abreiro de obras de alargamento da trincheira da EN 314 (Bártholo, 1959, p. 431-432) junto a um pequeno afluente do Tua⁵². As de Carrapatas, segundo tradição ainda viva na povoação, teriam aparecido em resultado de igual actividade e as de Vale Bemfeito são provenientes da margem de uma linha de água próxima da via natural de saída a sul-oriental da Bacia de Macedo de Cavaleiros, hoje reaproveitada pelo IP2.

Com estes “depósitos” transmontanos (a que poderemos juntar o de Leiro, Rianxo) (Meijide, 1989) estamos perante algumas das situações peninsulares mais antigas de depósito de materiais metálicos junto a vias de passagem terrestre ou fluvial. Mas, também no sul do actual território nacional, trazemos em curso a revisão de um conjunto de evidências que permitem pensar na existência de um tipo de lâmina de alabarda específico do Bronze do Sudoeste e a que, a partir da revisão do conjunto (depósito?) das lâminas de Cano (Sousel) (Carreira, 1996) poderíamos designar de “tipo Cano”⁵³.

Parece-nos complicado, sem que à partida o excluamos como possível, afirmar, por exemplo, que o depósito transmontano de Abreiro seja equivalente ao de Cano (admitindo que é um depósito) encontrado no Sudoeste Português. Os espaços regionais em questão são muito diversos bem como os respectivos ambientes culturais.

Uma primeira aproximação ao problema levantado poderá passar por tentarmos responder a duas questões, aliás interligadas: Qual a dimensão e significado

⁵¹ Vejam-se diversas contribuições apresentadas a este colóquio.

⁵² Situado na base do monte onde se localiza o povoado do Cemitério dos Mouros, com níveis de transição Calcolítico/1.ª Idade do Bronze datados de entre 2460-1950 cal AC (Sanches, 1995, p. 29).

⁵³ Às lâminas de Cano poderemos juntar outras, como a de Vale de Carvalhos (Sítimos) (Senna-Martinez, 1994a, p. 164), bem como algumas representações iconográficas de tampas e estelas como as de Abela e Assento (Almagro, 1966, Lâms. XIV e XXVI).

sociocultural das práticas metalúrgicas nos dois grupos regionais em causa? Qual o papel das alabardas nestes contextos sociais?

O mundo da Primeira Idade do Bronze de Trás-os-Montes é ainda globalmente mal conhecido. Contudo, a investigação recente do arqueossítio da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) tem vindo a revelar dados que permitem perspectivar para este habitat da Primeira Idade do Bronze uma produção metálica em ambiente doméstico e em pequena escala (Senna-Martinez, Ventura e Carvalho, 2005 e 2006; Senna-Martinez, *et al.*, 2006 e no prelo). Outros indícios nesse sentido eram já conhecidos do habitat minhoto da Sola (Bettencourt, 2000c), com parte de um molde de fundição e outros restos denunciando a existência de uma pequena área de produção.

Nos casos citados, é aparente que, as características das estruturas estudadas na Fraga dos Corvos, a pequena quantidade de restos de fundição e a ainda menor quantidade de fragmentos metálicos recolhidos, tudo aponta para uma produção metálica em muito pequena escala (Senna-Martinez, *et al.*, 2007), que a evidência disponível de outros arqueossítios coevos não desmente.

Uma vez que os dados sobre as economias do Norte Português durante este período, em particular nos arqueossítios citados, apontam para uma fraca capacidade de armazenagem e de produção de excedentes e que os meios de trabalho principais continuam a ser em pedra talhada e polida, não vemos como a diminuta produção metálica de tais sítios poderia ser perspectivada na óptica de uma qualquer contribuição para a base económico-alimentar das suas populações (*Idem*).



Fig. 52 – Estela de Abela, Santiago do Cacém, com indicação da lâmina de alabarda Tipo Cano encabada (segundo Almagro, 1966, Lâm. XIV modificada).



Fig. 53 – Estela de Longroiva, com indicação da lâmina de alabarda Tipo Carrapatos encabada (segundo Almagro, 1966, Lâm. XXX modificada).

Pensamos, como vimos argumentando de longa data (Senna-Martinez, 1994a, 1996), que as metalurgias peninsulares durante a Primeira Idade do Bronze revestiram um cariz de produção de bens de prestígio e não de meios de trabalho.

A imagem que nos ressalta da iconografia contemporânea das estátuas menhir do Norte Português e Meseta Norte – de que a de Longroiva (fig. 53) constitui, até pela proximidade a Trás-os-Montes, um bom exemplo (Almagro, 1966, Lâm. XXX) – é a de que estes equipamentos, as alabardas numa primeira fase e depois os machados de tipo

“Bujões/Barcelos” e outros machados planos⁵⁴, mais do que constituírem meios coercivos de imposição de poderes de elites emergentes são, efectivamente e como bens de prestígio, símbolos desse mesmo poder.

É aqui que nos é possível fazer a passagem para o Bronze do Sudoeste em que a iconografia das estelas e tampas de sepultura nos revela um ambiente iconográfico semelhante. As três tampas de sepultura⁵⁵ que conhecemos com figurações de alabardas e a estela de Abela representam inequivocamente lâminas tipo Cano. O quinto caso de figurações destas armas em ambiente Bronze do Sudoeste é o da estela/menhir das Passadeiras (S. Bartolomeu de Messines) (Gomes,

⁵⁴ Deixaremos para outra ocasião a discussão, já começada por Ana Melo (1999) a propósito do Bronze Final, sobre se um machado é, nestes contextos, um “utensílio” ou uma “arma” como a iconografia do Bronze do Sudoeste claramente sugere. O que novamente nos remete para as funcionalidades dos materiais metálicos.

⁵⁵ Trigaxes I (Beja – Almagro, 1966, Lâm. VI), Assento (Santa Vitória – op.cit. Lâm. XXVI), San Juan de Negrillos (Aljustrel – op.cit. Lâm. XXXIV).

1994, p. 86) mas em que a lâmina é já de tipo Montejicar. O cariz antropomórfico desta última estela, bem como da estela (sem alabarda) da Tapada da Moita (Oliveira, 1986), permite lê-las, numa perspectiva semelhante à de Longroiva, enquanto figuras de poder.

Um dos poucos “povoados centrais” do Bronze do Sudoeste escavados e publicados modernamente⁵⁶ é a Solana do Castillo de Alanje (Pavón Soldevila, 1994 e 1995), também aí as práticas metalúrgicas atestadas são perspectiváveis como de pequena escala e de âmbito doméstico. Dele provém uma lâmina de alabarda de tipo Cano, de resto, não conhecemos lâminas de alabarda em enterramentos deste mundo cultural.

Qual então a ponte possível entre estas duas realidades regionais da Primeira Idade do Bronze?

Estamos em crer que a natureza não-económica da produção metalúrgica nestas sociedades, conforme a discutimos recentemente para o caso da Fraga dos Corvos (Senna-Martinez *et. al.*, 2007), é a chave para a compreensão do seu papel social como parte importante de uma “simbólica do poder” de que os exemplos iconográficos aduzidos constituem uma outra expressão.

Deste modo, os primeiros depósitos – com o seu cariz de “marcadores territoriais”, materialização do controlo das respectivas elites incipientes regionais sobre o espaço e, sobretudo, das vias para nele circular – representariam uma outra forma para simbolizar tais poderes.

Pensamos assim que, na primeira Idade do Bronze, quer a iconografia das armas metálicas, quer a sua deposição “ritual” como “depósito-marcador de território” ou “depósito-oferenda funerária”, constituem expressão de poderes emergentes muito mais “imaginados e consentidos” do que efectivamente exercidos de forma coerciva.

Quanto ao Bronze Final, momento por excelência da multiplicação de “depósitos metálicos”, não cremos que a situação se altere significativamente.

Nas áreas melhor conhecidas do Centro/Norte Português, correspondendo aos mundos culturais da Beira Interior (Vilaça, 1995), Baiões/Santa Luzia (Senna-Martinez, 2000) e Noroeste Português (Bettencourt, 2000a e 2000b), parece-me claro que podemos caracterizar a respectiva produção metalúrgica como uma actividade de tipo “doméstico” e em escala ainda muito reduzida (Senna-Martinez, 2005; Senna-Martinez e Pedro, 2000), conquanto mais importante do que na Primeira Idade do Bronze.

⁵⁶ Os outros sítios de habitat conhecidos cabem sobretudo numa definição de tipo “monte” ou pequena aldeia.

Nestes termos, os depósitos do Bronze Final da fachada atlântica peninsular enquanto “depósitos-marcadores de território” não terão perdido (quicá logo no próprio acto da sua “deposição”) aquela outra vertente de exibição de um estatuto e poderes mais consentidos do que efectivamente exercidos.

A preocupação com o controlo do espaço e principais vias de nele circular, patente, por exemplo, na estrutura de povoamento do Grupo Baiões/Santa Luzia (Senna-Martinez e Pedro, 2000, fig. 1; Senna-Martinez, 2000, p. 120-sgs.), é bem expressão de quão importante tal controlo seria para as respectivas elites (Senna-Martinez, 1994b, p. 226).

Tal como aconteceu com toda uma série de outros aspectos da vida das comunidades do Bronze Final Peninsular, também parece importante referir que o impacto do interface mediterrânico orientalizante tem certamente que ver com o que se passa nestas comunidades do Centro e Norte do Ocidente Peninsular entre o séc. VIII e o início da Idade do Ferro.

Se nos agradou a proposta de Raquel Vilaça de que os depósitos do Bronze Final também poderiam ser vistos como “...contextos de resistência ao factor mediterrânico...”, é aqui necessário dizer, desde já, que nos arriscamos a “encalhar” na problemática da respectiva cronologia relativa. Tanto mais que o “impacto do interface orientalizante” se exerce de forma progressiva e temporalmente distinta nos vários “grupos regionais” peninsulares. Este é talvez o grande problema desta hipótese, aliás na esteira do que acontece com o trabalho de Galán Domingo (2005) para os depósitos de machados de talão, ditos tardios, do noroeste peninsular que conservam o cone de fundição.

De facto, quais depósitos e em que áreas regionais são posteriores a este impacto? Baleizão? Talvez... e também os depósitos de machados com elevados teores de chumbo do Noroeste Peninsular. Talvez que alguns destes últimos possam ser já contemporâneos de um mundo já púnico (ou fenício-ocidental) e, eventualmente, possam correlacionar-se com a procura de estanho para equipar, a partir do século V, a nascente marinha de guerra cartaginesa.

Este é, porém, um capítulo que, de momento, não podemos mais do que aflorar.

Lisboa, Julho de 2007

Dos depósitos metálicos da Idade do Bronze e das intenções que estiveram na sua origem (comentário a um estudo de Raquel Vilaça)

João Luís Cardoso*

1. INTRODUÇÃO

O Director do Museu Nacional de Arqueologia, por sugestão da Doutora Raquel Vilaça, solicitou ao signatário um comentário a extenso estudo de autoria desta arqueóloga, entregue para publicação em “O Arqueólogo Português”. Com gosto se aceitou tal responsabilidade, tendo presente que este contributo é, apenas, a mais recente expressão de uma já longa e sólida trajectória científica da sua autora, que ao estudo da Idade do Bronze e da Idade do Ferro da zona meridional da Beira interior do actual território português dedicou já importantes contributos.

Como Raquel Vilaça declara, este estudo decorre da apresentação da lição das provas de Agregação em Pré-História e Arqueologia realizadas nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2005 na Universidade de Coimbra, de cujo júri o signatário fez parte. Este facto constituiu motivo acrescido para aceitar o presente convite, que muito se agradece.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo de Raquel Vilaça constitui um compromisso entre a abordagem empírica de raiz histórico-culturalista dos testemunhos materiais, representados neste caso pelos artefactos de bronze, que a autora reconhece – e bem – como incontornável em estudo desta índole, e a interpretação de tais ocorrências, valorizando a exploração do cunho simbólico eventualmente presente nos conjuntos estudados, de inspiração processualista.

Considera-se que a evidência material, que recentemente tem vindo a ser secundarizada, se não mesmo menosprezada, por certas “escolas”, condicionada a interpretações ditadas por modelos apriorísticos, mesmo em Portugal, continua a ser o ponto de partida para o nível superior de análise, correspondente à procura de um qualquer significado para tais evidências, a começar pelas que se relacionam, simplesmente, com a esfera do utilitário.

Na abordagem histórico-culturalista, os depósitos de peças bronzíferas – chamemos-lhes assim, por comodidade, pois tal termo não implica qualquer valoração utilitária ou simbólica – seriam considerados na sua expressão material, a números de peças,

* Prof. Catedrático. Universidade Aberta (Lisboa). E-mail: arqueolo@univ-ab.pt

respectivo estado de conservação e caracterização tipológica, a partir da qual se procurava atribuir-lhes diversas funcionalidades. É clássica a atribuição destes conjuntos, consoante as suas características e composição a “esconderijos de fundidores”, ou a “esconderijos de comerciantes” itinerantes, não incompatíveis entre si, que incluiria ainda os “esconderijos individuais”. Em qualquer destas atribuições funcionais, encontra-se omitida qualquer carga simbólica associada aos mesmos.

Ao contrário, o trabalho em apreço, tomando como ponto de partida o registo material, considera-o “como um texto, que pode ser lido e que, por isso, se presta a interpretações várias”, sendo uma delas, citando Tilley, “a que valoriza o potencial simbólico da cultura material, a que vê os artefactos como veículos de mensagens e como poderoso meio metafórico através do qual as pessoas se exprimem e reflectem o seu mundo” (citação da autora, a p. 87). Com efeito, verifica-se que é neste campo que a autora se coloca, entendendo os depósitos bronzíferos, em geral, como decorrentes de actos simbólicos, em detrimento da hipótese de a sua ocultação ter sido ditada por outros motivos, mais ou menos profanos ou circunstanciais.

Assim sendo, mesmo o achado de peças isoladas, como o molde de bronze bivalve para machados de talão e dois anéis de Vila-Boa, concelho de Castro Daire, “encontrado por um pedreiro junto dum penedo (...)” (Teixeira, 1940, p. 4 da sep.), é entendido como contendo forte carga simbólica, que a autora assim descreve: “(...) a sua singularidade é apenas aparente; como molde, com a capacidade de transformação do metal bruto, é igualmente um *depósito de regeneração*” (p. 90). Note-se, no entanto, que, se o carácter isolado da peça é assumido por quem a publica, já o carácter “supostamente perdido (?)” foi deduzido pela autora, já que tal hipótese não é expressa nem implícita na publicação de C. Teixeira. A hipótese de peça perdida é pouco provável, já que a posição do achado parece corresponder a um acto intencional de o esconder, por parte do seu possuidor. Note-se que existe em contexto doméstico um molde semelhante, mas para machados de talão unifaces com um anel, do castro da Senhora da Guia, Baiões, integrando um conjunto interpretado como um depósito de fundidor existente no interior da área habitada (Silva, Silva & Lopes, 1984), constituído por peças em boa parte deformadas e fragmentadas, constituindo uma verdadeira amálgama de sucata bronzífera (Senna-Martinez, 2000). Com efeito, sendo a prática da metalurgia do Bronze Final uma actividade essencialmente realizada nos povoados daquela época, como a autora verificou pessoalmente em escavações que dirigiu em povoados do Bronze Final do sul da Beira Interior (Vilaça, 1995), seria natural que a matéria-prima, tratando-se de bem escasso e valioso, carecesse de ser acautelada em locais só conhecidos dos próprios habitantes, ou apenas de um segmento da população de cada povoado.

Noutras épocas, a mesma prática foi seguida, sem que nela se vislumbre qualquer simbolismo, que ultrapassasse a mera preocupação de acautelar, por ocultação, bens materiais significativos. É assim que se explica, por exemplo, o achado de um depósito de quirates da Lapa do Fumo, Sesimbra, ali ocultados em finais de 1147 (Marinho, 1968, p. 40): fácil seria imaginar o ambiente de desorientação e de convulsão social vivido nesse ano pelas populações muçulmanas da margem esquerda do Tejo, com a tomada de Santarém em Março, a de Lisboa em Outubro e o consequente abandono de Palmela, logo ocupada pelas forças cristãs invasoras. A ocultação deste tesouro, é, apenas um exemplo, dos muitos que se poderiam invocar, em resultado de variados conflitos, verificados no nosso território desde a Antiguidade até quase os nossos dias.

Tal não significa que todas as ocultações de artefactos metálicos da Idade do Bronze tenham tido causas tão objectivas ou imperiosas. Mas também não autoriza, pelas razões expostas, a atribuí-las forçadamente a razões rituais ou simbólicas. E esta é, precisamente, a principal dificuldade de comentar um estudo como este, no que a esta questão fulcral diz respeito.

A palavra “depósito”, escolhida para o título do seu trabalho, aplicada indistintamente desde o Neolítico ao Bronze Final, é intencionalmente neutra, como conceito operativo, e de nenhuma eficácia, nem sequer na separação dos campos profano e sagrado: como bem assinala a autora, a vida quotidiana mesclava-se de forma indissociável com a vida cognitiva e com a superestrutura religiosa e simbólica no mundo em que estas comunidades se situavam.

Como bem assinalou a autora, na Idade do Bronze (e naturalmente em tempos anteriores) “ritual e utilitário são conceitos que não se excluem mutuamente”. Com efeito, parece que muito pouco se avançou nesta matéria desde os tempos em que já John Evans indicava, na sua obra clássica sobre a Idade do Bronze da Grã-Bretanha, a existência de diversos tipos de conjuntos de artefactos de bronze, com significados distintos, o que só evidencia a dificuldade de abordar esta temática (Evans, 1881, p. 457). Considerava a existência de “depósitos pessoais”, de indivíduos “who would appear to have buried his valued tools or weapons during troublous times, and never to have been able to disinter them”. Trata-se de situação já atrás apresentada à qual os inúmeros exemplos históricos conhecidos conferem credibilidade acrescida. Considera depois a possibilidade de os conjuntos constituídos por peças prontas a usar e em número considerável número, como pertencentes a mercadores; sendo certo, como já atrás se referiu, que a metalurgia do bronze, no Bronze Final, era essencialmente uma actividade doméstica, será que tal realidade invalida em absoluto a prática de um comércio itinerante de objectos manufacturados, da responsabilidade de grupos que a tal tarefa se dedicavam, e já não à figura do almocreve solitário?

A realidade arqueológica identificada na área da actual Estremadura portuguesa parece dar credibilidade a esta hipótese: com efeito, é aqui que se regista o maior número de machados de alvado e duplo anel, apesar de se tratar de uma região desprovida de jazidas de estanho e de o cobre ser vestigial. É, assim, lícito admitir uma circulação transregional de artefactos manufacturados, ou, em alternativa, da importação das matérias-primas necessárias ao seu fabrico. Com efeito, o bem conhecido molde de foices de talão de Rocanes (Cacém, concelho de Sintra), comprova o fabrico local destas produções metálicas. Seja como for, só o comércio transregional de produtos manufacturados ou das matérias-primas com que estes são fabricados poderá explicar a assinalável abundância de achados na região estremenha, o que naturalmente volta a colocar na ordem do dia as modalidades que presidiram à difusão e comercialização destas produções metálicas.

Assim, se a figura isolada do mercador itinerante parece já “fora de moda”, a concepção de uma sociedade estruturada em vários níveis, com um segmento a quem competia assegurar a referida circulação e comercialização, numa perspectiva transregional, através de corredores mantidos propositadamente abertos pelas comunidades que partilhavam territórios adjacentes, numa partilha de interesses comuns, que conduzia à solidariedade comercial, parece plausível. Por outro lado, sendo certo que as vias de circulação transregionais privilegiadas eram constituídas pelos corredores fluviais, as ocorrências de peças de bronze ligadas ao domínio hídrico poderá assumir, ao menos nalguns casos, carácter circunstancial, resultante de perdas no decurso do transporte.

3. DA COMPOSIÇÃO QUALITATIVA E NUMÉRICA DOS DEPÓSITOS

Afastada a hipótese de corresponderem a esconderijos de comerciantes ou de fundidores itinerantes por, entretanto, o próprio avanço dos conhecimentos nessa matéria ter relegado para o campo da historiografia arqueológica essa tão sugestiva hipótese que Gordon Childe se encarregou de celebrar na década de 1930, importa verificar o espaço que restaria para outras possibilidades. Neste campo, um dos indicadores que tem sido mais valorizado é a da composição qualitativa dos depósitos.

Talvez o caso mais célebre seja o do depósito da ria de Huelva, composto por mais de 400 peças. Neste, a quase total ausência de artefactos de carácter doméstico, e onde se encontram totalmente ausentes os machados, precisamente um dos itens mais característicos e abundantes da generalidade de tais conjuntos, em benefício das armas, tem sido interpretada de forma contraditória. Para uns, tal situação seria suficiente para afastar a hipótese de um carregamento de sucata metálica de um barco naufragado, conferindo ao conjunto significado votivo e

funerário (Belén *et al.*, 1995, p. 165); para outros, tal situação apontaria para um carregamento de armas, com mais ou menos sinais de utilização, ou mesmo completamente inutilizadas, oriundo de “un campo de batalla y fuera provisión del material de guerra” (Almagro, 1975). Ou seja, para uma mesma realidade arqueológica, foram apresentadas, por especialistas credíveis, explicações contraditórias, todas plausíveis. Este exemplo serve para ilustrar a principal dificuldade com que se depara quem tiver de comentar este estudo: é que, independentemente da qualidade da informação disponível, a respectiva interpretação é condicionada por um determinado modelo que, aprioristicamente, foi adoptado, cuja discussão obriga a entrar em campos de discussão não-científicos, já que se torna impossível a demonstração do contrário do que é afirmado.

Atente-se ainda a um depósito onde só se encontram machados de talão, como muitos dos que são conhecidos na região minhota: em Ganfei, Valença, apareceram 24 machados, de que se estudaram 15, de dois anéis, todos idênticos, alguns deles incompletos, e em que “nenhum estava preparado para uso imediato, se a sua função própria era a geralmente atribuída de arma ou utensílio industrial. Todos conservam as rebarbas de fundição, o gume rombo, por afiar, e a grande maioria o cabeça infundibuliforme” (Fortes, 1905/1908, p. 661). Estas características, a par da sua superabundância na região do noroeste, levaram certos autores a considerarem a hipótese, que não repugna a J. Fortes, de constituírem “accidentalmente (...) valores d’escambo para aquisição de cousas indispensáveis (...)” (*idem, ibidem*). É legítimo considerar, até pelas ligas ternárias de cobre, chumbo e estanho, presentes em muitas destas peças, que tornariam pouco eficaz o uso destes artefactos como machados, o papel destes conjuntos no âmbito da acumulação social da riqueza, como tem sido reafirmado modernamente por investigadores que R. Vilaça não deixa de citar. No caso presente, o referido depósito poderia relacionar-se com algum povoado próximo, ou simplesmente ser uma acumulação “pessoal”, na terminologia de John Evans, afastada a possibilidade anacrónica de ser atribuído a um “esconderijo de mercador”.

Considere-se, enfim, o depósito de Quinta do Ervedal, entre Castelo Branco e Fundão (Villas-Bôas, 1947). Aqui, a heterogeneidade do conjunto é a sua principal característica: o inventário efectuado por A. Coffyn indica 4 machados de talão e um anel; fragmentos de mais sete ou oito; fragmento de punhal; fragmento de espada; duas porções de machados de apêndices; um fragmento de martelo; duas escórias; e 24 lingotes, a que se juntam dois braceletes encadeados no anel de um dos machados, totalizando o peso notável de 16,759 kg (Coffyn, 1976). Se atendermos ao facto de este achado estar associado a carvão, assinalado por J. S. P. de Villas-Bôas, nada lhe falta para corresponder à visão tradicional de um “esconderijo de

fundidor”, sem que a este esteja ligada necessariamente a ideia de mobilidade, inerente à do mercador itinerante. Poderia esta ocorrência relacionar-se com a prática metalúrgica em povoado que não fosse de altura? Naturalmente, a matéria carbonosa poderia sempre relacionar-se com a prática ritual do fogo, no momento em que o conjunto ritualmente se depositou na terra: mas qual a vantagem em discutir o que não é demonstrável, sem outros elementos de terreno?

4. DA RITUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS (OU DA FALTA DELA)

Os dois depósitos acima descritos (Ganfei e Quinta do Ervedal) ilustram, pela sua composição qualitativa, as duas categorias tradicionais mais importantes de conjuntos de peças de bronze identificadas em território português. Em todo o caso, as suas características e modos de jazida não contrariam uma das principais teses do trabalho de Raquel Vilaça, a de que “o cerne do problema deve ser transferido para a órbita das comunidades indígenas (...)” na medida em que estas e só estas possuíam a capacidade para “produzirem, destruírem, restringirem e controlarem o metal”, afirmação com que plenamente se concorda.

No entanto, à semelhança do verificado noutras áreas da Europa atlântica ou mediterrânea, que alguns dos depósitos associados à água, bem como os depósitos actualmente de margem, mas que poderiam à época ter sido realizados em meio aquático, detêm conotação simbólica mais sugestiva que os identificados em outros contextos terrestres (Bettencourt, 2001, p. 30). Tal realidade já não tinha passado despercebida a Worsaae, como cepticamente declarou John Evans: “Mr. Worsaae has suggested that some of these hoards may be of a votive character and have been deposited in the ground as precious offerings to the gods. I am not, however, aware of any of our British hoards being of such a character that they can safely be regarded as votive.” (Evans, 1881, p. 457).

As peças metálicas recolhidas em grutas ou minas são, ainda, ocorrências cuja evidente relação ctónica importa valorizar. É de há muito valorizada a utilização ritual de grutas na Estremadura durante o Bronze Final (Cardoso, 2004), designadamente daquelas em que as provas de ocupação humana não apontam para utilização funerária ou doméstica. É o que é sugerido pelos achados de punhais e de machados de bronze, tanto do Bronze Pleno, como do Bronze Final, na referida área (Cardoso, 2004), a que se juntam muitas outras ocorrências, infelizmente quase todas com indicações de recolha inconclusivas. Um dos exemplos mais significativos, é constituído pelas duas alabardas de cobre, do tipo Carrapatas, encontradas “na fenda de uma rocha que foi necessário eliminar”, no decurso da abertura da estrada entre Vila Real e Vila Flor (Bártholo,

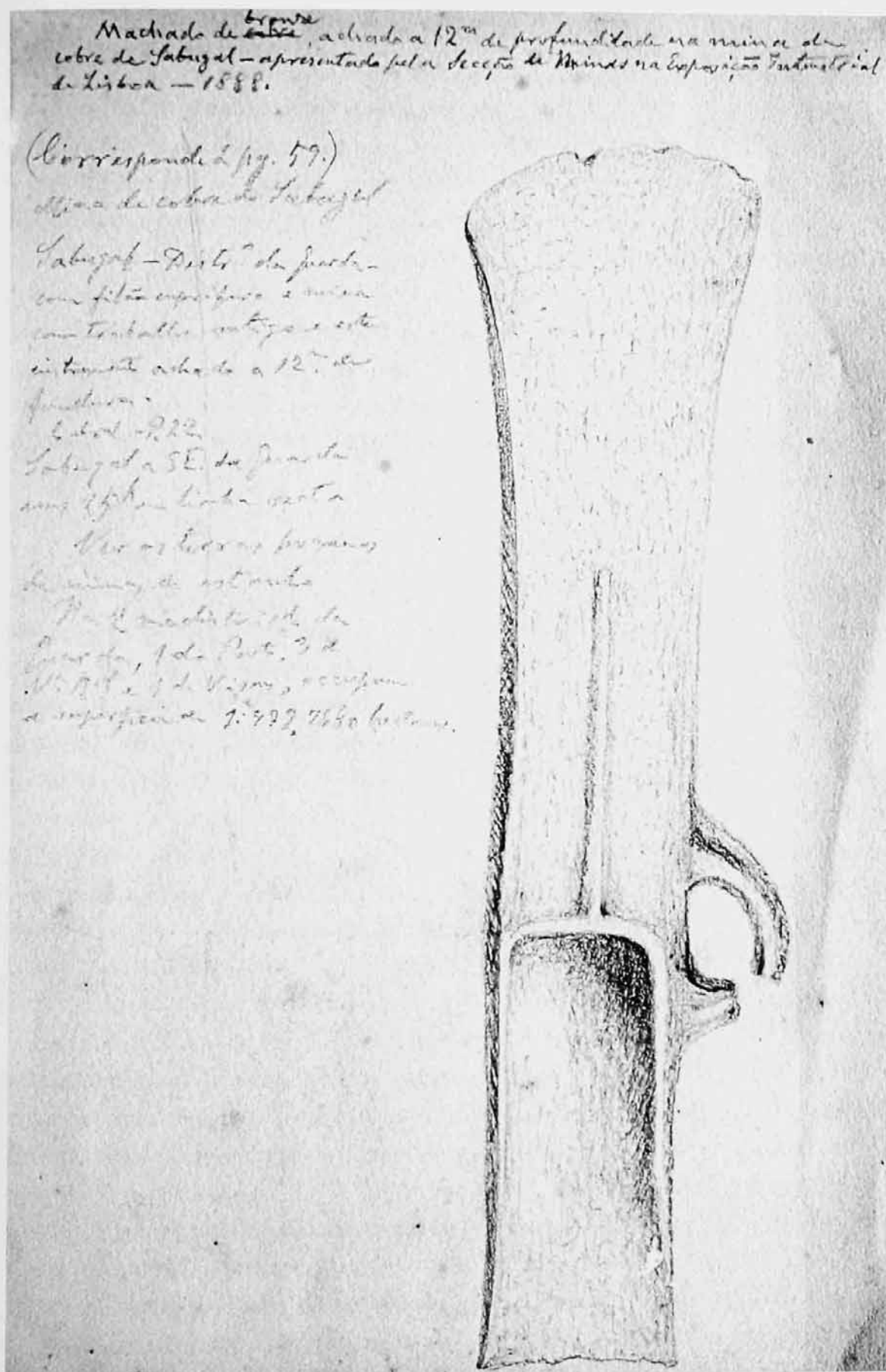


Fig. 54 – Desenho a carvão do machado de talão e uma argola da mina de cobre de Quarta-Feira (Sabugal) e anotações do modo de ocorrência. Apontamento inédito de Estácio da Veiga, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

1959). Outra situação semelhante é a do achado de machados, desde o Bronze Pleno, no interior de galerias mineiras. Mas, mais uma vez, podem ser avançadas explicações contraditórias para tais ocorrências, todas elas plausíveis: nuns casos, tais ocorrências relacionar-se-iam com os próprios trabalhos de mineração, incluindo o trabalho da madeira utilizada na entivação das galerias; noutros com o aproveitamento funerário das galerias; enfim, para um convicto defensor do simbolismo dos espaços subterrâneos, a ocorrência de tais artefactos metálicos em tais contextos se pode relacionar com a sacralização das próprias galerias. Um dos casos mais interessantes, é o achado de um machado de talão com uma argola, recolhido a 12 m de profundidade na mina de cobre de Quarta-Feira (Sabugal), de que se apresenta desenho inédito, do espólio de Estácio da Veiga conservado no Museu Nacional de Arqueologia (fig. 54), que foi quem primeiro o estudou (Veiga, 1891, Est. XXIII, n.º 14).

5. CONCLUSÃO

Acaba-se este comentário com um sentimento de que não se atingiu o cerne do problema, a saber, se a diversidade de situações que conduziram à formação de depósitos de materiais metálicos, especialmente no Bronze Final, envolverá idêntica diversidade de causas e motivações que as determinaram. Resta a convicção de que tal não é (nem será) possível. Tal realidade é, aliás, expressamente aceite como inevitável pela autora, que, no entanto, valoriza claramente a componente sagrada na formação de tais depósitos.

Às explicações aliciantes e coerentes, que perduraram mais de um século, de cunho marcadamente profano, sobrevieram as que, de sinal contrário, conferiram à generalidade destes achados um cunho vincadamente simbólico. Sendo esta a perspectiva privilegiada pela generalidade dos autores que modernamente se têm debruçado sobre tais ocorrências – entre os quais Raquel Vilaça se inclui – crê-se que as antigas explicações, seguramente tão ou mais pensadas e amadurecidas que aquelas que hoje fazem sensação entre os amantes da arqueologia teórica e pós-processualista, cuja perdurabilidade no tempo é, felizmente, proporcional à sua sustentabilidade científica, mantêm inteira a sua legitimidade, desde que adaptadas às realidades económicas e sociais evidenciadas pela arqueologia. Assim, a noção do mercador itinerante poderá ser vantajosamente substituída pelo grupo que se encarregaria da comercialização e circulação dos produtos manufacturados à escala do comércio supra-regional, do mesmo modo que o fundidor, trabalhando isoladamente e em sítios de passagem, pode ser vantajosamente substituído pelo grupo metalurgista que, em cada povoado, se encarregaria da produção metálica.

Enfim, a sacralização de certos sítios, terrestres ou aquáticos, estaria associada à presença de alguns dos conjuntos conhecidos, mas não parece ser possível, exceptuando casos muito particulares, fundamentar quais os que se devem integrar neste grupo. Sendo certo que, à época – e não será demais afirmá-lo – profano e sagrado eram duas faces de uma mesma moeda, que condicionava de forma determinante a vida quotidiana, não parece que a excessiva valorização de apenas uma dessas componentes seja lícita, muito menos vantajosa para o progresso dos conhecimentos. E também não parece ser naquele grupo de investigadores que Raquel Vilaça se revê: essa conclusão é, aliás, confirmada pela leitura do seu trabalho, sendo a tal respeito particularmente concludente o último parágrafo do resumo, que se subscreve inteiramente e que constitui a essência do seu pensamento sobre esta difícil e problemática questão. Louvando-se a autora, termina-se este despretenso comentário com uma pergunta: para quando um *corpus* dos achados metálicos da Idade do Bronze do território português, em que se fizesse a correlação sistemática dos conjuntos, com as características dos *loci* onde foram descobertos, única via de contribuir eficazmente para que o rigor das análises daqueles fosse acompanhada por propostas interpretativas, extrínsecas aos mesmos, e não menos objectivas? Depois dos notáveis inventários das décadas de 1970 e de 1980, é iniciativa que se impõe, no quadro da arqueologia portuguesa: e, também neste campo, o presente contributo pode revelar-se particularmente proveitoso e útil.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, que, ao abrigo da autorização concedida ao signatário para estudo do arquivo de Estácio da Veiga, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, proporcionou a oportunidade para a publicação da figura que ilustra este trabalho.

Depósitos y cosmovisión

Marisa Ruiz-Gálvez Priego*

En Homenaje a Raquel Vilaça y a cuantos aman la música y el mundo medieval.

Un tesoro está en el origen de la tragedia de los burgundios; un tesoro que Sigfrido, un joven impulsivo, arranca a sus dueños, los nibelungos, quienes lo

* Universidad Complutense. Madrid. e-mail: marisar.gp@ghis.ucm.es

custodiaban en una cueva. El tesoro provocará muchas muertes. El caballero Hagen, que percibe que ese oro es causa de desorden, se lo arrebató a la viuda de Sigfrido y lo arroja a las aguas del Rhin en un punto llamado *Loch*, que en alemán significa “agujero”, “hueco”, “boyó”, calculando que un día podrá recuperarlo. Pero, naturalmente, eso es ya imposible, porque el tesoro ha pasado al *otro lado*. Hagen morirá bajo la mano vengativa de Krimilda sin haber podido recuperarlo (*Cantar de los Nibelungos*, versión de E. Lorenzo, ed. Swan 1980).

El Cantar de los Nibelungos es un poema del s. XIII, fruto, según los expertos, de la reelaboración y ampliación a lo largo del tiempo, de dos poemas diferentes del s V y de origen franconio: *El Cantar de Brunilda* y *El cantar de los Burgundios* (Zurdo, 1980). En todo caso, ambos corresponden a un mundo medieval y no al de la Edad del Bronce... Con todo y a pesar de que el texto medieval está impregnado de la filosofía cristiana, muchos aspectos de la historia en él narrada, sugieren reminiscencias de un mundo pagano anterior.

De esta manera, si analizamos los gestos de los protagonistas de la historia, veremos que éstos están profundamente impregnados de significado simbólico, proyección mental de una forma de organizar y categorizar el universo físico y mítico, propia de sociedades sin escritura, en las cuales frecuentemente, túneles, hoyos y agujeros sirven para comunicar *inframundo* y *supramundo* (Le Goff, 1989; Goody, 1998, p. 150-151; Bradley, 2000, p. 3-44; Hernando, 2000; Topping, 2005, p. 80). Así, la cueva donde se guarda el tesoro de los nibelungos es, desde el punto de vista simbólico un centro, un *axis mundi* y un útero materno (Cirlot, 1997, p. 165). Por lo tanto, extraer el metal implica penetrar la tierra y en ése sentido, es un acto de violación/fecundación no exento de sanciones en la cosmovisión de muchas sociedades premodernas. Tal vez por ello, el minero – varón y adulto – es en muchas de ellas un marginado, obligado a aplacar con ofrendas, incluso en ocasiones con su propia vida, al ente sobrenatural y frecuentemente femenino, que habita en el interior de la tierra (Harris, 1989, p. 211, 215-216 y 227-228; Sherratt, 1991; Bosch & Estrada, 1994; Topping, 2005, p. 66-68; Topping & Lynott, 2005, p. 181 y ss; Knapp, Piggott, Herbert (eds.), 1998). De modo que, en el gesto de arrebatarse a los nibelungos el oro que custodiaban en la cueva, está la raíz del mal que afligirá a Sigfrido y a los suyos.

Una clara simetría existe también entre la cueva – el centro de la tierra – en la cual los nibelungos guardaban su tesoro, y el *Loch* en mitad de las aguas del Rhin, donde Hagen lo oculta. Una y otro son imágenes reflejas, dos caras de una misma realidad que se reflejan en un espejo; la primera simboliza la fuerza generadora, la segunda, la destructora, la muerte, el paso al otro lado (Cirlot, 1998, p. 200).

A fines de los años 70, cuando apenas acabada la licenciatura, el Profesor Almagro me propuso como tema de Tesis Doctoral una puesta al día de la obra de E. MacWhite (1951) sobre las relaciones atlánticas de la Península Ibérica en la Edad del Bronce, los depósitos metálicos se consideraban hallazgos aislados, descontextualizados arqueológicamente y cuyo estudio no revestía otro interés que el de la seriación cronotipológica. El estudio me pareció entonces árido y aburrido. Pero no todo eran enfoques tipológicos. Había excepciones. 1971 marcó ya un hito, porque en tal año Walter Torbrügge publicó un artículo magistral, en el que analizaba los hallazgos de armas en los ríos centroeuropeos desde la Prehistoria a la Alta Edad Media, y los interpretaba como ofrendas votivas, posiblemente funerarias en algunos casos. Por primera vez, los depósitos metálicos eran estudiados desde un punto de vista social e histórico y no meramente tipológico, y también por primera vez, se reconocía implícitamente que su hallazgo se producía dentro de contexto, aunque éste no fuera aquel que la arqueología *convencional* estaba acostumbrada a analizar. A alguien como yo, que siempre se consideró historiadora y a la que no le interesaban las espadas, sino los seres humanos que llevaron las espadas, esta vía de interpretación representaba una reconciliación con la arqueología de los *seres humanos*, y con la visión social de ella, y me abrió una nueva forma de análisis.

A partir de ahí, los trabajos de Richard Bradley y su escuela (Bradley, 1985, 1988, 1990, 2000; Bradley & Gordon, 1988; Jill, 2002), los enfoques de la Arqueología simbólica y contextual (Johnsen, 1992), la noción de distancia y prestigio extraída de la lectura de Mary Helms (1988), la influencia de autores como Ingold (1986) en la Arqueología del paisaje y en la forma de marcar simbólicamente el espacio, han hecho el resto.

Y...¿qué nos falta ahora...? Mucho... ¡Gracias a Dios, no todo está dicho...! Ahora, falta el estudio de la biografía de los objetos (Appadurai (ed.), 1986). Creemos, interpretamos, que los objetos como espadas u otras armas, que aparecen enteros y en lugares irrecuperables como las aguas, estudiados por Torbrügge y Bradley, tienen un significado liminar, funerario o de rito de transición. Pero...¿y los depósitos en tierra? ¿Porqué una espada, cuando se rompe y aparece en un “depósito de chatarra”, creemos que pierde su significado simbólico?. ¿Por qué pierde el valor místico y se entrega al chatarrero? ¿Por qué otros objetos, como el equipo de un iniciado – como es el herrero –, no se consideran como parte de la identidad de su dueño cuando aparecen, rotos y en tierra en lo que, interpretamos con mentalidad *presentista*, como “*depósito de fundidor*”? ¿Es que carecen de *biografía*, de genealogía?. ¿Son expolio de guerra, botín y, por tanto objetos cosificados, desprovistos de su significado social de su genealogía?... Entonces... ¿ Están fuera de

su territorio? (Bradley, 1985). Si eso fuera así, su hallazgo, siempre en zonas liminares, en cruces,... ¿nos ayudaría a delimitar territorios, social y simbólicamente constituidos...?

Aún nos queda mucho por hacer...mucho que pensar...

The deposition of bronze metalwork in Portugal – comments and questions for the future

Richard Bradley*

This is a very useful paper, and to my mind establishes beyond question that the deposition of Bronze Age metalwork in Portugal was influenced by social conventions – as was the case in many other parts of Europe. Raquel Vilaça puts forward a convincing and well documented case that the origins of hoards and single finds need to be studied as an important topic in its own right. It is no longer acceptable to treat such material simply as evidence of technology or chronology. That is consistent with the position taken in a number of recent projects in Western and Northern Europe, all of which are referenced in her comprehensive bibliography.

The paper is especially valuable in moving studies of these questions into a geographical area in which they have not played a major role before. I welcome this initiative for it extends the discussion to a part of the world which did not figure in my own study, conducted nearly twenty years ago. The same is true of recent work in Eastern Europe, and in each case this development has implications that will have to be carefully considered.

When I was writing on this subject in the late 1980s, one empirical pattern seemed to be particularly well documented: bronze artefacts were deposited in formal contexts away from the main regions with metal ores. It seemed as though it was their exotic character that made them so appropriate for use in ritual and ceremonial. In some areas axe heads were most often decorated away from the sources of the metal, and during the transition to the Iron Age bronze swords were chosen for deposition in rivers because they were made out of non-local raw material. The work of the last fifteen years has weakened that position. Raquel Vilaça's observations weaken it still further.

On the other hand, there may be more to learn about the chronology of these deposits. In Northern Europe it seems clear that hoarding – and even the

* Department of Archaeology, University of Reading, United Kingdom.

deposition of single finds – did not originate with the first use of copper. Rather, it was present throughout the Neolithic period and almost certainly began during the Mesolithic phase. Now the question arises whether 'hoarding' had an equally lengthy history in South-west Europe. When was this practice first adopted in Portugal? Was it necessarily linked with the use of metal artefacts? Was it a local development at all, or was it of foreign inspiration? These are important questions to consider.

A further issue which is usefully discussed here is the relationship between hoards and metal production. As Raquel Vilaça notes, there has been a tendency to distinguish between collections that were essentially votive offerings, and accumulations of bronze artefacts apparently associated with smiths. In the past the latter have been described as 'utilitarian' or 'non-ritual' hoards: a view which I regret having followed in the past. As Vilaça's evidence shows, there is so much overlap between the finds in these two groups that we must question the usefulness of this procedure. But if we do so, we need to consider the status of the metalworkers themselves. We must also question the conventional distinction between ritual and practical concerns. Metalworking may be studied as an ancient technology, but the transformation of the metal may have been ritualised during the Bronze Age. It could have been such a dangerous procedure – both practically and socially – that some of the metal was employed as a votive offering and committed to the ground.

The deposition of metalwork hoards also requires a new approach to the prehistoric landscape. In certain cases it already seems clear that there was a consistent relationship between the kinds of object to be deposited and the places in which this could happen. Swords, for example, were often discarded in rivers, and axes on dry land. So far such relationships have been studied as one way of showing that artefacts were deliberately deposited: if particular types of object are discovered in particular places, they cannot have been lost by chance. Now it is time to reverse the argument and to consider the significance of those sites in their own right. Why were they selected? Were they isolated or accessible? Who would have been able to visit them, and how often were they used? Here is a case in which artefact studies could contribute directly to landscape archaeology.

Those are questions for the future, but already Raquel Vilaça's paper raises many points of interest. One implication is absolutely clear. Finds of Bronze Age metalwork can no longer be studied in isolation from their wider social and geographical settings.

Reading, April 2007

Resposta de Raquel Vilaça aos comentários

Agradeço a todos os Colegas que aceitaram comentar o meu artigo, quer pelas apreciações específicas que entenderam fazer ao que escrevi — concordando, discordando ou corrigindo —, quer pelas reflexões e contributos de carácter mais genérico que, no conjunto, conferiram maior espessura à discussão da temática em causa.

Tal como os depósitos, também os comentários desenvolvidos são de natureza e dimensão muito diversa. E, se alguns pontos de vista não exprimem (total) concordância com as posições que assumi — inevitável no tema que nos reuniu — em muitos outros verifica-se uma assinalável sintonia, o que, sem falsas modéstias, me deixou muito satisfeita. Nos tempos de hoje cultiva-se, e elogia-se, a diferença, que enriquece quase sempre, é certo, mas quem não gosta também de se sentir acompanhado nas suas convicções e interrogações, ou ver reconhecido o seu trabalho?

Não poderei responder, ponto por ponto, a todas as observações, o que me exigiria retomar certos aspectos da argumentação que expandi no texto original, dando azo a indispensáveis, e indesejáveis, repetições. Por outro lado, determinados aspectos dos próprios comentários implicariam, se me debruçasse sobre eles a fundo e de forma sistemática, outros comentários da minha parte que se afastariam do “artigo de fundo” deste volume que se pretendeu comentar. Alguns dos comentadores formularam mesmo perguntas concretas às quais nem sempre sei responder e talvez ninguém saiba. Entendo-as antes como bons pretextos para que o debate não se quede por aqui, fazendo jus ao título que encima o artigo. A minha réplica será, portanto, breve.

Entendo inteiramente as palavras com que **Ana Melo** inicia o seu comentário quando diz que, ao terminar a sua dissertação de mestrado (Melo, 2000 a) teve plena consciência de que muito ficara para trás. Uma vez concluído este meu texto — e durante o período em que o preparava — também tive sempre a certeza de que muito ficaria por fazer; ao contrário do que ela afirma, não está tudo dito. Se estivesse, certamente que ela própria não o apelidaria de um “verdadeiro programa de investigação”. Quando muito, este meu texto serviu para sistematizar algumas ideias e informação disponível. Admito que possa vir a transformar-se — congregando necessariamente uma ampla equipa — num futuro projecto de investigação. Bastante mais discutível será a pertinência de vir a ser desenvolvido tendo como espaço geográfico o que serviu às reflexões deste artigo. Curiosamente, e ao contrário do que esperava, nem Ana Melo nem nenhum dos outros Colegas se referiram a este aspecto — a limitação ao território português —, o que não impede que seja eu, neste momento, a considerar tal abordagem a carecer de revisão futura.

Evidentemente que, ao ter optado por ela, tive possibilidade de analisar alguns aspectos que poderão constituir achegas para a História da Arqueologia Portuguesa, temática cara a Ana Melo como se deduz do seu comentário. Interessante será poder um dia fazer uma comparação com idêntica aproximação ao lado espanhol. Mas para as outras “faces” da problemática dos depósitos não há lugar para fronteiras políticas. São antes áreas de identidade cultural que importará definir e caracterizar. Também aqui, e no resto, é do aleatório em Arqueologia que se trata, conforme sublinha aquela investigadora.

As observações que dedica à questão dos conteúdos dos depósitos são de toda a pertinência, concretamente no que respeita a existência de múltiplas combinatórias em alguns – caso dos de Casal dos Fiéis de Deus, Coles de Samuel ou Porto do Concelho –, linha que não ignorei, mas que também não explorei. O meu texto é isso mesmo: mais identificador do que exploratório, aponta caminhos, uns que se crêem como certos, outros mais duvidosos, que importará percorrer as vezes necessárias e abandonar, se for caso disso. Por exemplo, a questão dos depósitos enquanto “contextos de resistência” face à pressão do factor mediterrâneo necessita de maior reflexão, talvez não tanto por motivos cronológicos, mas antes por questões de ordem cultural.

Eduardo Galán inicia o seu comentário com uma oportuna nota sobre a natureza do metal – acumulável, reciclável, escasso, cobiçado – características que não podemos perder de vista, que ninguém colocará em causa, mas que, ainda assim, se prestam a diferentes perspectivas como é patente na abundante bibliografia existente e nos comentários aqui reunidos.

Entre as observações que faz, considera, e bem, que deveria ter alargado a minha reflexão aos achados de ouro, na medida em que, em sua opinião, que subscrevo, “oro y bronce conforman en esta época das dos caras de un mismo fenómeno”. Mais uma vez, trata-se aqui de um outro caminho a percorrer conforme indico, de resto, em diversos momentos do meu texto (p. 18, nota 2, p. 65). Como refere, é a própria natureza do material que diferencia a variabilidade tipológica dos objectos (excepção para os braceletes), as técnicas utilizadas e um uso cultural diferenciado que os aparta quase sempre entre si, com notáveis excepções como sucede com o depósito de Baleizão (Beja). Ainda assim, verificam-se determinadas situações de aproximação⁵⁷: tal como os de bronze, existem depósitos ou tesouros de ouro de um único artefacto, ou reunindo vários; de peças de um só tipo, ou conjugando vários; com peças revelando uso intenso e outras

⁵⁷ Circunscrevemo-nos ao território português para sermos coerentes até ao fim, ainda que com uma posição a merecer reparo.

novas, isto é, com distintas biografias; muitos dos depósitos áureos enquadram-se naquilo que designei por “*depósitos periféricos*”, por vezes com a presença também de depósitos de bronze nas proximidades. E se for legítimo ir mais longe na comparação, ainda que sublinhando sempre todas as diferenças, direi que o machado está para o bronze assim como o bracelete está para o ouro.

A problemática das relações do ouro e do bronze passa ainda pela pertinente questão de se saber se bronzistas e ourives eram ou não a mesma pessoa, o que nos leva, por outro lado, ao problema recorrente do estatuto do metalurgista.

A questão dos achados isolados também não passa ao lado de Eduardo Galán que tem total razão ao considerá-los responsáveis por um notável ruído de fundo em qualquer abordagem quantitativa. Nada mais certo, o que explica – conjuntamente com a dificuldade genérica de identificar depósitos – por que motivo o texto que escrevi, tratando de materiais na ordem das várias centenas, é praticamente omissos em quantificações, percentagens, gráficos, etc. Todavia, a nova postura assumida passa pela valorização dos achados isolados. E é ainda muito interessante que a própria historiografia tenha tido entendimentos distintos relativamente aos achados isolados de bronze e de ouro: aqueles foram facilmente etiquetados de “casuais”, “circunstanciais” e de “perdas”, como que perfeitamente dispensáveis; os segundos, porque de ouro, constituíram sempre tesouros e os tesouros não se perdem...

No seu comentário destaca ainda a problemática do carácter estático / dinâmico dos depósitos. Para além dos fenómenos reiterativos de *acumulação* e de *subtração* que discuto no meu texto, Eduardo Galán vai mais longe e admite uma terceira hipótese, a da *substituição* de artefactos. Todos estamos cientes da enorme dificuldade, e mesmo impossibilidade, de controlo deste tipo de situações, mas, mais uma vez, isso não constitui motivo para que não sejam discutidas. E, de acordo com esta postura, uma quarta hipótese – a da *transferência* de artefactos (ou fragmentos de um mesmo artefacto) de um depósito para outro – mereceria ainda maior ponderação. E uma outra situação é ainda admissível, conforme mostraram Bradley e Ford (2004): os fragmentos de uma mesma peça podem ser depositados em lugares distintos, destinando-se uma parte à refundição e conservando-se uma outra como relíquia.

O último ponto que Eduardo Galán anota – o da espacialidade –, articulando os depósitos com as demais manifestações arqueológicas da Idade do Bronze (v.g. petróglifos, estelas), é de suprema pertinência e plena actualidade. Pelos preciosos contributos que já deu neste campo (Galán Domingo, 1993), sabe bem que os lugares e os espaços pretéritos podem possuir significados de distintos níveis, sendo imprescindível uma aproximação fenomenológica dos mesmos (Tilley,

1994) nela cabendo, como bem observa, a velocidade muito mais lenta com que eram vividos pelas comunidades da Idade do Bronze, com tudo o que isso implica.

O contributo de **Delibes de Castro** é revelador da actualidade da temática dos depósitos, no seu caso tomando como ponto de partida a realidade específica da Meseta, que conhece como poucos. Os contributos concretos que dela nos trás revelam também um conjunto de preocupações de ordem metodológica que partilhamos, ambos, em pleno: como identificar depósitos, a co-existência de conjuntos fechados e de outros de formação progressiva, a polissemia dos depósitos, etc.

Um dos aspectos que valoriza, e que eu não destaquei suficientemente no meu texto, prende-se com a condição dos depósitos como elementos identitários do Bronze Atlântico.

A questão, tal como em muitas outras situações, é também aqui e em última instância, a da verificação de um conceito, isto é, o de se pretender transformar um instrumento analítico em realidade histórica. Mas não deixa de ser verdade que Delibes tem razão ao sublinhar a vertente atlântica do fenómeno que, porém, à escala peninsular nos conduz a outro problema. Se o carácter atlântico do fenómeno deposicional parece evidente, como demonstram as realidades da Galiza, do Centro-Norte de Portugal, da região Cantábrica e da Meseta Setentrional, está ainda por avaliar a real dimensão atlântica (depósitos e metal em geral) do mundo do Sudoeste, quanto a mim, bem mais atlântico no Bronze Final do que a historiografia nos tem feito crer.

Delibes é também sensível à questão da formação progressiva de alguns depósitos, recordando, a esse respeito, o exemplo das quarenta lanças do importante depósito de Bembibre. Quantos mais haverá em circunstâncias idênticas?

Uma outra questão que abordei e que Delibes não deixou passar prende-se com as situações onde pode verificar-se a associação de tipos anacrónicos, explicáveis como contendo eventuais peças fora de uso destinadas à refundição, outras constituírem arcaísmos e outras ainda serem entendíveis como possíveis relíquias. Considero que é correcta a forma como coloquei o problema e a verosimilhança dessas situações. Reconheço, porém, que Delibes fez muito bem em chamar a atenção para a particularidade da metalurgia da Meseta, concretamente a do mundo de Cogotas I, com os grandes machados planos ou de punhais arcaicos, próprios da produção metalúrgica da época e não propriamente meras sobrevivências ou relíquias; o exemplo de Padilla de Abajo por mim escolhido não foi o mais adequado. De facto, é com as realidades regionais que o conhecimento se constrói.

Como chamei a atenção, uma das áreas que necessita de ser explorada, com todas as armadilhas que lhe são inerentes, é a prática de deposições metálicas em

grutas. Também aqui o contributo de Delibes terá de ser tido em boa conta pelos exemplos que nos trás e aos quais devemos juntar, como também reconhece, as situações de deposição nas fissuras naturais das rochas, pois ambos podem situar-se numa dimensão cultural de ordem ctónica. Mas se se admite, como afirma, que alguns achados de época pré-romana são utilitários porque foram deliberadamente escondidos debaixo do pavimento de uma casa evocando insegurança, o que pode ser correcto, então, temos também de admitir que bronzes depositados (ou escondidos?) nas gretas naturais das rochas, como Covaleda (Sória) ou muitos outros, poderiam testemunhar mais temor dos humanos do que veneração às divindades. É o problema de fundo e transversal à fascinante temática dos depósitos, qualquer que seja a época e o lugar.

O comentário de **Senna-Martínez** incide sobre um aspecto muito específico – os depósitos de alabardas –, assunto que me limitei a aflorar. Os seus contributos a este propósito são, pois, muito bem vindos, não só porque se reportam a um período cronológico só marginalmente focado por mim, mas também porque pôde cruzar informação já conhecida respeitante a alabardas (artefactos e sua figuração em estelas e estátuas-menir) com a investigação que actualmente desenvolve no povoado da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros).

Nas diversas publicações já existentes sobre este habitat valorizou-se sempre a cronologia da 1.^a Idade do Bronze, embora existam materiais posteriores, como alguma da cerâmica e a fíbula de dupla mola. Por outro lado, trata-se de um importante sítio onde se produziu localmente o bronze, como demonstram quer os instrumentos de trabalho (v.g. cadinhos), quer os pingos de fundição e os artefactos cuja composição revelou ligas binárias (Senna-Martínez *et al.*, 2007). Ora, ao articular regional e cronologicamente este sítio com as alabardas transmontanas, não deixa de ser interessante verificar-se que no primeiro já se produz o bronze, enquanto as segundas foram fabricadas em cobre arsenical (Bártholo, 1959).

É pacífico que, como afirma, a questão do significado de um qualquer depósito metálico implica repensar o todo sociocultural. Mais difícil é para mim acompanhá-lo na ideia de que “começamos sempre por assegurar-nos de que se trata de um depósito”. É que o problema está frequentemente aí: como nem sempre, nem muitas vezes é possível alcançar tal segurança, ou trabalhamos confinados a ela, o que é pobre, ou vamos mais além, sem perder todavia a consciência das nossas limitações. Por exemplo, como é que nos podemos assegurar que o conjunto de Carrapatas é mesmo um depósito? Por reunir duas peças? E se não se duvida das quatro peças de Vale Bemfeito enquanto depósito, porque motivo tal se questiona em relação ao conjunto de Cano (Sousel) (Carreira, 1996)? E a alabarda do Alto das Pereiras (Vimioso) (Delgado, 1888-1892, p. 54; Veiga,

1891, p. 231), aliás não mencionada, sendo um caso singular, será depósito? E porque não?

O comentário que ora me ocupa, e que também deixa aberta a porta para uma discussão futura conjugando depósitos, estátuas-menir e estelas, permite ainda corrigir uma afirmação que faço. Os depósitos de alabardas nem sempre são, de facto, monotipológicos, como bem ilustra o conjunto de Leiro (Ourense), se bem que já fora do território analisado, que Senna-Martínez refere, e no qual às alabardas se juntam os punhais (Meijide Cameselle, 1989).

O seu comentário termina com uma pertinente questão, a cronológica, que, obviamente, por demasiado complexa, não pode ser discutida no curto espaço desta réplica. Nem, tão-pouco, a difícil questão do que designa por “impacto do interface orientalizante”. Também por isso, é fatal a continuação do debate.

João Luís Cardoso comenta em particular três aspectos do texto que escrevi: os metodológicos, a composição qualitativa e numérica e o problema recorrente da (não) ritualização dos depósitos.

Em relação ao reparo que me faz respeitante ao achado do molde de Vila Boa (Castro Daire), é verdade que o autor da publicação apenas afirma que foi encontrado junto de um penedo. Quando me refiro a ele como “supostamente perdido”, generalizei, decerto abusivamente, a inúmeras situações de achados isolados que ocorrem nas mais diversas circunstâncias e que são, por norma, tomados como perdas. E se posso admitir que expressará antes um acto intencional de o esconder por parte do seu possuidor, tal não traduz necessariamente a preocupação de acautelar um bem material de valor significativo. Escondem-se coisas por motivos muito diversos.

Neste caso, tal como em muitos outros, a preocupação subjacente ao meu texto não foi negar ou ignorar determinadas linhas interpretativas mais prosaicas, mas sublinhar que há lugar para outras, as quais, aliás, não se excluem, ou não têm de se excluir mutuamente e sempre. Se o achado de Vila Boa “é um depósito singular”, o que é verdade, sendo um molde, também pode simbolizar muitos machados, não deixando de evocar, por isso, não um mas muitos machados. Nesta perspectiva, estamos perante um achado singular ou múltiplo? E se foi realmente escondido junto a um penedo, a verdade é que poderão ter sido múltiplas as razões para tal atitude, sem que seja possível demonstrar qualquer uma delas.

O facto de o bronze ser de elevado valor para as comunidades, o que as levaria a protegê-lo e a acautelá-lo, não impediria que se tivessem *também* efectuado determinadas práticas marginais aos nossos cânones de ocultação e protecção da riqueza. Aliás, João Luís Cardoso é o primeiro a reconhecê-lo quando interpreta como ritual o depósito de Porto do Concelho (Mação) (Cardoso, 2002, p. 398).

Julgo ter entendido bem que a demonstrabilidade é o problema de fundo colocado por este meu Colega e a questão passa, com efeito, por aí: para mim, a Arqueologia vai mais além do demonstrável sem que, com isso, veja necessariamente diminuída a sua condição de ciência.

Por outro lado, não seria tão afirmativa na ideia de que, à época, “profano e sagrado eram duas faces de uma mesma moeda”, o que significa que os depósitos (tal como o resto) se são profanos não são sagrados e vice-versa. Talvez a dificuldade em as (os) identificar resulte do problema de delimitação rígida daqueles dois campos, porque não creio que se oponham necessariamente, antes se sobrepõem. A face é só uma, mas com capacidade de exprimir distintas feições.

Exemplificando com a realidade estremenha que conhece bem, João Luís Cardoso aborda um outro (antigo) problema, relativo à produção, troca e circulação de artefactos de bronze, e seus agentes, trazendo interessantes sugestões, assumindo que existiria um grupo que se encarregaria da comercialização e circulação dos produtos à escala supra-regional. Mas este é mais um problema cuja discussão não cabe nas curtas páginas desta réplica, nem foi minha preocupação cimeira tratar da produção/circulação no texto que escrevi, como refiro no ponto 1.

No breve, mas denso comentário de **Marisa Ruiz-Gálvez**, com toda a erudição e paixão que nutre pelo mundo medieval, encontro, mais do que um comentário ao meu texto, a certeza de que há espaço para múltiplos entendimentos do fenómeno deposicional. E mesmo quando a deposição / ocultação parece resultar de um acto eminentemente profano – o ouro é causa de desordem, logo deve ser eliminado –, é-o igualmente simbólico pelos lugares onde primeiro esteve ocultado – a gruta – e depois foi “destruído”, ao passar para o *outro lado*.

Todos nós temos textos de referência que, em qualquer momento, nos levaram a ver de outro modo. Imagino que para Marisa, e no que respeita a temática em causa, o artigo de Torbrügge (1971) será seguramente um deles. Num tempo, como o nosso, em que os estudos de índole diacrónica são tão enfatizados, ainda que não raras vezes de proficuidade duvidosa, aquele é um texto de referência que ultrapassou balizas cronológicas convencionais. Mais do que qualquer outra manifestação humana, a deposição / ocultação de artefactos deverá ser lida na diacronia. É evidente que neste aspecto o meu texto ficou muitíssimo aquém. O que se passou depois no nosso território, durante toda a Idade do Ferro e períodos seguintes? E antes? Que significado devemos atribuir, por exemplo, ao caso do depósito de Moreira (Viana do Castelo)?

Marisa termina o seu comentário com múltiplas interrogações, que partilho, e que nos dão uma única certeza: há que trabalhar sempre e se possível, como acredito, melhor.

Igualmente breve, mas incisivo, como são sempre os seus textos, o comentário de **Richard Bradley** foca um problema que, infelizmente, não pude desenvolver: o da cronologia e origem do fenómeno deposicional, como acabei de referir. Até que ponto, na área geográfica que tratei, a deposição enquanto acto intencional de colocação / ocultação de artefactos fora de povoados e sepulturas coincide, ou não, com o primeiro uso do metal? É uma pergunta para a qual não é ainda possível dar uma resposta consubstanciada.

Os dois ou três exemplos que avanço de possíveis deposições de instrumentos líticos não são mais do que um modestíssimo alerta nesse domínio. É necessário prosseguir essa linha de pesquisa analisando, por exemplo, o que se passa com as alabardas, precisamente dos primeiros artefactos metálicos a constituírem depósitos. Enquanto imitações de protótipos líticos, designadamente em sílex, as alabardas não perderam a sua condição de armas de prestígio, mostrando que a mudança de matéria-prima – da pedra para o cobre – não altera necessariamente o resto. Haverá também depósitos de alabardas líticas na área mais ocidental da Península Ibérica?

Um outro aspecto referido por Bradley e que importa aprofundar é o da relação entre depósitos e produção metálica e, conseqüentemente também, a questão do estatuto social do metalurgista. Há já alguns anos tive oportunidade de abordar o assunto (Vilaça, 1995, p. 414 e segs.; 1998, p. 352) a que será necessário voltar, naturalmente com outros olhos. Todavia, trata-se, de um problema complexo que se confronta com realidades empíricas de difícil conciliação e nem sequer pode contar com a ajuda dos paralelos etnográficos conhecidos; antes pelo contrário, pois também eles contemplam situações plurais, como revelaram alguns dos trabalhos de Rowlands e Hodder, entre outros. Seja como for, não o podemos discutir sem ter presente que a produção do metal não é redutível à tecnologia.

Finalmente, e sempre, a questão do espaço e das paisagens. As perguntas para o futuro, com que termina o seu texto, enfatizam a importância de determinados lugares naturais, pois a “sua arqueologia” decorre da significância que adquiririam nas mentes das pessoas (Bradley, 2000, p. 35). O seu entendimento pode e deve ser alcançado também com o estudo dos artefactos. É por aqui que passa, em muito boa parte, a actualidade da chamada “cultura material”.

Como afirmo, o meu texto não teve a veleidade de oferecer respostas. Mas essa não é nem tem de ser sempre a função de um investigador. Limitei-me a explorar caminhos que importa conhecer melhor. A metáfora da biografia para compreender todo o processo – da obtenção da matéria-prima e fabrico à deposição – é uma das linhas que trará futuro. Se a minha réplica tem de terminar aqui,

o mesmo não sucederá com o debate da temática dos depósitos, da produção e manipulação do metal, debate que se prolongará ainda por muitas gerações.

Julho de 2007

AGRADECIMENTOS:

Ao Director de *O Arqueólogo Português*, Dr. Luís Raposo, pelo convite que me endereçou para redigir um "artigo de fundo". À Dr.^a Ana Melo, pelo cuidadoso trabalho de coordenação do meu texto, bibliografia, imagens e comentários. Ao Dr. José Luís Madeira pelo tratamento de inúmeras imagens e elaboração do mapa. A todos os demais Colegas que me cederam fotografias e bibliografia.

BIBLIOGRAFIA

ACQUISIÇÕES do Museu Ethnológico Português (1910). *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XV, p. 233-247.

ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. (Bibliotheca Praehistorica Hispana; Vol.VIII).

ALMAGRO, M. (1975) – Depósito de bronce de la ría de Huelva. Huelva: In *Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional. p. 213-220.

ALMAGRO GORBEA, M. (1974) – Los asadores de bronce del suroeste peninsular. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. 77, p. 351-395.

ALMAGRO GORBEA, M. (1996) – Sacred places and Cults of Late Bronze Age Tradition in Celtic Hispania. In SCHAUER, P., ed. – *Archäologische Forschungen zum Kultgeschehen in der Jüngerer Bronzezeit und Frühen Eisenzeit*

Alteuropas. Bonn: Regensburger Beiträge zur Prähistorischen Archaeologie. 2, p. 43-79.

ALMEIDA, C. A. B. (1990) – *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. (Estudos Regionais; n.º especial 7/8).

ALVES, F. M. (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Porto: Tipografia da Empresa Guedes. Vol. IX-X.

APPADURAI, A. (1986) – Introduction: commodities and the politics of value. In APPADURAI, A., ed. – *The Social Life of Things*. Cambridge: University Press. p. 3-63.

ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik*. Montagnac: éd. Monique Mergoill. (Instrumentum Monographies; 15).

ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S.; JORGE, V. O. (1971) – O povoado fortificado neo e

eneolítico do Penedo de Lexim (Maфра). Campanha preliminar de escavações. Nota final – Sobre o esconderijo de fundidor do Bronze Atlântico do Penedo de Lexim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, V, p. 97-131.

BARBER, M. (2003) – *Bronze and the Bronze Age*. Wiltshire: Tempus Publishing Ltd.

BARRETT, J. C.; GOURLAY, R. B. (1999) – An early assemblage from Dail na Caraidh, Inverness-shire, and its context. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*. Edinburgh. 129, p. 161-187.

BÁRTHOLO, M. L. (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. I, p. 431-439.

BELÉN, M. [et al.] (1995) – A modo de epílogo. La ría de Huelva: conclusiones e perspectivas. Ritos de paso e puntos de paso. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. – *La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo*. Madrid: Universidad Complutense. p. 157-16. (Complutum Extra; 5).

BENJAMIN, W. (1992) – Teses sobre a Filosofia da História, V. In *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água. p. 158-159.

BETTENCOURT, A. M. (1999) – *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC*. Braga: Universidade do Minho. 4 volumes. Tese de doutoramento. Policopiado.

BETTENCOURT, A. M. (2000a) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia-Monografias; 9).

BETTENCOURT, A. M. (2000b) – *O Povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*. Braga: Unidade de Arqueologia da

Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia – Monografias; 10).

BETTENCOURT, A. M. (2000c) – *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia – Monografias; 11).

BETTENCOURT, A. M. (2001) – Aspectos da metalurgia do Bronze durante a Proto-história do Entre Douro e Minho. *Arqueologia*. Porto. 26, p. 13-40.

BOSCH, J.; ESTRADA, A. (1994) – La Venus de Gavà (Barcelona). Una aportación fundamental para el estudio de la religión neolítica del suroeste europeo. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 51: 2, p. 149-158.

BOTELHO, H. (1899-1903) – Instrumentos de bronze no concelho de Vila Real (Trás-os-Montes). *Portugália*. Porto. I, p. 825-827.

BRADLEY, R. (1982) – The destruction of wealth in latter prehistory. *Man*. London. 17, p. 108-122.

BRADLEY, R. (1985) – Exchange and social distance – the structure of bronze artefact distributions. *Man*. London. 20: 1, p. 692-704.

BRADLEY, R. (1987) – A comparative study of hoarding in the Late Bronze Age and Viking economies. In BURENHULT [et al.], eds. – *Theoretical Approaches to Artefacts, Settlement and Society*. Oxford: Hadrian Books. p. 379-387. (BAR; 366 ii).

BRADLEY, R. (1988) – Hoarding, recycling and the consumption of prehistoric metalwork: technological change in Western Europe. *World Archaeology*. London. 20: 2, p. 249-260.

BRADLEY, R. (1990) – *The Passage of Arms. An archaeological analysis of prehistoric boards and votive deposits*. Cambridge: University Press.

- BRADLEY, R. (1997) – *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe*. London; New York: Routledge.
- BRADLEY, R. (2000) – *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.
- BRADLEY, R. (2005) – *Ritual and Domestic Life in Prehistoric Europe*. London: Routledge.
- BRADLEY, R.; GORDON, K. (1988) – Human skulls from the river Thames. Their dating and significance. *Antiquity*. Cambridge. 52, p. 503-509.
- BRADLEY, R.; FORD, D. (2004) – A Long Distance Connection in the Bronze Age: Joining Fragments of a Ewart Park Sword from two Sites in England. In ROCHE, H. [et al. eds.] – *From Megaliths to Metal*. Essays in Honour of George Eogan. Oxford: Oxbow Books, p. 174-177.
- BRANDÃO, D. P. (1962) – Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca. *Studium Generale*. Porto. IX: 1, p. 85-93. Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia.
- BRANDÃO, D. P. (1963) – Achado da época do bronze de Vila Cova de Perrinho – Vale de Cambra”. *Lucerna*. Porto. III, p. 114-118.
- BRANDÃO, D. P. (1970) – Achados de cobre e de bronze na região de Leiria. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, IV, p. 324.
- BRIARD, J. (1965) – *Les Dépôts Bretons et l'Age du Bronze Atlantique*. Rennes: Becdelieuvre. (Travaux du Laboratoire d'Anthropologie Pré-historique).
- BRIARD, J. (1987) – Dépôts de bronze, haches à douille, pré-monnaie et fausse monnaie. In *Mélanges Offerts au Docteur J.-B. Colbert de Beaulieu*. Paris: Le Léopard d'Or. p. 133-143.
- BRIARD, J.; ONNÉE, Y.; PEUZIAT, J. (1980) – “Les bronziers de Rosnoën (1000 av. J.-C.). Les dépôts de Logonna-Quimerç'h, Plougoulm et Coray”. *Bulletin de la Société Archéologique du Finistère*. CVIII, p. 51-67.
- BRITTON, D. (1960) – The Isleham Hoard, Cambridgeshire. *Antiquity*. Cambridge. XXXIV, p. 279-282.
- BRÜCK, J. (1995) – A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain. *Proceedings of the Prehistoric Society*. London. 61, p. 245-277.
- BRÜCK, J. (2001) – Body metaphors and technologies of transformation in the English Middle and Late Bronze Age”. In BRÜCK, J., ed. – *Bronze Age Landscapes. Tradition and Transformation*. Oxford: Oxbow Books. p. 149-160.
- BRUN, P. [et al.] (1997) – Dépôts et frontières au Bronze Final en France. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. LXIII, p. 97-114.
- BUDD, P.; TAYLOR, T. (1995) – The faerie smith meets the bronze industry: magic versus science in the interpretation of prehistoric metal-making. *World Archaeology*. London. 27:1, p. 133-143.
- CALADO, M. (1994) – A Idade do Bronze. In GONÇALVES, V. S., coord. – *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Ediclube. Vol. II, p. 327-362.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Ed. Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos Romanos. Um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).

- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F.; BRANGANÇA, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 231-250.
- CARDOSO, L. (1959) – Machado plano de bronze. *Conimbriga*. Coimbra. 1, p. 122-123.
- CARREIRA, J. R. (1996) – O conjunto metálico de Cano (Sousel). *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 59-70.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.
- CATÁLOGO do Museu de Arqueologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (1892). Lisboa: [s. n.].
- CHILDE, G. (1930) – *The Bronze Age*. Cambridge: University Press.
- CHILDE, G. (1962) – *A Pré-História da Sociedade Europeia*. Lisboa: Publicações Europa-América. (Coleção Saber; n.º 43).
- CIRLOT, J. E. (1997) – *Diccionario de símbolos*. Madrid: ed. Siruela.
- COELHO, J. (1949) – *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo etnográfico da Beira*. Viseu: edição do autor.
- COFFYN, A. (1976) – *L'Âge du Bronze au Musée de F. Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion De Boccard.
- COFFYN, A.; GOMEZ, J.; MOHEN, J. P. (1981) – L'apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat. In *L'âge du Bronze en France*. Paris: Picard.
- COOMBS, D. G. (1988) – The Late Bronze Age hoard from Clos de la Blanche Pierre, St. Lawrence, Jersey, Channel Isles. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 7: 3, p. 313-342.
- COOMBS, D. G. (1998) – "Hello sailor". Some reflections on the Atlantic Bronze Age. In JORGE, S. O. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 150-156. (Trabalhos de Arqueologia; 10).
- COONEY, G. (2004) – Performance and place: The hoarding of axeheads in Irish prehistory. In ROCHE, H. [et al.], eds. – *From Megaliths to Metals. Essays in Honour of George Eogan*. Oxford: Oxbow Books. p. 38-43.
- CORDIER, G.; BOCQUET, A. (1998) – Le Dépôt de la Bégude-de-Mazenc (Drôme) et les dépôts de haches néolithiques en France. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 95: 2, p. 221-238.
- CORTEZ, F. R. (1945) – Peça de ourivesaria visigótica de Vila Nova de Paiva. *Beira Alta*. Viseu. IV: 2, p. 120-125.
- CORTEZ, F. R. (1951) – O Esconderijo de Moreira (Monção). *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto. XIII: 1-2, p. 155-161.
- COSTA, J. G. (1963) – Achado arqueológico encontrado em Solveira, concelho de Montalegre, em Abril de 1961. *Lucerna*. Porto. III, p. 119-125.
- DÉCHELETTE, J. (1924) – *Manuel d'Archéologie Préhistorique Céltique et Gallo-Romaine*. Paris: Auguste Picard Éditeur. Vol. II.
- DELGADO, J. F. Nery (1888-1892) – Reconhecimento científico dos jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. Tomo II, p. 45-55.

- DELIBES DE CASTRO, G. (1997) – Una introducción al tema de los depósitos del Bronce Final en el Oeste de Europa. *Acontia*. Valladolid. 3, p. 61-72.
- DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J.; HERRAN MARTINEZ, J. I. (1994) – El depósito del Bronce Final de Pico Cuerno, Sotoscueva (Burgos): sobre la cronología y distribución de las hachas planas con anillas de la Submeseta Norte. *Boletín de la Institución Fernán González*. Burgos. Año LXXIII: 209, p. 239-277.
- DELIBES, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J. (2007) – ¿Para los hombres o para los dioses? Certezas y sospechas sobre la intención de los depósitos del Bronce Final Atlántico. In CELIS, J. [et al.], eds. – *El hallazgo leonés de Valdevimbre y los depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica*. León: Museo de León.
- DELIBES, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J.; FONTANEDA, E.; ROVIRA, S. (1999) – *Metalurgia de la Edad del Bronce en el piedemonte meridional de la Cordillera Cantábrica. La Colección Fontaneda*. Zamora: Junta de Castilla y León. (Col. Monografías de Arqueología; n.º 3).
- DICKINS, J. (1996) – A remote analogy?: from Central Australian *tjurunga* to Irish Early Bronze Age axes. *Antiquity*. Cambridge. 70: 267, p. 161-167.
- EOGAN, G. (1983) – *The Hoards of the Irish Later Bronze Age*. Dublin: University College.
- EVANS, J. (1881) – *The ancient bronze implements, weapons, and ornaments, of Great Britain and Ireland*. London: Longmans, Green, & Co.
- FABIÃO, C. (1992) – O Passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, J., dir. – *História de Portugal. Vol. I. Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 77-201.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1986) – *Bronce Final en la Meseta Norte española: el utillaje metálico*. Almazán: Junta de Castilla y León. (Col. Monografías de Arqueología).
- FERREIRA, O. V. (1969) – Nota acerca de um fragmento de um diadema? Ou adorno? Dourado. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série, III, p. 115-117.
- FERRER SOLER, A. (1945-46) – El deposito de bronce de Santa María de Paradela (Provincia de Pontevedra). *Ampurias*. Barcelona. 7-8, p. 349-350.
- FONTIJN, D. R. (2003) – *Sacrificial Landscapes. Cultural biographies of persons, objects and natural places in the Bronze Age of the southern Netherlands, c. 2300-600 BC*. Leiden: Universiteit Leiden. (Analecta Praehistorica Leidensia; 33/34).
- FORTES, J. (1905/1908) – Esconderijo morgano de Ganfei (Valença). *Portugalia*. Porto. 2, p. 661.
- FORTES, J. (1905-1908a) – Thesouro de Viatodos – Da idade do Bronze. *Portugalia*. Porto. II: 1-4, p. 110-111.
- FORTES, J. (1905-1908b) – Esconderijo morgano da Carpinteira (Melgaço). *Portugalia*. Porto. II: 1-4, p. 475.
- FORTES, J. (1905-1908c) – Esconderijo morgano de Ganfei (Valença). *Portugalia*. Porto. II: 1-4, p. 661.
- GABILLOT, M. (2000) – Les dépôts complexes de la fin du Bronze moyen et du début du Bronze final en France du Centre-Est. Nouvelle approche. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 97: 3, p. 459-476.
- GABILLOT, M. (2003) – *Dépôts et production métallique du Bronze moyen en France nord-occidentale*. Oxford: Hadrian Books. (BAR International Series; 1174).

- GALÁN DOMINGO, E. (1993) – *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. (Complutum Extra; 3).
- GALÁN DOMINGO, E. (2005) – Evolución, adaptación y resistência. En torno a las formas de intercambio de las comunidades atlánticas en contacto con el mundo orientalizador. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. – *El Período Orientalizador*. Madrid: Instituto Arqueología Mérida – CSIC. Vol. I, p. 467-475. (Anejos de *Archivo Español de Arqueología*; XXXV).
- GALLART I FERNÁNDEZ, J. (1991) – *El dipòsit de bronzes de Llavorsí. Pallars Sobirà*. Barcelona: Diputació de Lleida.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1946) – Un depósito excepcional de hachas de bronce hallado en Pontevedra. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. XIX: 46, p. 263-265.
- GIARDINO, C. (1987) – Il ripostiglio di Polizzello. *Sicilia Archeologica*. Anno XX. 65, p. 39-55.
- GIBSON, C. (2000) – Plain Sailing? Later Bronze Age Western Iberia at the Cross-roads of the Atlantic and Mediterranean. In HENDERSON, J. C., ed. – *The Prehistory and early History of Atlantic Europe*. Oxford: Hadrian Books. p. 73-97 (BAR International Series; 861).
- GOMES, M. V. (1994) – A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves. *XELB*. Silves. 2.
- GOODY, J. (1998) – *El hombre, la escritura y la muerte*. Barcelona: ed. Península.
- GOSDEN, C.; MARSHALL, Y. (1999) – The Cultural Biography of Objects. *World Archaeology*. London. 31: 2, p. 169-178.
- GREGORY, C. (1980) – Gifts to men and gifts to gods: gift exchange and capital accumulation in contemporary Papua. *Man*. Londres. 15, p. 628-652.
- HARDING, A. F. (1998) – Reforma en la Europa Bárbara. In CUNLIFF, B., ed. – *Prehistoria de Europa Oxford*. Barcelona: ed. Crítica. p. 304-336.
- HARDING, A. F. (2003) – *Sociedades Europeas en la Edad del Bronce*. Barcelona: Ariel Prehistoria.
- HARRIS, O. (1989) – The earth and the state: the sources and meanings of money in northern Potosí, Bolivia. In PARRY, J.; BLOCH, M., eds. – *Money and the morality of exchange*. Cambridge: University Press. p. 232-267.
- HELMS, M. (1988) – *Ulysses' sail. An Ethnographical Odyssey of Power, Knowledge and Geographical distance*. Princeton: University Press.
- HERNANDO GRANDE, A. (1992) – En torno de los depósitos de la Edad del Bronce. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Série I, V, p. 377-387.
- HERNANDO, A. (2000) – *Arqueología de la identidad*. Madrid: ed. Akal.
- HESSE, H. (1989) – *O Jogo das contas de vidro*. Lisboa: Publ. D. Quixote. p. 137.
- HINGLEY, R. (1997) – Iron, ironworking and regeneration: a study of the symbolic meaning of metalworking in Iron Age Britain. In GWILT, A.; HASELGROVE, C., eds. – *Reconstructing Iron Age Societies*. Oxford: Oxbow Books. p. 9-18. (Oxbow Monograph; 71).
- INGOLD, T. 1986 – *The Appropriation of Nature*. Manchester: University of Iowa Press.
- JALHAY, E. (1944) – O esconderijo pré-histórico de Pôrto do Concelho (Mação, Beira Baixa). *Brotéria*. Porto. XXXVIII, p. 263-277.

- JILL, Y. (2002) – Life cycle of Bronze Age metalwork from the Thames. *Oxford Journal of Archaeology*. 21: 1, p. 77-92.
- JOHNSON, B. O. Harald (1992) – Hermeneutics and Archaeology: On the Philosophy of Contextual Archaeology. *American Antiquity*. 57: 3, p. 419-436.
- JORGE, S. O. (1990) – Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia; Complexificação das sociedades e sua interação numa vasta rede de intercâmbios. In ALARCÃO, J., coord. – *Nova História de Portugal. Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença. Vol. 1, p. 163-251.
- JORGE, S. O. (1996) – Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archaeological record. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXVI, p. 193-214.
- JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a Terra*. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, S. O., ed. lit. (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?* Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 10).
- KALB, P. (1980) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. Mainz am Rhein. 58, p. 25-59.
- KALB, P. (1998) – Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA 157-165. (Trabalhos de Arqueologia; 10).
- KNAPP, B.; PIGOTT, V. C.; HERBERT, E. W., eds. (1998) – *Social approaches to an industrial past: the archaeology and anthropology of mining*. London; New York: Routledge.
- KOPYTOFF, I. (1986) – The cultural biography of things: commoditization as process. In APPADURAI, A., ed. – *The social life of things*. Cambridge: University Press. p. 64-91.
- LANHAS, F.; BRANDÃO, D. P. (1967) – Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico. *Revista de Etnografia*. Porto. VIII: 1, p. 5-73.
- LATOUR, B. (1993) – *We Have Never Been Modern*. London: Harvester Wheatsheaf.
- LE GOFF, J. (1989) – *El nacimiento del Purgatorio*. Madrid: Taurus.
- LEMOES, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho. 3 volumes. Tese de doutoramento. Policopiado.
- LEVY, J. E. (1979) – Evidence of Social Stratification in Bronze Age Denmark. *Journal of Field Archaeology*. Boston. 6: 1, p. 49-56.
- LEVY, J. E. (1982) – *Social and religious organisation in Bronze Age Denmark: An analysis of ritual hoard finds*. Oxford: Hadrian Books. (British Archaeological Reports i.s.; 124).
- LILLIOS, K. T. (1999) – Objects of memory: The Ethnography and Archaeology of Heirlooms. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 6: 3, p. 235-262.
- LOPES, N. M.; LOPES, J. M. (1984) – Nótula sobre um achado arqueológico no lugar do Travasso – concelho da Mealhada. *Munda*. Coimbra. 8, p. 14-21.
- LOPO, A. P. (1900) – Torre de D. Chama. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, V, p. 279-280.
- LORENZO, E. (1980) – *El cantar de los nibelungos*. Madrid: ed. Abantos Swan.
- MACEDO, F. F. (1893) – *Lusitanos e Romanos em Villa Franca de Xira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- MACWHITE, E. (1951) – *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MARINHO, J. Rodrigues (1968) – *Moedas muçulmanas de Beja e de Silves (um achado monetário no concelho de Sesimbra)*. Lisboa: Câmara Municipal de Sesimbra.
- MARQUES, J. A.; PEDRO, I. (1999) – *Patri-mónio Arqueológico do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal.
- MARTINS, D. (2000) – *Les dépôts du Bronze Final de l'ouest de la Péninsule Ibérique*. Paris: Université de Paris I. Mémoire de Maîtrise, policopiado.
- MAZIÈRE, F.; PUIG, C. (2002) – Un dépôt de bronze du premier Âge du Fer en Roussillon: les Teixons (Pollestres, Pyrénées-Orientales). *Cypselà*. Girona. 14, p. 229-236.
- MEIJIDE, G. (1989) – Un importante conjunto del Bronce Antiguo de Galicia: el depósito de Leiro (Rianxo, A Coruña). *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 11, p.151-164.
- MELO, A. A. (2000a) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 1, p. 15-120.
- MELO, A. A. (2000b) – Deposição e descontextualização dos artefactos metálicos na Idade do Bronze, *Estudos Pré-Históricos*. Viseu, 8, p. 151-159.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung. (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- MONTERO, I. [et al.] (2003) – High leaded bronze in the late Bronze Age metallurgy of the Iberian Peninsula. In *Archaeometallurgy in Europe*. Milan: Associazione Italiana di Metallurgia. Vol. 2, p. 39-46.
- MORDANT, C.; PRAMPART, J.-Y. (1976) – *Le dépôt de bronze de Villethierry (Yonne)*. Paris: Centre National de la recherche Scientifique. (*Gallia Préhistoire*; IXe supplément).
- NEBELSICK, L. (2000) – Rent asunder: ritual violence in Late Bronze Age hoards. In Pare, C. F. E., ed. – *Metals Make The World Go Round*. Oxford: Oxbow Books, p. 160-175.
- NEEDHAM, S. P. (1988) – Selective deposition in the British Early Bronze Age. *World Archaeology*. Londres. 20: 2, p. 229-248.
- NEEDHAM, S. P. (1998) – Modeling the flow of metal in the Bronze Age. In MORDANT, C.; PERNOT, M.; RYCHNER, V., eds. – *L'Atelier du Bronziste en Europe du XX^e au VIII^e Siècle Avant Notre Ère*. Paris: CTHS. Tome II, p. 285-307. Actes du Colloque International "Bronze 96".
- NEEDHAM, S. P. (2001) – When expediency broaches ritual intention: The flow of metal between systemic and buried domains. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. Londres. 7: 2, p. 275-298.
- NEVES, L. Q. (1962) – Breve notícia, até ao presente inédita, do achado de instrumentos de bronze no concelho de Melgaço. *Studium Generale*. Porto. IX: 1, p. 94-99.
- NEVES, L. Q. (1969) – Achegas para um possível e necessário rol dos achados da Idade do Bronze, no distrito de Viana do Castelo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. XXI, p. 273-280.
- NUNES, J. C. (1952) – *Um machado plano de talão, de tipo galaico, na Beira Litoral Interior*. Arganil: Publicações do Museu da Câmara Municipal.

- NUNES, J. C. (1957a) – Três nóculas de arqueologia pré-histórica. *Revista de Guimarães*. LXVII, p. 192-200.
- NUNES, J. C. (1957b) – Un importante hallazgo del Bronce en Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. VIII: 1, p. 135-145.
- NUNES, J. C. (1958) – Nuevos hallazgos del Bronce en Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. IX: 2, p. 229-230.
- NUNES, J. C.; RODRIGUES, A. V. (1957) – Dos nuevas espadas del Bronce Final de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. VIII: 2, p. 279-285.
- O'CONNOR, B. E; COWIE, T. (2001) – Scottish Connections: some recent finds of early Bronze Age decorated axes from Scotland. In METZ, W. H.; BEEK, B. L. E STEEGSTRA, H., eds. – *Patina. Essays presented to Jay Jordan Butler on the occasion of his 80th birthday*. Groningen: Instituut voor Archeologie. p. 207-230.
- OLIVEIRA, J. (1986) – *A estela decorada da Tapada da Moita. Portalegre*. Castelo de Vide: Edição da Câmara Municipal.
- OLSEN, B. (2003) – Material culture after text: remembering things. *Norwegian Archaeological Review*. Trondheim. 36: 2, p. 87-104.
- OSBORNE, R. (2004) – Hoards, votives, offerings: the archaeology of the dedicated object. *World Archaeology*. London: Routledge. 36: 1, p. 1-10.
- PAÇO, A.; FERREIRA, M. E. (1957) – Espada de cobre do Pinhal de Melos (Fornos de Algodres). In *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol*. 7.^a secção. Coimbra: Coimbra editora. p. 5-12.
- PAULI, L. (1985) – Einige Anmerkungen zum Problem der Hortfunde. *Archäologisches Korrespondenzblatt*. Mainz. 15: 2, p. 195-206.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (1994) – *Aproximación al estudio de la Edad del Bronce en la Cuenca del Guadiana: La Solana del Castillo de Alange* (1987). Cáceres: Institución Cultural «El Brocense»
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (1995) – Bases estratigráficas para una revisión cronológica del Bronce del Sur-oeste: el corte 3 de La Umbría del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Cáceres, V, p. 81-96.
- PEREIRA, F. A. (1898) – Dois machados de bronze. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, IV, p. 88-93.
- PEREIRA, F. A. (1903a) – Dois machados de bronze. *O Archeologo Português*, Lisboa. Série I, VIII, p. 30-31.
- PEREIRA, F. A. (1903b) – Machados de duplo anel. *O Archeologo Português*, Lisboa. Série I, VIII, p. 132-136.
- PEREIRA, F. A. (1924) – Rascunho de Velharias de Entre-Lima-e-Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXVI, p. 251-282.
- PEREIRA, F. A. (1957) – *Sintra no pretérito*. Sintra: Câmara Municipal.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal.
- PEREIRA, M. A. H. (1971) – O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure). *Arqueologia e História*. Lisboa. 9.^a série, III, p. 165-174.
- PESSOA, M. (2002) – Uma ponta de lança do Bronce Final: Gruta do Algarinho / Sistema do Dueça, Penela, Portugal. In *Actas do IV Congresso Nacional de Espeleologia*, 5.^a secção. Leiria: [s. n.]. p. 124-127.
- PINTO, J. M. M. (1995) – O povoamento da bacia superior do rio Sousa da Proto-História à

Romanização. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 1, p. 265-283.

PROENÇA, F. T. (1910) – *Archeologia do Districto de Castello Branco*. Leiria: Typographia Leiriense.

ROCHA, A. S. (1904) – Materiaes para o estudo da Idade do Bronze em Portugal. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. I: 1, p. 13-14.

ROUSSOT-LARROQUE, J. (1988) – Vent d' Est, vent d' Ouest: Rhin-Suisse-France Orientale et Bronze Atlantique". In BRUN, P.; MORDANT, C., dir. – *Le groupe Rhin-Suisse-France Orientale et la notion de civilization des champs d' urnes*. Ile de France: APRAIF. p. 512-516. (Mémoires du musée de Préhistoire d' île de France; n.º 1). Actes du Colloque International de Nemours 1986.

ROVIRA, S. (1995) – Estudio arqueometalurgico del deposito de la Ría de Huelva. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. – *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidad Complutense. p. 33-57.

ROWLANDS, M. (1976) – *The production and distribution of metalwork in the Middle Bronze Age in Southern Britain*. Oxford: Hadrian Books. (BAR; 31).

ROWLANDS, M. (1993) – The role of memory in the transmission of culture. *World Archaeology*. London: Routledge. 25: 2, p. 141-151.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984) – *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Madrid: Universidad Complutense. Tesis doctorales 139/84.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. (1995a) – *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidad Complutense.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995b) – Depósitos del Bronce Final: Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano?. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. – *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidad Complutense. p. 21-32.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995c) – Circulación del metal en el Bronce Final del Suroeste. *Tartessos. 25 años despues. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Biblioteca de Urbanismo y Cultura. p. 507-522.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998a) – *La Europa Atlántica en la edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Barcelona: Crítica.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998b) – Lieux de passage, no man's land et lieux neutres d'échange. In MORDANT, C. [et al.], eds. – *L'Atelier du bronzier en Europe du XX^e au VIII^e siècle avant notre ère*. Paris: CTHS. p. 323-331.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (2000) – Weight systems and Exchange networks in Bronze Age Europe". In PARE, C., ed. – *Metals Make The World Go Round*. Oxford: Oxbow Books. p. 267-279.

SANCHES, M. J. (1995) – Alabardas de Tipo Carrapatas. In JORGE, S. O. ed. lit. – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 29-30.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1968) – Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XX: 3-4, p. 339-347.

SARMENTO, F. M. (1888) – Antigualhas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. V, p. 157-158.

SAVORY, H. N. (1951) – A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa. *Revista de*

Guimarães. Guimarães. LXI: 3-4, p. 323-377.

SCHAUER, P. (1996) – Naturheilige Plätze, Opferstätten, Deponierungsfunde und Symbolgut der jüngeren Bronzezeit Süddeutschlands. In SCHAUER, P., ed. – *Archäologische Forschungen zum Kultgeschehen in der Jüngeren Bronzezeit und Frühen Eisenzeit Alteuropas*. Bonn: Regensburger Beiträge zur Prähistorischen Archäologie. 2, p. 381-416.

SCHUBART, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen; Band 9).

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994a) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo "Atântico" do Habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. XLVI, p.161-182.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994b) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 2, p. 205-222

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1996) – The Symbolism of Power in Central Portugal Late Bronze Age Communities. In *Máthesis*. Viseu. 5, p.163-175

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000) – O "Grupo Baiões/Santa Luzia" no quadro do Bronze Final do centro de Portugal. In SENNA-MARTINEZ, J. C.; PEDRO, I., ed. – *Por terras de Viriato*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu; Museu Nacional de Arqueologia. p. 119-131. Catálogo.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2002) – Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. In *Arqueologia 2000: Balanço de um século de Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 103-124.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2005) – O Outro lado do comércio orientalizante: aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das Beiras Portuguesas. In CELESTINO PÉREZ S.; J. JIMÉNEZ ÁVILA, J. eds. lts. – *El Periodo Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Anejos del Archivo Español de Arqueología. XXXV: II, p. 901-910.

SENNA-MARTINEZ, J. C. et al. (2007) – Bronze Melting and Symbolic Of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). *Proceedings of the 2nd International Conference "Archaeometallurgy in Europe"*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; PEDRO, I. (2000) – Between Myth and Reality: the foundry area of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia Metallurgy. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 6, p. 1-77.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. (2005) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do "Mundo Carrapatos" da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 2, p. 61-81.

SENNA-MARTINEZ, J. C. [et al.] (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 3, p. 61-85.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. (2007) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 4, p. 85-110.

- SERRÃO, E. C. (1966) – Bronzes de Alferim e de Pedreiras, Sesimbra. Subsídios para o estudo do Bronze Atlântico. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. Série III, 10, p. 303-330. In Memoriam do Abade Henri Breuil.
- SHERRATT, A. (1991) – Sacred and profane substances: the ritual uses of narcotics in later Neolithic Europe. In GARWOOD, P. [et al.] eds. – *Sacred and Profane: Proceedings of a conference on Archaeology Ritual and Religion*. Oxford: University Committee for Archaeology. p. 50-64. (Monograph 32).
- SHERRATT, A. (1994) – Core, Periphery and margin: Perspectives on the Bronze Age. In STODDART, S.; MATHERS, C., eds. – *Development and decline in the Mediterranean Bronze Age*. Sheffield: University Press. p. 335-345.
- SIERRA RODRÍGUEZ, J. C., [et al.] (1984) – *El depósito del bronce final de Samieira*. Boletín Auriense. Ourense. Anexo 2.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lycerna*. Porto. Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, número extraordinário, p. 73-109.
- SILVA, A. C. F.; GOMES, M. V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, J. P. (1883) – Notice sur les haches de bronze préhistoriques trouvées en Portugal. *Bulletin des Architectes et Archéologues Portugais*. 2.^a série, IV: 1. Sep.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de Chronologie et d'Ethnographie Ibériques. Tome I De la fin du Quaternaire à la fin du Bronze*. Paris: Paul Geuthner.
- STEAD, I. M. (1998) – *The Salisbury Hoard*. Gloucestershire: Tempus Publishing.
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. Roma. XXVII, p. 6-98.
- TAYLOR, R. J. (1993) – *Hoard of the Bronze Age in Southern Britain*. Oxford: Tempus Reparatum (BAR British Series; 228).
- TEIXEIRA, C. (1939) – Molde de fundição para machados de bronze de duplo anel. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. IX: 1-2, p. 126-130.
- TEIXEIRA, C.; FERNANDES, M. S. C. (1963) – Machados planos de bronze de Montalegre. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XIX: 2, p. 169-173.
- THOMAS, J. (1991) – *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: University Press. (New Studies in Archaeology).
- TILLEY, C. (1994) – *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers.
- TILLEY, C. (1996) – *An Ethnography of the Neolithic. Early prehistoric societies in southern Scandinavia*. Cambridge: University Press. (New Studies in Archaeology).
- TILLEY, C. (1999) – *Metaphor and material Culture*. Oxford: Blackwell Publishers.
- TILLEY, C. (2000) – Metaphor, materiality and interpretation. In BUCHLI, V., ed. – *The material culture reader*. Oxford: Berg.
- TOPPING, P. (2005) – Shaft 27 revisited: an Ethnography of Neolithic flint extraction. In TOPPING P.; LYNOTT, M., eds. – *The cultural Landscape of prehistoric Mines*. Oxford: Oxbow. p. 63-92.
- TOPPING P.; LYNOTT, (2005) – Miners and Mines. In TOPPING P.; LYNOTT, M., eds. – *The cultural Landscape of prehistoric Mines*. Oxford: Oxbow. p. 181-190.

- TORBRÜGGE, W. (1970-71) – Vor und Frühgeschichtliche Flussfunde. Zur Ordnung und Bestimmung einer Denkmälergruppe. *Berichten der Römisch-Germanischen Kommission*. 51-52, p. 1-46.
- TORBRÜGGE, W. (1985) – Über Horte und Hortdeutung. *Archäologisches Korrespondenzblatt*. Mainz. 15: 1, p. 17-23.
- TREHERNE, P. (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze-Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Glasgow. 3: 1, p. 105-144.
- VASCONCELOS, J. L. (1917) – Coisas Velhas. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXII, p. 145; 328.
- VASCONCELOS, J. L. (1918) – Pelo Sul de Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXIII, p. 113.
- VASCONCELOS, J. L. (1919-1920) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. VIII - Tesouro do Casal dos Fiéis-de-Deus. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXIV, p. 193-195.
- VASCONCELOS, J. L. (1920) – Coisas Velhas. Excursão arqueológica pela Beira Alta e Baixa. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, XXIV, p. 215-237.
- VASCONCELOS, J. L. (1927) – *De Terra em Terra*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.
- VASCONCELOS, J. L. (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VERGER, S. (1996) – Les dépôts de l'Âge du Bronze. *Archéologie*. 321, p. 34-39.
- VERLAECKT, K. (1998) – Metalwork consumption in Late Bronze Age Denmark: depositional dynamics in northern hoards. In MORDANT, C.; PERNOT, M.; RYCHNER, V. eds. – *L'Atelier du Bronziste en Europe du XX^e au VIII^e Siècle Avant Notre Ère*. Paris: CTHS. Tome II, p. 259-270. Actes du Colloque International "Bronze 96".
- VERLAECKT, K. (2000) – Hoarding and the circulation of metalwork in Late Bronze Age Denmark: quantification and beyond. In PARE, C., ed. – *Metals Make The World Go Round*. Oxford: Oxbow Books. p. 194-208.
- VERRON, G. (1973) – Méthodes statistiques et étude des cachettes complexes de l'Âge du Bronze. In *L'Homme d'Hier et Aujourd'hui. Recueil d'Études en Hommage à André Leroi-Gourhan*. Paris: [s. n.]. p. 609-624.
- VERRON, G. (1983) – L'interprétation des dépôts de l'Âge du Bronze à la lumière de prospections et de fouilles récentes. In *Enclos Funéraires et Structures d'Habitat en Europe du Nord-Ouest*. Rennes: Université de Rennes-Beaulieu. Laboratoire d'Anthropologie. p. 263-281.
- VIANA, T. S. (1938) – Um esconderijo de fundidor. *Revista do Alto Minho*. I, p. 7-9.
- VIEIRA, J. A. (1886) – *O Minho Pitoresco*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira. II vols.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. 2 vols. (Trabalhos de Arqueologia; 9).
- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a. C. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 347-374. Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior. Tondela. 1997.
- VILAÇA, R. (2003a) – Arqueologia (Pré e Proto-histórica) na área da Gardunha: linhas de

diagnóstico e sugestões de terapia. *Estudos de Castelo Branco*. Nova série, 1, p. 42-55.

VILAÇA, R. (2003b) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, XXI, p. 245-288.

VILAÇA, R. (2005a) – Materiais metálicos das Idades do Bronze e Ferro. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coords. – *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo* Lisboa: Associação dos Arquéólogos Portugueses. p. 127-135.

VILAÇA, R. (2005b) – Metalurgia do Bronze Final no entre Douro e Tejo Português: contextos de produção, uso e deposição. In PEREA, A., dir. – *Congreso Espacios Tecnológicos, Espacios de Poder. La transición Bronce Final-Hierro en la Península Ibérica*. [Em linha]. Madrid. 12 p. Disponível em

<<http://www.ih.csic.es/arqueometalurgia/archdes.htm>>
Página Web do Grupo de Investigación "Historia de la Tecnología Arqueometalurgia", Departamento de Prehistoria, Instituto de Historia, CSIC, Madrid.

VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: Novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.

VILAÇA, R. (no prelo) – Reflexões em torno da 'presença mediterrânea' no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S. [et al.], eds. – *Contacto Cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La precolonización a debate*.

VILAÇA, R.; LOPES, M. C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, p. 177-184.

VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. (1999) – Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 73-99.

VILAÇA, R.; GABRIEL, S. (1999) – Nótula sobre um machado de apêndices encontrado em Vale Branquinho (Sobral do Campo, Castelo Branco). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 127-142.

VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. M. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. XXXVIII, p. 5-29.

VILAÇA, R.; LIMA, P. (2006) – A Idade do Bronze no Museu Municipal da Lousã, Prof. Álvaro Viana de Lemos. Beira Alta. Viseu. LXVI: 3-4, p. 351-375.

VILHENA, J. (2006) – *O sentido da permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º milénios a. C.* Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 vols. Tese de mestrado policopiada.

VILLAS-BÔAS, J. S. (1947) – Nuevos elementos del Bronce Atlántico en Portugal. In *Crónica del II Congreso Arqueológico del Sudeste Español (Albacete, 1946)*. Albacete: Imp. Provincial. p. 156-161.

VILLAS-BÔAS, J. S. (1948a) – Um machado de bronze. *Boletim do Grupo de Alcaldes de Faria*. Ano 1.º, n.º 1, p. 13-19.

VILLAS-BÔAS, J. S. (1948b) – Hallazgos del Bronce atlántico en Portugal. In *Actas y Memorias Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria. Homenaje a J. M. Santa Olalla, III*. Madrid. XXIII: 1-4, p. 36-43.

WAILES, B. (1996) – V. Gordon Childe and the Relations of production. In WAILES, B., ed. – *Craft Specialization and Social Evolution: In Memory of V. Gordon Childe*. Philadelphia: University. p. 3-14. (Museum Monograph; 93).

WARMENBOL, E. (1996) – Le neuf chez les Anciens. Une autre approche des dépôts de l'âge du Bronze final. In GROENEN, M., ed. – *La Préhistoire*

au quotidien. Mélanges offerts à Pierre Bonenfant.
Grenoble: Éditions Jérôme Millon. p. 237-274.

WELLS, P. (1988) – *Granjas, Aldeas y Ciudades.*
Barcelona: Ed. Labor.

ZURDO, M. T. (1980) – Estudio preliminar.
In LORENZO, E. – *El cantar de los Nibelungos.*
Madrid: ed. Abantos Swan. p. 17-35.